

De Gorbachev a Putin: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo

Angelo Segrillo

EDITORA
PRISMAS

De Gorbachev a Putin: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo

Angelo Segrillo

1ª Edição - Copyright© 2014

Todos os Direitos Reservados.

Editora Prismas/ Editora Appris

Editor Chefe:

Vanderlei Cruz

editorchefe@editoraprimas.com

Coordenadora Administrativa:

Eliane Andrade

administrativo@editoraappris.com.br

Diagramação e Projeto Visual:

Bruno Marafigo

Capa:

Danielle Paulino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Elaborado por: Sônia Magalhães

Bibliotecária CRB 9/1191

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Nome do Livro
2014 / xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. – 1. ed. – Curitiba : Editora Prismas,
2014. xxx p. ; 21 cm
ISBN: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
1.xxxxxxxxx. 2. xxxxxxxxxxx. 3. xxxxxxxxxxx. 4. xxxxxxxxxxx. 5.
xxxxxxxxxxxxxxxx. I. Título.
CDD (21. ed.) xxx

CDU – xxx

EDITORA
PRISMAS

Editora Prismas

Fone: (41) 3156-4731

Rua José Tomasi, 924 - Santa Felicidade

Curitiba/PR - CEP: 82015-630

www.editoraprimas.com

De Gorbachev a Putin: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo

Angelo Segrillo

Curitiba
2014

Sumário

1. As origens históricas da <i>perestroika</i>	9
2. As diferentes fases da <i>perestroika</i>	19
3. Os problemas étnicos na URSS	69
4. A Nova Rússia	85
5. O movimento comunista na Rússia pós-soviética	143
6. O cenário político na Rússia no final do período Yeltsin....	153
7. Os anos 2000 sob Putin	161
8. Palavras finais	225
Apêndice A: As instâncias do poder na URSS	231
Apêndice C: o sistema eleitoral da Federação Russa	237
Apêndice D: Resultados de eleições na Federação Russa...	239
Apêndice E: Cronologia dos principais eventos	244

Prefácio

A *perestroika* e a dissolução da União Soviética constituíram, possivelmente, os fenômenos históricos mais importantes do fim do século XX. As mudanças no equilíbrio geopolítico mundial desde então foram imensas. Entretanto, poucos livros foram escritos, no Brasil, sobre a nova Rússia que emerge. Um país, que passara por uma experiência pioneira no mundo ao enveredar pela via de desenvolvimento do socialismo real, volta a ver-se numa situação original ao caminhar no sentido contrário, rumo ao capitalismo. *Back to the future?* As contradições são muitas e as dúvidas dos observadores idem. A Rússia ainda pode ser considerada uma grande potência? Qual o estado verdadeiro de sua economia? O movimento comunista e as ideias socialistas ainda se fazem presentes no país e em que medida? Estas são algumas das questões a serem analisadas neste livro.

O presente autor é um historiador brasileiro que testemunhou *in loco* estas transformações no tempo em que cursou mestrado no Instituto Pushkin de Moscou (1989-92), nos anos 1997-98 quando lá voltou para fazer pesquisas da sua tese de doutorado intitulada *Reconstruindo a "Reconstrução": uma análise das causas principais da perestroika soviética* (disponível como livro, em segunda edição pela editora Prismas, sob o título *O Declínio da União Soviética: um estudo das causas*) e em diversas estadias nos anos 2000 que resultaram no livro *Os Russos* (editora Contexto). Se a tese, primeiro trabalho de doutorado de historiador brasileiro sobre a URSS baseado em pesquisa de arquivo e em fontes primárias russas na língua original, trata do período até 1985, *De Gorbachev a Putin*

examina a fase posterior. Pretende-se apresentar uma visão panorâmica da história daquele país de 1985, época do início da *perestroika*, até os dias atuais. Apesar de se tratar de uma obra para o grande público, com uma abordagem direta e acessível, acreditamos que ela também será útil aos estudiosos e especialistas.¹

Convidamos o leitor a seguir conosco pelo estudo dos rumos e veredas percorridas pela Rússia nestas últimas décadas.

1 *De Gorbachev a Putin* é uma modificação, adaptação e complementação de um trabalho anterior que examinava a Rússia até aproximadamente o final do período Yeltsin (publicado pela editora Vozes com o título *O Fim da URSS e a Nova Rússia*).

1. As Origens Históricas da *Perestroika*

A *perestroika*, em toda sua radicalidade, de certa maneira, pegou o mundo de surpresa. Apesar de vários observadores já virem detectando problemas no aparentemente ainda bastante sólido sistema soviético, a verdade é que dificilmente se poderia prever, em 1985, que em menos de sete anos a URSS nem existiria mais. O que ocorrera para causar mudanças tão grandes? O que levava os líderes do partido comunista a iniciar aquela *reestruturação*² do país em meados dos anos 80?

Para entender as razões que influenciaram os líderes soviéticos a começar a *perestroika* nada melhor que dar a palavra ao próprio Gorbachev:

Deixe-me primeiro explicar a situação nada simples que se desenvolveu no país nos anos 80 e que fez com que a *perestroika* se tornasse necessária e inevitável [...] Analisando a situação, primeiro descobrimos uma diminuição do crescimento econômico. Nos últimos quinze anos, a taxa de crescimento da renda nacional caíra para mais da metade e, no início dos anos 80, chegara a um nível próximo da estagnação econômica. Um país que antes estivera alcançando

² *Perestroika*, em russo, significa literalmente *reconstrução*, no sentido de reestruturação, reforma radical. O termo refere-se ao processo geral de reformas na URSS, iniciado por Gorbachev em 1985, principalmente no que se refere à parte econômica destas. Já o termo *glasnost* (“transparência”) refere-se mais à parte política das transformações, como a maior democratização do processo de tomada de decisões no partido e no país, diminuição da censura à imprensa, etc.

rapidamente as nações mais avançadas do mundo, agora começava a perder posição. Além disso, o hiato existente na eficiência da produção, na qualidade dos produtos, no desenvolvimento científico e tecnológico, na geração da tecnologia avançada e em seu uso começou a se alargar, e não a nosso favor [...] E tudo isso aconteceu numa época em que a revolução científica e tecnológica abria novos horizontes para o progresso econômico e social.³

A análise destas afirmações e de vários outros documentos similares do partido comunista deixa claro que duas das principais razões que levaram os líderes soviéticos a iniciar a *perestroika* foram a desaceleração econômica da URSS nas últimas décadas de sua existência e o crescente hiato tecnológico com o Ocidente na mesma época. Para ilustrar este problema, podemos utilizar a tabela abaixo que mostra os índices oficiais de crescimento anual médio da economia da URSS de 1928 a 1985.

1928-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985
10,8%	10,3%	7,2%	5,7%	4,3%	3,2%

Fontes: *Narodnoe Khozyaistvo SSSR*, diversos anos, e *Bol'shaya Sovetskaya Entsiklopediya*, 2 ed., v. 29, p. 302.

Podemos ver que se a URSS teve altos níveis de crescimento econômico até a década de 60, a partir daí a economia desacelerou sensível e progressivamente até os anos 80. O que levou a esta piora nos índices de crescimento macroeconômico? Por que o país cresceu tanto nas décadas de 30, 40 e 50 e foi desacelerando a partir daí? Em nossa tese de doutorado *Reconstruindo a "Reconstrução"*:

3 Gorbachev, Mikhail Sergeevich. *Perestroika: novas ideias para meu país e o mundo*. São Paulo: Best Seller, 1988, p. 17.

uma análise das causas principais da perestroika soviética,⁴ defendida em 1999 na Universidade Federal Fluminense, fizemos uma análise desta diminuição na performance econômica da URSS exatamente na época da Terceira Revolução Industrial (T.R.I., ou Revolução Científico-Técnica, RCT, como era chamada nos países do Leste europeu). Nela, verificamos que esta coincidência temporal não é mero acaso e que, na época da T.R.I., ocorreu uma série de mudanças substantivas nos paradigmas de desenvolvimento industrial mundial (substituição do *fordismo* tradicional por formas mais avançadas de *produção flexível*). Como a URSS estava em constante competição com o Ocidente avançado, estas mudanças tiveram reflexos também nela. Nas décadas de 30, 40, 50 e parte da de 60, os russos estavam competindo para alcançar um paradigma industrial fordista, cujos princípios básicos (standardização, rigidez, ênfase nos fluxos verticais “de cima para baixo” de comando e nas economias de escala) eram bastante semelhantes aos do próprio sistema soviético. Mas, a partir dos anos 60, os comunistas se viram tendo que perseguir os paradigmas mais avançados da *produção flexível* (toyotismo e outros) cujos pilares básicos (flexibilidade, ênfase na qualidade, na economia de escopo e nos fluxos *horizontais* de informação e comando) eram francamente diversos dos princípios básicos de seu sistema. Isto causaria contradições cada vez maiores entre as tentativas de adaptar a economia da URSS a estes novos padrões *flexíveis* e a necessidade de manutenção do controle político *rígido* do processo.

É importante notar que a *perestroika* não foi a primeira tentativa de reformar radicalmente a economia soviética. Em meados da década de 60, as chamadas *reformas*

4 Publicada como livro, em segunda edição, pela editora Prismas sob o título *O Declínio da União Soviética: um estudo das causas*.

de Kosygin empreenderam tentativas muito semelhantes de descentralização, com maior poder autônomo às unidades produtivas, introdução do *lucro* como um dos principais indicadores de sucesso econômico, etc. Entretanto, estas alterações, propostas pelo então primeiro-ministro Kosygin, não haviam ido adiante devido ao surgimento de contradições como as acima apontadas. As empresas começavam a “agir por conta própria”, por vezes querendo produzir diferentemente do que vinha prescrito no plano central; os órgãos governamentais e a burocracia, então, entravam em choque com estas forças “centrífugas” tentando “domesticá-las”. Isto acabou causando confusão e alguns “gargalos” na cadeia produtiva. Por isso, as reformas de Kosygin simplesmente esvaíram-se por volta do início dos anos 70 com os ministérios e outros órgãos governamentais restabelecendo seu poder “político” centralizado de controle sobre o processo de produção da maneira tradicional.⁵ Seria necessário o agravamento da desaceleração econômica na década de 80 para forçar os líderes soviéticos a levar a cabo tais tentativas de reforma rumo a uma maior *flexibilidade*, a fluxos mais *horizontais* de informação e comando, etc. Aliás, com a vantagem da visão histórica retrospectiva, vemos que estas contradições acabaram revelando-se irresolúveis dentro dos limites do próprio sistema soviético.

5 As reformas dos anos 60 podem não ter sido levadas completamente à conclusão, mas os debates que as acompanharam deixaram marcas indelévels nos economistas soviéticos, desde então divididos entre os *tovarniki* (os “pró-mercadoria”) e os *antitovarniki*. Os primeiros eram a favor da utilização de alguns mecanismos de economia de mercado, como, por exemplo, preços refletindo a escassez relativa dos produtos e não meramente tabelados. Os segundos eram os que preferiam um modelo comando-administrativo mais ortodoxo.

Em nossa tese de doutorado, examinamos estes processos, dentro da T.R.I. e da Revolução da Informação, que levaram aos dilemas econômicos e políticos da URSS em 1985 quando Gorbachev foi eleito secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Mas, independentemente das causas, o secretário-geral, naquela época, via como tarefa fundamental sua resolver o problema da desaceleração econômica e do crescente hiato tecnológico com o ocidente.

Abel Aganbegyan, um dos principais assessores econômicos de Gorbachev, dava também um diagnóstico da situação no início da *perestroika*.

À medida que as forças produtivas se desenvolviam, que se desenrolava a revolução científico-técnica, que se reforçavam os fatores socioeconômicos no desenvolvimento econômico, o sistema administrativo de gestão por comando [soviético] se opunha às crescentes necessidades de desenvolvimento da sociedade. A situação se torna tensa no início dos anos 70: os meios de desenvolvimento extensivo por crescimento de recursos diminuía enquanto as necessidades da população aumentavam. Neste momento o sistema comando-administrativo de direção da economia se torna um freio total ao nosso desenvolvimento. As consequências econômicas e sociais negativas se multiplicam: as altas taxas de crescimento começam a cair, a dinâmica da eficiência se deteriora, a qualidade da produção se degrada, o marasmo se instala. Assim, ao fim dos anos 70 e início dos anos 80, se instala uma situação anunciadora de crise.⁶

6 AGANBEGYAN, Abel G. *Perestroika: le double defi sovietique*. Paris: Economica, 1987, p. 31.

Ou seja, era diagnosticado que as formas de crescimento econômico *extensivo* baseado, não em gestão econômica dos recursos, mas no sistema comando-administrativo, que dera resultados nas primeiras décadas do poder soviético, estavam se tornando um freio para o desenvolvimento do país na época da Revolução Científico-Técnica. Com a diminuição na abundância de matérias-primas e mão de obra, haveria necessidade de passar-se a um desenvolvimento do tipo *intensivo*, em que se procuraria utilizar mais eficientemente os recursos disponíveis. O excesso de centralismo parecia incentivar o desperdício de recursos na época da RCT, além de não estimular suficientemente a iniciativa individual dos trabalhadores e gerentes das unidades produtivas.

Aqui seria importante fazer uma pequena descrição do que significava este planejamento central na URSS, para entender as dificuldades que se apresentavam. Ao contrário das economias capitalistas, onde as decisões microeconômicas são tomadas pulverizadamente por centenas de milhares de gerentes e donos de unidades produtivas, na URSS as mais importantes decisões *estratégicas* macro e microeconômicas eram realizadas através do planejamento centralizado. O *Gosplan* (Comitê de Planejamento), de posse das informações enviadas pelas unidades produtivas e triadas pelos ministérios (e seguindo as diretrizes traçadas pelos órgãos centrais do PCUS), estabelecia os diversos planos (quinquenais, anuais, trimestrais) da economia. Estes planos gerais, que davam as metas econômicas em termos agregados, eram, então, desagregados pelos ministérios e outras instâncias governamentais de diversos níveis, de modo que cada empresa recebia um plano de quotas individuais a cumprir. Ou seja, o espaço de iniciativa para as unidades produtivas era muito limita-

do. Vinham prontos “de cima” os procedimentos que deveriam realizar, desde a quantidade de matéria-prima que iriam receber até o total de produtos que deveriam fabricar, a quem deveriam vender, etc. Simplificando um pouco, pode-se dizer que este era o esquema básico de produção na URSS desde os anos 30 até os 80, apesar das tentativas de reforma já ocorridas no passado.⁷ O problema é que este esquema não estaria dando muito espaço para a iniciativa e criatividade individuais ou coletivas “na ponta” do sistema, ou seja, nas próprias unidades produtivas, favore-

-
- 7 Estas tentativas de reforma, na época pré-*perestroika*, incluíam:
- as reformas de Khrushchev (meados da década de 50), que criaram novos *sovnarkhozy* (Conselhos Econômicos Regionais), descentralizando a grande maioria das funções operacionais (e mesmo algumas funções de planejamento) da economia para bases regionais (em vez de ministeriais, como antes);
 - as “reformas de Kosygin” (segunda metade da década de 60) que extinguiram os *sovnarkhozy* (restabelecendo a administração da economia em linhas ministeriais), realizaram uma reforma de preços e procuraram dar maior autonomia e estímulos às empresas. Seu aspecto mais inovador foi tentar colocar o “lucro” como um dos principais indicadores econômicos a serem perseguidos pelas empresas estatais. Além disso, foi proposto contabilizar apenas a produção efetivamente vendida (e não meramente a produção bruta total), para evitar que artigos “encalhados” ou defeituosos entrassem no cômputo geral do cumprimento do plano;
 - a reorganização industrial de 1973-74 que unificou empresas de produção similar em unidades maiores chamadas de *ob’edinenie* (= associação), para simplificar as tarefas de coordenação do planejamento central;
 - o decreto de julho de 1979 que, entre outras medidas visando estimular eficiência e qualidade na produção das empresas, tentou estabelecer cálculos de *valor adicionado* (em lugar dos tradicionais índices de produção bruta) como um dos principais indicadores para a atividade das empresas;
 - os experimentos econômicos de Andropov (decreto de julho de 1983) que, em empresas selecionadas, tentaram estabelecer normas mais incentivadoras de eficiência e disciplina nas empresas.

cendo o desperdício e uma atitude de “propriedade que é de todos não é de ninguém”. Além disso, pelo fato de um dos principais (se não o principal) indicadores de sucesso ser a chamada *val* (abreviatura de *valovaya produktsiya* ou “produção bruta”), as empresas tendiam a perseguir os objetivos *quantitativos* do plano. Ou seja, cumpriam a quota de artigos a serem fabricados, mas frequentemente esta persecução da *quantidade* vinha à custa da *qualidade* dos produtos.

Por outro lado, o sistema comando-administrativo (SCA) possibilitava uma concentração de recursos muito grande em setores estratégicos (prioritários). Nas décadas iniciais da industrialização soviética, quando era necessária uma concentração de esforços e recursos em algumas áreas prioritárias industriais (ex., indústria pesada), o SCA funcionou bem, mantendo altas taxas de crescimento econômico. Mas, a partir da década de 60, o SCA parecia não estar correspondendo às exigências de flexibilidade e criatividade tecnológica da época da Terceira Revolução Industrial.

Como, então, resolver estes impasses? Gorbachev, numa conferência ideológica do PCUS em 10 dez. 1984, quando ainda era apenas mais um dos membros do *Politburo*, já apontava, em termos gerais, para algumas das palavras de ordem de como aumentar a eficiência da economia que proporia posteriormente ao ser eleito secretário-geral: “intensificação da economia”, “aceleração do progresso técnico”, “autogoverno”, “competição socialista”, “*perestroika* (‘reestruturação’) das formas e méto-

dos de gerenciamento econômico”, “*glasnost*”.⁸ A maneira como estas palavras de ordem foram implementadas na prática da *perestroika* é o que veremos a seguir.

8 O fato de Gorbachev já ter prontas, *antes de se tornar secretário-geral*, várias de suas principais ideias de reforma não é mera coincidência. Ao contrário de algumas visões estereotipadas ocidentais dos líderes soviéticos como alienados das realidades difíceis e problemas que iam se acumulando, no campo da economia, como vimos, desde os anos 60, todos estes temas já vinham sendo debatidos internamente pela cúpula do partido e soluções (algumas radicais) propostas. Isto fica claro da leitura dos protocolos secretos de diversas reuniões plenárias do Comitê Central liberados na década de 90 e disponíveis no *Tsentr Khraneniya Sovremennoi Dokumentatsii* de Moscou. O problema era como conciliar estas soluções radicais com a manutenção do controle político do processo pelos órgãos centrais do partido e do país. Um exemplo da oscilação dos líderes soviéticos entre estes dois polos era um dos antecessores de Gorbachev no cargo de secretário-geral, Yuri Andropov. Considerado politicamente “duro”, este ex-chefe do KGB, no campo econômico, fez vários experimentos com descentralização e maior autonomia às unidades produtivas em empresas selecionadas.

2. As Diferentes Fases da *Perestroika*

Como vimos, as preocupações principais de Gorbachev, ao assumir o cargo de secretário-geral do PCUS, em 11 de março de 1985, eram com a situação da economia. Tanto que a palavra de ordem mais importante dos primeiros meses da *perestroika* era *uskorenie* (“aceleração”). Referia-se à necessidade de acelerar o progresso técnico-científico e econômico para recuperar o impulso perdido nas últimas décadas. Somente depois, a partir do verão de 1986, ao notar que seus esforços não estavam tendo o resultado desejado na prática, quando explorado apenas o lado tecnocrático, o novo secretário-geral partiria com vigor para o lado mais político do processo. Enfatizaria, então, a necessidade de maior *glasnost* (“transparência”) nas relações de poder intra e extrapartidárias. O que lhe facilitou este salto qualitativo tinha sido o XXVII Congresso do PCUS em fev. 1986, quando foi renovado o Comitê Central, possibilitando a ascensão de novos dirigentes mais abertos à ideia de mudanças no sistema.

Assim, vemos que as reformas de Gorbachev passariam por diferentes fases. Atualmente, já com a vantagem de *hindsight*, notamos que a *perestroika* teve quatro etapas distintas:

1985-1987: fase da “descentralização socialista”

1988 : fase de transição

1989- início de 1990 : fase da “economia de mercado”

final de 1990 e 1991 : fase da “desintegração e restauração capitalista”

Na primeira etapa (1985-87) a ideia não era desmontar o sistema existente e sim apenas descentralizá-lo, dentro do slogan “mais democracia, mais socialismo”. Após uma fase de transição e acirradas disputas políticas em 1988 acerca do caminho a seguir, nos anos de 1989-90 o país caminhou cada vez mais em direção a um projeto que poderíamos chamar de “socialismo de mercado” ou “economia de mercado social”. Nesta fase, o eufemismo “economia de mercado” seria usado para designar a intenção de empregar diversos mecanismos capitalistas (ex., preços por oferta e procura, um pouco de propriedade privada, trabalho assalariado). Os finais de 1990 e 1991 testemunhariam a perda de controle dos rumos do processo e eventual desintegração da URSS.

Veremos cada uma destas fases separadamente.

2.1 Fase da “Descentralização Socialista” (1985-87)

Com a morte de Konstantin Chernenko, Mikhail Gorbachev foi eleito secretário-geral do Comitê Central (CC) do PCUS em 11 de março de 1985.⁹ “Jovem” (nasceu em 1931) em comparação com seus “gerontocráticos” antecessores (Brezhnev, Andropov, Chernenko), formado em direito e agronomia, ele tinha sido secretário do CC para

9 Recomendamos que o leitor, antes de prosseguir, leia rapidamente o curto apêndice “A” no final do livro, descrevendo as relações entre as instâncias políticas na URSS (*Politburo*, Comitê Central, Soviete Supremo, etc.) na época da *perestroika*, o que é essencial para o bom entendimento de algumas lutas pelo poder a serem narradas neste capítulo.

assuntos de agricultura (1978-85) e membro efetivo do *Politburo* desde 1980.

A reunião plenária do CC do PCUS de 23 abr. 1985 é geralmente considerada o início “oficial” da *perestroika* (com a sanção da cúpula do partido). Em seus dois primeiros meses, o novo secretário-geral lançaria com vigor várias de suas ideias para a reestruturação (*perestroika*) do sistema soviético. Como muitas delas eram bastante controversas, seguiu-se um período de vários meses em que Gorbachev teve de moderar seu tom, procurando construir uma base de apoio e consenso para tais medidas radicais. O XXVII Congresso do PCUS, em fev. 1986, dar-lhe-ia a oportunidade de criar tal base, pois ali seria eleito o novo Comitê Central do partido. Além disso, Gorbachev iria trabalhando para aposentar gradualmente os antigos membros do *Politburo* mais identificados com a mentalidade da época estagnada de Brezhnev (V. Grishin, G. Romanov e outros). Já com uma correlação de forças mais favorável, e sem conseguir enxergar resultados concretos das primeiras medidas tecnocráticas tomadas em 1985, Gorbachev partiria para uma radicalização do processo a partir do verão de 1986 pedindo, além de uma *perestroika* da economia, também maior *glasnost* (“transparência”) no campo político.

Os primeiros meses da *perestroika* foram marcados mais por discursos radicais e medidas parciais do que por mudanças substantivas no sistema como um todo. Devido exatamente à luta de Gorbachev nos bastidores para ir formando uma base de apoio na cúpula favorável a reformas radicais, as medidas iniciais revelaram-se uma continuação e expansão de experimentos em áreas específicas da economia e uma tentativa de impregnar as instâncias do poder e a população com a nova mentalidade.

Na reunião plenária do CC do PCUS, em 23 abr. 1985, retomando as teses de seu discurso na conferência ideológica de 10 dez. 1984, Gorbachev lançou as ideias gerais de sua política econômica: “aceleração” e “intensificação” do progresso científico-técnico e econômico. Ou seja, em vez de meramente jogar novos investimentos na economia, dever-se-ia organizar o uso mais eficiente e produtivo dos recursos já disponíveis. Para combater a inércia, o desperdício e a falta de responsabilidade trazidas por um excesso de centralização burocrática, propunha recuperar a ideia do *khozraschet* (“responsabilidade econômica por lucros e prejuízo”) e de maior autonomia decisória às empresas. Pelo *khozraschet* as empresas não seriam mais subsidiadas pelo Estado, mas deveriam se autofinanciar com os próprios recursos. Reconhecendo a importância da Revolução Tecnológica e da Informação dos últimos anos, Gorbachev proporia investimentos especiais principalmente no ramo de máquinas-ferramentas, eletrônica e tecnologia de ponta. Dos discursos gorbachevanos de 10 dez. 1984 e de 23 abr. 1985 e dos que se seguiram logo após, ficava claro que boa parte das ideias das “reformas de Kosygin” seriam retomadas, caminhando-se em direção de maior autonomia às empresas, talvez diminuindo um pouco o peso do planejamento central *diretivo* e enfatizando o planejamento *indicativo*. O espírito dos dois primeiros anos da *perestroika* poderia ser definido como *descentralização socialista*, ou seja, descentralizar, dando maior autonomia às empresas socialistas, a fim de diminuir a crescente burocratização centralista. Entretanto, em nenhum momento era posto em causa o conceito de socialismo. Ao contrário, mantinha-se uma confiança otimista que “quanto mais democracia, mais socialismo”.

Que medidas foram tomadas, na prática, então, nestes primeiros meses da *reestruturação*? Na verdade, foram lançadas mais campanhas e expansão de experimentos localizados que propriamente medidas sistêmicas. Por estranho que possa parecer, a primeira grande campanha teve caráter bastante ortodoxo. Um decreto do Conselho de Ministros de 7 de maio de 1985 deu início a uma grande campanha antialcoolismo na URSS. Uma das facetas do programa de Gorbachev era diminuir o desperdício e a falta de responsabilidade nos locais de trabalho. O alcoolismo era responsável por imensas perdas, não apenas no campo da saúde, mas em termos de número de horas trabalhadas, atitude em relação ao trabalho, etc. Assim, tentou-se tornar mais difícil o acesso a bebidas alcoólicas, diminuindo o número de lojas habilitadas a vendê-las e o horário em que podiam ser vendidas (somente das 14 às 19h.). Multas pesadas foram impostas contra embriaguez no trabalho. Bêbados nas ruas eram admoestados ou recolhidos temporariamente pela polícia. O preço das bebidas foi aumentado e sua produção diminuída. A campanha teve um grande impacto inicial. As vendas de bebidas alcoólicas nas lojas, em 1987, por exemplo, já era 46% do nível de 1980. Nesta mesma época, as doenças e acidentes relacionados com o álcool caíram entre um quarto e um terço do que eram antes de 1985. Entretanto, sérios problemas surgiram e fizeram com que a campanha acabasse posteriormente perdendo a maior parte de seu ímpeto e sendo relegada ao esquecimento. De maneira semelhante aos Estados Unidos na época da proibição, para compensar a falta de bebidas pelos canais oficiais, a destilação ilegal de álcool, de maneira caseira ou não, elevou-se a grandes níveis. Por outro lado, os altíssimos impostos indiretos sobre bebidas alcoólicas (mais de 2/3 do preço final) representa-

vam, no início da *perestroika*, o equivalente a 17% do valor de *todas* (!) as vendas do comércio varejista na URSS. Ou seja, impostos sobre bebidas alcoólicas era um dos itens de maior importância nos orçamentos locais e federal. A queda brutal em sua produção e venda teve efeitos econômicos adversos, com uma diminuição proporcional na receita do Estado. Este efeito negativo foi responsável por um dos episódios mais bizarros da história da *perestroika*. O anuário estatístico oficial da URSS, *Narodnoe Khozyaistvo SSSR*, que, inicialmente, dava para os anos 1985, 1986 e 1987 as taxas anuais de crescimento econômico (renda nacional) da URSS como sendo, respectivamente, 3,5%, 4,1% e 2,3%, a partir de 1988 teve que admitir que as taxas reais para aqueles anos tinham sido, na verdade, respectivamente, 1,6%, 2,3% e 1,6%. A explicação oficial oferecida, então, foi que, nos cálculos daqueles anos tinha sido excluída a diminuição nas rendas causada pela queda na “produção, venda [e taxaço] de bebidas alcoólicas” [!]. Se esta explicação oficial contempla toda a verdade ou esconde outras formas de manipulação estatística é um dado em discussão. O que não está em dúvida é que a campanha antialcoolismo criou problemas econômicos sérios e que estes foram uma das principais razões de seu esvaziamento após dois anos de existência.

Um decreto conjunto do CC do PCUS e do Conselho de Ministros de 12 jul. 1985, intitulado “Sobre a Disseminação dos Novos Métodos de Administração Econômica e Fortalecimento e Aceleração do Progresso Científico-Técnico”, expandia, para outras empresas e ramos industriais, experimentos econômicos iniciados em 1983-84. Esses experimentos davam maior autonomia a empresas selecionadas para decidir elas mesmas como produzir da maneira mais eficiente. Às empresas, como incentivo, eram aloca-

dos preços maiores para produtos superiores em termos de técnica ou qualidade e preços menores para produtos de qualidade inferior. A origem deste decreto está nos experimentos econômicos planejados na época de Andropov. Em 1983, cinco ministérios com cerca de 700 empresas tinham sido escolhidos para tentar os novos métodos gerenciais. As empresas receberam maior autonomia do governo central. O número de indicadores do plano que tinham que cumprir diminuiu, foi-lhes dada a possibilidade de reter uma maior parte do lucro para si mesmas (em vez de entregá-los ao governo central, como antes). O próprio indicador do lucro passou a ter importância maior.

Concomitantemente à expansão do Experimento em Larga Escala acima, em julho de 1985 uma campanha de imprensa começou a elogiar dois experimentos nas *ob"ediniya* ("associações" ou *holdings* de empresas) *Frunze* e *Vaz*, que tinham sido iniciados naquele ano. Aqui a ênfase era em *autofinanciamento*. Tradicionalmente, os lucros das empresas iam para um fundo central e depois eram redistribuídos de volta às empresas segundo critérios político-econômicos (com frequência as lucrativas acabavam financiando as que davam prejuízo). As associações *Frunze* e *Vaz* passariam a ter apenas uma porcentagem fixa de seus lucros retirados. O resto seria utilizado nos fundos para desenvolvimento da própria *holding*. A ideia era tornar mais previsível para os administradores das firmas que parte de seus lucros ficariam com eles, acabando-se com as intervenções e retiradas arbitrárias por parte dos órgãos do governo. Por outro lado, diversas áreas antes subsidiadas pelos cofres estatais (por exemplo, os bônus de produtividade para os trabalhadores) agora dependeriam do nível de lucro das próprias associações. O conceito de autofinanciamento das empresas era assim colocado em

primeiro plano, apesar de que não totalmente, pois parte dos investimentos em produção ainda era financiada pelos fundos do governo. Em 1987, cinco ministérios passaram a ter todas suas associações funcionando com tal autofinanciamento. Em 1988, 60% da produção agroindustrial da URSS estaria sendo realizada sob este sistema.

Experiências localizadas também foram realizadas na área de serviços e agricultura. No experimento iniciado sob Chernenko, em 1984, algumas empresas estatais, fornecedoras de serviços ao público, passaram a funcionar num esquema de autofinanciamento semelhante ao descrito acima. Além disso, pequenas empresas familiares (para consertos, alimentação, etc.) também poderiam funcionar, arrendando propriedade do Estado. Quanto à agricultura, no território de Altai na Sibéria, organizaram-se pequenas unidades autônomas de trabalho que funcionavam na base de um total *khozraschet* (“responsabilidade por lucros e prejuízo”). Em outras partes do país, pelo *brigadnyi podryad* (“contrato de brigada”), pequenos grupos autônomos de trabalhadores rurais teriam seus bônus ou pagamentos diretamente ligados aos resultados do trabalho.

1986 e 1987...

De 25 de fevereiro a 6 de março de 1986 realizou-se o XXVII Congresso do PCUS. Foi um evento de grande importância, pois os congressos partidários são, teoricamente, a instância máxima do partido. Ali foi aprovada e confirmada a política da *perestroika*. As eleições para o Comitê Central possibilitaram a entrada de muitos novos dirigentes mais abertos às ideias das reformas. Gorbachev deu, assim, um salto quantitativo e qualitativo na construção da sua base de apoio.

Em 15 de maio de 1986 foi dado um novo passo no sentido disciplinador. O decreto do CC do PCUS “Sobre Medidas para Fortalecer a Luta Contra as Rendas Não Provindas do Trabalho” conjugava esforços para combater a especulação, mercado negro, a utilização de materiais das empresas governamentais para uso privado e outras formas ilegais de obtenção de rendas pessoais. Por outro lado, no afã de desenvolver estímulos para a iniciativa pessoal, em 28 ago. 1986, estabeleceu-se um decreto conjunto do CC do PCUS, do Conselho de Ministros e do Conselho Central dos Sindicatos da União “Sobre Medidas Para Melhorar a Organização dos Salários e Introduzir uma Nova Escala de Pagamento Para os Trabalhadores dos Setores Produtivos da Economia”. Por ele, procurava-se aproximar o nível de remuneração ao dos resultados e qualidade do trabalho. Além disso, a nova escala aumentava o diferencial de pagamento do pessoal (especialmente engenheiros e técnicos especializados) mais qualificado. Ou seja, buscava combater um excesso de igualitarismo de salários que, acreditava-se, conduzia à desmotivação profissional.

Em 19 nov. 1986, a lei do Soviete Supremo “Sobre a Atividade de Trabalho Individual” permitiu o trabalho privado individual (em tempo integral para aposentados e fora do expediente para outros trabalhadores) em todos os ramos da economia, exceto os proibidos pela legislação (fabricação de armas, remédios, drogas, etc.). Esta lei causou *frisson*, pois (contrariando a tendência até ali das medidas de reforma serem parciais ou em ramos experimentais) ela tinha abrangência praticamente geral e quebrava um preconceito de longo tempo contra o trabalho independente, não estatal, aceito antes somente em áreas delimitadas e com muitas restrições. Detalhe ideologicamente importante: não se liberou, todavia, a livre contratação de trabalho assalariado de terceiros.

A virada do ano trouxe uma novidade internacional. Em 13 jan. 1987, um decreto do CC do PCUS e do Conselho de Ministros permitia a instalação, na URSS, de *joint ventures* com empresas estrangeiras (inclusive ocidentais). Entretanto, o lado soviético deveria controlar, pelo menos, 51% do capital.

A esta altura do jogo (primeiro semestre de 1987), a quantas andava a *perestroika*? Em seu campo econômico, podemos notar que as intenções iam mais longe que as mudanças na prática. A maioria das novidades nesta área referia-se a medidas parciais, frequentemente expansão de experimentos econômicos ainda localizados (como o de larga-escala, o de autofinanciamento, etc.). Além disso, muitos destes experimentos, apesar do estardalhaço inicial anunciando grandes êxitos e melhoras, acabavam mostrando-se relativamente estéreis no longo prazo. Isto porque tais experiências eram feitas, inicialmente, em empresas selecionadas que, por isso, contavam com prioridade e condições mais favoráveis que as “normais”. Ao tentar-se generalizar os experimentos, ficavam mais claras as contradições entre as tentativas de se dar maior autonomia às empresas e as regras e leis gerais do sistema, de natureza essencialmente centralizador. Por outro lado, Gorbachev, a partir do XXVII Congresso do PCUS, de fev. 1986, começava a contar com uma base de apoio político mais sólida. Notando a resistência de parte do partido e da burocracia e que as medidas meramente tecnocráticas e parciais tomadas até ali não estavam dando os resultados desejados, Gorbachev, a partir do verão de 1986, passou a enfatizar a parte político do processo. Martelaria que uma maior *glasnost* (“transparência”) nas relações intra e extrapartidárias era necessária caso se quisesse promover mudanças positivas no sistema como um todo e não meramente na economia.

É neste “caldo de cultura” que se realizou o *plenum* (“reunião plenária”) do CC do PCUS em 26 jun. 1987. No dia seguinte o Comitê Central publicou a chamada “Regulamentação Básica [*Osnovnye Polozheniya*] para a Reestruturação Radical da Administração da Economia”. No texto de *Osnovnye Polozheniya* é afirmado que todos os esforços de reforma até então tinham tido caráter parcial e que, por isso, esta regulamentação mais global sistematizava as medidas necessárias para realizar *na prática* (e não apenas como intenções no papel) os ideais de autofinanciamento das empresas, maiores poderes descentralizados para as autoridades locais, etc. Para tornar legais e obrigatórias as diretrizes contidas em *Osnovnye Polozheniya*, o Soviete Supremo aprovou, em 30 jun. 1987, o decreto “Sobre a Reestruturação da Economia na Atual Etapa do Desenvolvimento Econômico do País” e a lei “Sobre a Empresa Estatal”. Nesta lei é estipulado que as empresas estatais do país deveriam gradualmente começar a funcionar, a partir de 1 jan. 1988, no regime de autofinanciamento (sendo responsáveis por seus lucros e prejuízos, não tendo mais seus prejuízos cobertos pelo orçamento central) e que o planejamento central caminharía na direção de ser mais *indicativo* que *diretivo* (obrigatório). As unidades produtivas passariam a estabelecer contratos de fornecimento diretamente entre si. A distribuição organizada centralmente seria substituída por *encomendas governamentais* que cobririam uma parte da produção, sendo o resto decidido pela competição entre as empresas. Do ponto de vista da economia política, é sintomática a possibilidade (implícita), pela primeira vez, de *falência* às empresas estatais que se tornassem deficitárias por longo tempo. Interessante também é a determinação, pela lei, de que os diretores fossem eleitos diretamente pelos próprios trabalhadores da empresa (o resultado sendo sujeito à confirmação dos órgãos superiores).

Estas modificações generalizadas no funcionamento das empresas estatais exigiam uma adaptação das regras do jogo no resto do sistema econômico. Assim, no dia 17 jul. 1987, múltiplos decretos do CC do PCUS e do Conselho de Ministros introduziram alterações substanciais no funcionamento dos ministérios, do Gosplan, do Comitê Estatal de Ciências, do sistema bancário e financeiro e do serviço de estatísticas, a fim de adaptá-los às novas diretrizes de *Osnovnye Polozheniya*. Foi proposta também uma futura reforma no sistema de preços (levando mais em consideração as necessidades de oferta e demanda).

Assim, o ano de 1987 se encerra com grandes promessas de aprofundamento da *perestroika*. Por um lado, as *Osnovnye Polozheniya* traziam a promessa de um salto qualitativo, de passar da mera expansão de experimentos econômicos localizados para uma transformação mais sistemática e generalizada dos métodos de administração e planejamento, além da abertura para novas formas não estatais de atividade (ex., a lei sobre o trabalho individual de 19 nov. 1986). Pelo lado político, a *glasnost*, com sua discussão mais livre de pontos de vista, fazia com que as transformações não se limitassem aos aspectos meramente tecnocráticos da economia e, sim, envolvessem a sociedade como um todo. A imprensa soviética começava a se agitar. Problemas começavam a ser discutidos francamente como, por exemplo, a herança burocrático-ditatorial stalinista.

Entretanto, um ponto importante é preciso ser notado. Até finais de 1987, os limites das reformas da *perestroika* inseriam-se ainda dentro dos marcos do socialismo, pelo menos como era tradicionalmente visto na URSS. As mudanças no funcionamento das empresas estatais (autofinanciamento, maior importância do lucro, etc.) não

modificavam o fato de que elas ainda eram propriedade estatal. A lei sobre o trabalho individual, apesar de permitir a atividade independente, não estatal, não liberava a livre contratação de mão de obra assalariada. Ou seja, a ideologia básica deste período pregava uma *descentralização* do sistema socialista a fim de torná-lo mais eficiente e uma confiança no slogan “quanto mais democracia, mais socialismo”. Observaremos que este posicionamento sofrerá alterações significantes na fase seguinte da *perestroika* (a partir de finais de 1988, início de 1989) onde a palavra de ordem da “economia de mercado” vai tomar força. Mas, entre estas duas etapas, houve, em 1988, uma fase de transição, com um acirramento dos debates ideológicos sobre o rumo a seguir.

2.2 Fase de Transição Entre “Descentralização Socialista” e “Economia de Mercado” (Finais de 1987 a Finais de 1988)

Gorbachev adentrou 1988 com um dilema. Diversas modificações tinham sido feitas no sistema, inclusive passara-se da etapa de medidas localizadas para as de caráter generalizantes com as *Osnovnye Polozheniya*, mas a economia não respondia no nível esperado. Os índices de crescimento em 1985-87 continuavam baixos como os do início da década (ver tabela B1 no apêndice B). Notava-se inclusive certa confusão na área produtiva. Se, antes da *perestroika*, “tudo” era estabelecido de cima e todos sabiam, então, qual seu papel a cumprir, com as novas

medidas descentralizadoras muitas vezes não se compreendia bem os limites das atribuições de cada um. Até que ponto as empresas realmente deveriam obedecer ao plano e às ordens dos ministérios? Diversas áreas de desacordo e desencontro surgiam, o que atrapalhava o bom funcionamento do aparelho produtivo. Os órgãos centrais superiores frequentemente imiscuíam-se contra a crescente independência das firmas na ponta. Além disso, os progressos nas reformas descentralizadoras eram, por vezes, na prática, menores que aparentavam à primeira vista. Por exemplo, o autofinanciamento (um objetivo que as *Osnovnye Polozheniya* colocavam para as empresas estatais em geral) em 1988 chegou a atingir 60% da produção agroindustrial do país, mas muito ainda faltava para englobar a totalidade. Isto sem contar que, como vimos, o conceito de *autofinanciamento* soviético era relativo, pois alguns dos fundos de investimento das empresas continuariam ainda, por um bom tempo, provindos dos cofres centrais. O governo relutaria, inclusive, em aplicar o conceito de *falência* (implícito na lei das empresas estatais) e assim por diante.

Muitos economistas mais radicais em seu reformismo (G. Popov, N. Shmelev e outros) apontavam que uma das razões de por que as novas medidas não estavam tendo o resultado desejado era o sistema de preços. Na URSS os preços eram fixados administrativamente e não através da lei da oferta e procura. Não refletindo a escassez relativa dos produtos, os preços não podiam servir de guia para a alocação ótima de recursos. Por exemplo, ao se escolher entre dois projetos utilizando fontes de energia diferente, a mera escolha da fonte mais barata não era poupança garantida para o país, pois caso a fonte de energia nominalmente mais barata estivesse sendo subsidiada, ela era, na verdade a mais cara. Como cada produto interme-

diário entra como insumo na produção de muitos outros, chega-se a um ponto na cadeia produtiva em que se perda a noção dos custos reais de cada item. Eis por que melhoramentos administrativos apenas não seriam suficientes para tornar mais eficiente a economia.

Estas colocações dos economistas mais radicais é que abririam caminho posteriormente para as ideias de que seria necessário criar uma verdadeira “economia de mercado” na URSS em vez de manter-se no estágio dos melhoramentos administrativos.

No campo político e no Politburo...

No campo político, em 1988, os debates se acirriariam. Pontos de vista ainda mais radicais que os do secretário-geral começariam a ser expressados já desde finais de 1987. A princípio expostos “timidamente”, em 1988 estes pontos de vista já se colocariam de modo claro tanto à esquerda quanto à direita de Gorbachev. A partir de 1989, eles passariam a escapar inclusive do controle do secretário-geral. Dentro do *Politburo*, se até 1987 todos os membros se mantinham, pelo menos exteriormente, por trás do manto de Gorbachev, em 1988 as diferenças entre os setores mais à direita e mais à esquerda começariam a se manifestar e criar divisões.

Como se trata da instância de poder mais importante do partido e da URSS, é importante nos determos no que ocorria no *Politburo*. Este órgão, composto na época da *perestroika*, por pouco mais de dez membros titulares (ver descrição no apêndice “A”), sempre se caracterizou por uma luta de bastidores e compromissos, apesar da fachada de aparente monolitismo consensual. Devido à crise

de crescimento macroeconômico da URSS nas décadas de 70 e 80, havia um claro sentimento, em 1985, de que reformas seriam necessárias. Isto facilitaria a tarefa de Gorbachev de anunciar a *perestroika* ao chegar ao topo naquele ano. Reformas sim, mas de que tipo? Esta era a incógnita e a razão por que o novo secretário-geral teve que proceder com cautela em seu primeiro ano no poder. Sua tática inicial foi tentar renovar o *Politburo*, com o afastamento gradual dos membros que estavam lá desde os tempos de Brezhnev (Gromyko, Tikhonov, Grishin, Romanov) e, portanto, impregnados do espírito da “época da estagnação” (como estavam sendo chamados os últimos anos da era brezhneviana). Após isso, Gorbachev esperava ter, atrás de si, um *Politburo* com pessoas novas, energéticas e abertas à ideia de que o sistema deveria ser tornado mais dinâmico. Entretanto, este aparente consenso geral da necessidade de melhoria logo daria lugar (principalmente a partir de finais de 1987) a uma divisão de campos no *Politburo* em relação aos rumos que as reformas estavam tomando. Estes campos não eram claramente delimitados, com membros fluindo mais à esquerda ou mais à direita de acordo com as medidas específicas sendo tomadas no momento. Entretanto, em 1988, começou a ficar claro que seus dois polos extremos estavam nas figuras de Yegor Ligachev, por um lado, e Aleksandr Yakovlev, por outro. O embate entre estes dois (arrastando atrás de si outros membros do *Politburo*) simbolizaria, por grande parte do resto da *perestroika*, a luta ideológica nos altos escalões do partido.

Ao finalmente ficar clara esta polarização, as primeiras coberturas jornalísticas tendiam a retratar Yegor Ligachev como um reacionário chefiando stalinistas contra as reformas de Gorbachev. Esta não era uma descrição exata da realidade. Parentes de Ligachev tinham sofrido

repressão sob Stalin e Ligachev fora um dos primeiros a apoiar Gorbachev no deslanchamento da *perestroika*, por considerar que o sistema realmente precisava de melhorias e mais democracia para se aproximar dos ideais socialistas originais. Em suas memórias publicadas na década de 90, narra que suas desavenças no *Politburo* começaram ao notar que, a partir de 1987, ficava claro que as posições de Yakovlev e outros fugiam dos marcos do socialismo básico do sistema soviético. O fato de, posteriormente, stalinistas juntarem-se a Ligachev em sua luta contra o “revisionismo” de Gorbachev não encobre o fato de Ligachev não ser stalinista, a princípio.

Engenheiro de formação, tendo trabalhado longos anos como líder regional do partido em Novosibirsk e Tomsk (cidades da Sibéria), onde adquiriu fama de simultaneamente dinâmico e duro, Ligachev seria membro do *Politburo* de abr. 1985 a jul. 1990. Neste período, até set. 1988, na posição de segundo-secretário, presidindo as reuniões do secretariado do PCUS, tinha grande influência na organização interna do partido. Após set. 1988, devido à luta interna, passaria a ser apenas secretário do CC para agricultura.

Ligachev apoiaria a abertura política e as reformas somente até o ponto em que estas não ameaçassem a hegemonia de poder do partido ou instalassem uma “economia de mercado” que pusesse em risco os fundamentos socialistas do país. No outro polo, Aleksandr Yakovlev propunha uma *glasnost* bastante ampla, permitindo até pontos de vista bastante diferentes do partido e não tinha medo de empregar o termo “economia de mercado” para descrever o tipo de socialismo que estaria buscando (ou seja, um “socialismo de mercado”). O embate entre as duas figuras era, então, inevitável.

A. Yakovlev tinha passados longos anos no Ocidente, como embaixador no Canadá (1973-83). Em 1985-86 chefiou o Departamento de Propaganda do Comitê Central. Foi membro do *Politburo* de 1987 a 1990. Em 1990-91 seria membro do Conselho Presidencial. Sua ligação com Gorbachev continuaria após a desintegração da URSS, pois se tornaria o vice-presidente da recém-formada Fundação Gorbachev. Yakovlev seria responsável pela liberação do aparecimento, na imprensa mais liberal soviética (*Moskovskie Novosti*, *Ogoniok*, etc.), de diversos artigos de cunho bastante radical para a época.

Entre esses dois polos oscilava o restante do *Politburo*. Por exemplo, em outubro de 1988, este órgão era composto de 12 membros titulares (Gorbachev, Ligachev, Yakovlev, o primeiro-ministro Ryzhkov, o ministro do Exterior Shevardnadze, V. Medvedev, Chebrikov, Slyunkov, Zaikov, Nikonov, Vorotnikov e Shcherbitskii). Quais suas posições no espectro político-ideológico? Apesar das fronteiras entre os grupos serem tênues e maleáveis, grosso modo, pode-se dizer que Yakovlev, Shevardnadze, Gorbachev, Medvedev, Ryzhkov e Slyunkov (em ordem decrescente de “entusiasmo”) estavam do lado de um aprofundamento das reformas, enquanto que Ligachev, Chebrikov, Nikonov e Scherbitskii estavam já mostrando descontentamento com os rumos que o excesso de “liberalismo” da *perestroika* estava tomando. O tecnocrata Zaikov e Vorotnikov flutuavam de acordo com as circunstâncias.

As divergências formavam-se devido ao fato de que, em 1988, o processo começava a fugir das rédeas do partido. A *glasnost* favorecera o aparecimento de pontos de vista mais radicais e liberais que os vinculados dentro do PCUS. Isto dividia o *Politburo* entre os que queriam frear o processo e mantê-lo dentro do controle partidário e

os que achavam isto permissível. A imprensa abundava de artigos contra o passado stalinista que beiravam a crítica da própria situação presente. Além disso, a formação de *neformal'nye ob''edineniya* (grupos informais independentes) na sociedade, como clubes de discussão, organizações culturais, etc. fazia com que pontos de vista fora do controle partidário começassem a florescer. Ou seja, 1988 é marcado pelo aparecimento, dentro do partido, de pontos de vista que enfatizam a necessidade de uma reforma mais profunda, rumo a “economia de mercado”. Nestes círculos, não se menciona a palavra capitalismo, e sim “socialismo de mercado” para designar essas ideias. E, por fora do PCUS, alguns círculos mais radicais (por exemplo, movimentos autonomistas nas repúblicas bálticas), de modo discreto, começam a ventilar insatisfações maiores com o sistema soviético. A partir daí, as histórias da sociedade e do partido passaram a precisar ser escritas diferenciadamente, pois suas nuances de ideologia nem sempre coincidirão.

E Yeltsin aparece e desaparece...

O debate ideológico no *Politburo* estaria polarizado por dois de seus membros titulares (Ligachev e Yakovlev). Mas, um ponto simbólico marcante seria a caída em desgraça, em novembro de 1987, de um de seus membros-candidatos, que futuramente viria a ser decisivo para a história da URSS: Boris Nikolayevich Yeltsin. Engenheiro de construção, primeiro secretário do Comitê Provincial do partido em Sverdlovsk, em 1985 tinha sido transferido a Moscou, trabalhando no setor de construção. Em dez. 1985 tornou-se primeiro secretário do partido na capital.

Em fev. 1986 foi eleito membro-candidato do *Politburo*. Era bastante popular na capital por seu estilo dinâmico, informal e exigente de trabalhar. Ao contrário de outros chefes do partido, que se encerravam em seus gabinetes, ele frequentemente aparecia em público, nos locais de trabalho, para ver se tudo estava correndo “nos conformes”. Seu dinamismo agradava inicialmente a Gorbachev. Entretanto, seu espírito excessivamente independente e modos pouco ortodoxos, acabavam valendo-lhe choques com a liderança partidária mais conservadora, especialmente Ligachev. Devido ao clima difícil, Yeltsin solicitaria renúncia como primeiro secretário de Moscou, no *plenum* do Comitê Central de outubro de 1987, afirmando não poder trabalhar sob alguns líderes partidários que exerciam um autoritarismo totalmente fora do espírito da *perestroika* (alusão a Ligachev). Por isso, sofreu críticas e uma reprimenda oficial do *plenum*. Sua renúncia seria aceita, em 11 nov. 1987, na reunião plenária do partido na cidade de Moscou. No *plenum* seguinte do CC, em fev. 1988, Yeltsin seria removido de sua posição de candidato-membro do *Politburo* (apesar de continuar como membro do Comitê Central). Amargou, assim, longo ostracismo na condição de vice-presidente do GOSSTROI (Comitê Estatal de Construção). Na XIX Conferência do PCUS, no verão de 1988, faria um discurso pedindo sua própria reabilitação, por não se considerar culpado das acusações. Apesar de não ter sucesso em seu intento e sofrer uma chuva de críticas dos outros oradores, alguns membros do partido e cidadãos simpatizaram com sua independência.

Os stalinistas dão as caras e os conflitos étnicos também...

Outro momento marcante do debate ideológico no seio da própria sociedade seria a publicação, no jornal *Sovetskaya Rossiya* de 13 de março de 1988, da carta da leitora Nina Andreeva intitulada “Não Posso Abandonar Meus Princípios”. A *perestroika*, até então, tinha sido marcada por uma crítica antistalinismo que contava com o beneplácito oficial e não sofria nenhuma resistência maior ou mais organizada dentro do partido aparentemente. Entretanto, em seu texto, a obscura professora de química N. Andreeva argumentava que os ataques a Stalin e algumas outras atitudes tomadas durante a *perestroika* eram uma maneira disfarçada de tirar o país do caminho do socialismo. Esta publicação (diziam ter sido aprovada nas mais altas instâncias por Ligachev, que negou) foi um marco, pois a partir dali as forças pró-Stalin, ainda que francamente minoritárias, assumiriam uma postura de promover sua resistência ao “revisionismo”. O simbolismo do episódio deu fama mundial a Andreeva, que inclusive posteriormente passaria a liderar a corrente partidária *Unidade*, para defesa da herança política de Stalin.

O início de 1988 veria ainda o germe de um problema que, em 1989-90, se transformaria numa das maiores dores de cabeça da URSS: as disputas interétnicas. Em fevereiro de 1988 ocorreriam os primeiros conflitos violentos entre armênios e azerbaijanos pelo território de Nagorno-Karabach. No dia 28, as notícias de que dois azerbaijanos teriam morrido em choques com armênios perto da cidade de Agdan (bem ao lado de Nagorno-Karabach) provocou um ataque indiscriminado contra armênios que viviam em Sumgait, subúrbio de Baku, capital do Azerbaijão. Nos dois dias que durou o massacre de Sumgait, morreram mais de trinta pessoas e centenas saíram feridas. Tropas federais seriam enviadas à região e as relações entre as repúblicas

da Armênia e Azerbaijão deterioraram em virtude da disputa por Karabach (faremos uma descrição destes e outros conflitos interétnicos mais adiante). O importante é notar que, após 1988, formas de organização autônomas (desde *neformal'nye ob'edineniya* até forças étnicas centrífugas) começam a se separar do controle do Estado e do partido.

E a URSS se retira do Afeganistão...

Pelos acordos de Genebra de abril de 1988, a URSS inicia, em maio, a retirada de suas tropas estacionadas no Afeganistão (completar-se-ia em 15/2/89, conforme o acertado). A União Soviética havia enviado suas tropas àquele país em dezembro de 1979 a fim de combater as guerrilhas islâmicas que ameaçavam o governo pró-comunista lá instalado. Os russos chegaram a ter 115 mil soldados de uma só vez no Afeganistão. A intervenção custou 15 mil mortos soviéticos e bilhões de rublos. Este custo humano e material, assim como o fato de não poder derrotar definitivamente os rebeldes armados pelos EUA, foram os motivos invocados por Gorbachev para justificar a retirada. Gesto humanitário ou traição à causa internacionalista da URSS, este fato quedaria marcante na *perestroika*, acendendo uma viva discussão sobre os conceitos de guerra, revolução, custos militares e custos humanitários. As comparações com a guerra do Vietnã (onde morreram cerca de 50 mil americanos) eram inevitáveis...

XIX Conferência, o marco da lei das cooperativas, monopólio do comércio exterior...

No verão de 1988 ocorreu a XIX Conferência do PCUS e um *plenum* do Comitê Central. Neles, Gorbachev conseguiu forçar a ideia de uma maior separação entre o governo e o partido na economia. O partido deveria diminuir ou acabar com sua interferência e controle constante das atividades das empresas e dos órgãos do governo (frequentemente mais atrapalhando que ajudando) e concentrar-se nas atividades políticas e ideológicas.¹⁰

Do ponto de vista da economia política, o fato mais importante de 1988 foi a promulgação da *Lei Sobre a Cooperação Na URSS* em 26 de maio. Ela permitia a criação de empresas-cooperativas (com mínimo de três sócios) que funcionariam de maneira independente do governo. Detalhe importante: **era permitida a contratação de mão de obra assalariada de terceiros** (na forma de contratos temporários ou de longo prazo). Vista naquela época como uma medida ainda dentro dos limites do socialismo (afinal, cooperativas são, a princípio, uma forma de propriedade *social*), com o tempo, estas novas “cooperativas” acabaram se revelando um eufemismo para camuflar o germe do funcionamento de verdadeiras empresas privadas. O fato de a lei exigir um mínimo de três sócios, para não ficar configurada uma firma particular, acabaria por se transformar em mero detalhe formal. O governo depositava muitas es-

10 O CC do PCUS tinha um *apparat* interno (formado de funcionários permanentes) que reproduzia a estrutura dos ministérios e órgãos econômicos. Cada parte do *apparat* controlava o funcionamento de suas estruturas correspondentes na economia e verificava se estavam cumprindo as diretrizes das políticas estabelecidas pelo partido. Por exemplo, o departamento de agricultura do Comitê Central fiscalizava o Ministério da Agricultura, o Comitê Estatal de Silvicultura e instâncias correlatas. A ideia era assegurar um controle completo da economia pelo partido, mas a percepção, durante a *perestroika*, era que havia uma duplicação desnecessária de trabalho.

peranças nas cooperativas para, com sua estrutura menor e ágil, cobrirem as deficiências das burocratizadas firmas estatais, principalmente no setor de serviço. As novas cooperativas revelaram-se bem mais ágeis, seus produtos e serviços bastante superiores aos das lojas oficiais. Entretanto, logo surgiram reclamações contra os altos preços cobrados por elas e acusações de especulação. Enfurecia a população ver produtos em falta nas lojas do governo (que vendiam a preços tabelados, baixos) aparecerem “milagrosamente” nas cooperativas (a preços bem mais altos). Para entender esta mentalidade popular, é preciso lembrar que os habitantes da URSS, na maior parte de suas sete décadas de existência, viveram sob uma ideologia que considerava a aquisição por particulares de artigos estatais para fins lucrativos de compra e venda como crime previsto em lei: a especulação. Não admira a dificuldade e o choque de muitos para se adaptarem à nova realidade. As nascentes cooperativas dividiriam as opiniões entre os reformistas pró-mercado e os mais ortodoxos, que viam aquilo como uma reencarnação dos *nepmen* especuladores dos anos 20.

Por outro lado, a 2 dez. 1988, o monopólio estatal do comércio exterior da URSS sofreria um golpe mortal. Um decreto do Conselho de Ministros deu a empresas estatais e cooperativas a possibilidade de obter permissão para exportar e importar por conta própria. Há decênios, para manter sob controle a influência de mercadorias estrangeiras na economia da URSS, todas as operações de exportação/importação eram realizadas exclusivamente através do Ministério do Comércio Exterior. Tradicionalmente, o monopólio estatal do comércio exterior era um dos maiores bastiões ideológicos da independência econômica do país. Agora, entretanto, sob a alegação de que a centralização de todas as operações no Ministério do

Comércio Exterior causava burocratização, lentidão e falta de agilidade nas operações, abriu-se a possibilidade das empresas (com permissão especial) realizarem suas transações diretamente com os clientes estrangeiros.

Assim, chegamos ao final de 1988 com a União Soviética entrando numa nova fase. Em 1988, o processo da *perestroika* começava a sair do controle total do PCUS e focos autônomos apareciam na sociedade civil. As organizações informais (*neformal'nye ob'edineniya*) tendiam a levar as discussões para fora dos limites impostos pelo partido. Isto notava-se nas repúblicas do Báltico (Lituânia, Letônia e Estônia), onde os sentimentos étnicos antirussos eram mais forte. No campo étnico, inclusive, ocorreu o primeiro conflito violento em larga escala há décadas (massacre de Sumgait), que prenunciaria a chuva de problemas nessa esfera a partir de 1989-90. Na área econômica, o fato dos três primeiros anos da *perestroika* (1985-7) não terem melhorado sensivelmente a performance da URSS ocasionou uma polarização de posições dentro do PCUS entre os que queriam um aprofundamento das reformas rumo à uma *economia de mercado social*, ou *socialismo de mercado*, e aqueles mais ortodoxos, que achavam que a *perestroika* estava indo por um caminho que poderia colocar em cheque valores socialistas básicos. A batalha ideológica seria gradualmente vencida pelos reformistas que conseguiram duas vitórias primordiais em 1988: a lei sobre as cooperativas e a lei que quebrava o monopólio estatal do comércio exterior. Em 1988 começaria a ficar visível que as reorganizações da *perestroika*, com sua sucessão de novas leis e diferentes e contraditórias interpretações destas por órgãos estatais e empresas, estavam levando a uma queda no nível de vida da população e ao déficit de alguns produtos e serviços de preços tabelados. Isto começou a aumentar o descontentamento e impaciência dos cidadãos. Ficava cla-

ro que não era possível permanecer naquele ponto: ou se partiria para uma reforma mais radical ou se deveria reorganizar o sistema novamente para funcionar, pelo menos, como antes.

As explicações dadas para as crescentes dificuldades eram contraditórias, com os mais ortodoxos culpando a *perestroika* e os reformistas clamando por um aprofundamento desta. Os reformistas defendiam que a economia da URSS era formada por uma série de grandes monopólios estatais, que tornavam o sistema pesado, burocrático e não permitiam a queda dos preços (a não ser por meios administrativos e subsídios). A solução seria desmonopolizar a economia, promover a competição entre empresas menores, de preferência com preços que refletissem a lei da oferta e procura, para evitar distorções e desperdícios.

Na verdade, com todas as marchas e contramarchas, este será o caminho que a *perestroika* seguirá a partir de 1989, quando entramos na fase em que serão enfatizados os mecanismos da economia de mercado para corrigir a crise. O fato de a performance macroeconômica da URSS em 1988 ter sido melhor que a dos três anos anteriores (ver tabela B1 do apêndice “B”), forneceria um estímulo adicional aos reformistas.

2.3 Fase da “Economia De Mercado” (1989 e Início de 1990)

O ano de 1989 começa com um evento que marca profundamente os soviéticos: as eleições, em 26 de março, para o *Congresso de Deputados do Povo* (base do novo par-

lamento reorganizado).¹¹ Estas foram as primeiras eleições, no país em que pôde prevalecer um debate relativamente livre de diferentes pontos de vista. Apesar do PCUS ainda ser o único partido oficialmente registrado, candidaturas independentes alternativas eram também aceitas. O partido comunista, de maneira geral, foi o grande vencedor: 87% dos eleitos em toda a URSS. Entretanto, um bom número de candidatos não-alinhados diretamente com o PC também se elegeu. O quadro mais diferenciado estava nas repúblicas do Báltico, onde candidatos nacionalistas e autonomistas (ou ligados a estes ideais) chegaram a conquistar maioria em muitas localidades.

As duas semanas em que o Congresso esteve reunido (25 maio a 9 jun.), para debater as grandes questões e eleger os membros do Soviete Supremo, galvanizaram o país. Os agitados debates foram transmitidos ao vivo pela televisão e os soviéticos acompanharam com o ardor de quem assiste ao capítulo final da novela das oito... A franqueza dos debates energizava a população. Os problemas ali postos eram rediscutidos nos lares, perante a TV, no trabalho e, inclusive (fato novo), nas ruas. Em Moscou, por exemplo, toda noite enormes multidões reuniam-se na área do Estádio Lenin para debater os tópicos do dia no Congresso, inclusive, com a presença de vários dos deputados, que saíam das sessões direto para lá. Um novo estilo de fazer política, *na rua*, estava se formando. Logo surgiria a época dos comícios e discussões ao ar livre.

11 As novas regras da *perestroika* estipulavam que, em vez de votar como antes, diretamente para o Soviete Supremo (1.400 membros; ver apêndice "A"), os soviéticos elegeriam um Congresso de Deputados do Povo (em 1988, 2.250 deputados). Estes deputados, após duas semanas de deliberação e discussão livre e televisionada sobre qualquer assunto de importância estratégica, escolheriam, entre seus membros, aqueles que pertenceriam ao corpo mais permanente do Soviete Supremo.

Neste congresso foram eleitos vários opositores dissidentes (ex., Andrey Sakharov) ou opositores em potencial (como Boris Yeltsin que, a partir daí, sairia com força total do “ostracismo partidário” em que se encontrava desde o *plenum* do CC do PCUS de out. 1987). Muitos deles se reuniram no chamado Grupo Interregional de Deputados: Sakharov, Yeltsin, o futuro prefeito de Moscou Gavrill Popov, o futuro prefeito de Leningrado Anatoly Sobchak, Yury Afanasyev, etc. Formariam, assim, a primeira oposição parlamentar há décadas no país. Apesar de heterogêneo, o Grupo Interregional já tendia a posições favorecendo a economia de mercado, permissão de alguma forma de propriedade privada e o fim do monopartidarismo.

E grandes greves reaparecem...

No verão de 1989, uma greve de mineiros marcaria a volta da ação grevista independente de trabalhadores em larga escala no país. E esta seria uma independência em dois sentidos: tanto do governo quanto dos sindicatos oficiais, tradicionalmente ligados ao Estado e atuando com pouca autonomia em relação a ele. No início de julho, os trabalhadores da mina Shevyakov, em Mezhdurechensk haviam entregado exigências de melhorias salariais e de condições de saúde e abastecimento ao Comitê Central do Sindicato dos Mineiros, ao Comitê do partido na cidade e ao diretor da mina. Ao não terem suas reivindicações atendidas, iniciaram uma greve “selvagem” (*i.e.*, sem sanção do sindicato) no dia 10 de julho. O movimento grevista, heterogêneo e nem sempre bem coordenado, espalhar-se-ia como fogo alcançando 158 minas e 177 mil trabalhadores em diversas regiões. Além das demandas econômico-eco-

lógicas, havia também as políticas, entre as quais a luta por uma nova constituição e a exigência de que o primeiro-ministro Nicolai Ryzhkov e Gorbachev tomassem parte nas negociações. Após o governo propor um plano de 2 bilhões de rublos para melhorar a situação dos mineiros no país, os grevistas começaram a voltar ao trabalho entre os dias 24 e 27 de julho.

Entretanto, os *comitês de greve* não se dispersaram e transformaram-se em *comitês operários* para vigiar o cumprimento dos acordos. Isto não apenas levaria a novas greves nos dois anos seguintes, mas também à criação (em 1989) do Sindicato Independente dos Mineiros, por fora dos sindicatos oficiais do Estado. O Sindicato Independente dos Mineiros apoiaria Yeltsin contra Gorbachev.

E a economia em 1989

Premido por uma economia que teimava em não se acelerar e com dificuldades crescentes de abastecimento (preços altos nas cooperativas ou falta de produtos e filas nas lojas oficiais), o PCUS (ele mesmo dividido) começava a perder o controle absoluto não apenas da economia como do processo político. No final de 1989 e início de 1990, organizações informais dos mais diversos matizes ideológicas proliferavam, movimentos nacionalistas fortaleciam-se nas repúblicas e exigiam maior autonomia do centro. Como remédio para as dificuldades de abastecimento, certos grupos (principalmente os que logo passariam a ser chamados de “democratas” por exigirem o fim do monopartidarismo na URSS) propugnavam a instalação de uma economia de mercado, com desmonopolização, privatização de parte das estruturas estatais, aumento da concorrência entre as

empresas para, através da lei da oferta e procura, diminuir as pressões inflacionárias. Nesta época ainda não se empregava abertamente o termo *capitalismo* e sim o eufemismo *economia de mercado*, de tom ideologicamente menos ofensivo e mais maleável. Enquanto que os *democratas* a partir de 1990 passariam a usar este termo no sentido de adoção de medidas capitalistas, o governo ainda insistia que buscava um *socialismo de mercado* ou *mercado socialista*.

Em 1989, no campo econômico, foram dados dois passos preparatórios importantes para esta passagem ao socialismo de mercado. A primeiro de abril, um decreto do Conselho de Ministros passou a permitir o *arrendamento* (aluguel), por particulares, de empresas ou instalações do governo. Medida visando principalmente a melhorar a qualidade dos serviços na URSS (ex., cabeleireiros, pequenas lojas), era baseada no princípio de que “o patrimônio permanece propriedade estatal, mas o usufruto [e renda daí resultante] é do arrendatário”. Inicialmente destinada aos pequenos negócios, logo abriria caminho para o arrendamento por particulares de propriedades estatais maiores.

O outro passo marcante foi dado em outubro de 1989. Como resultado do trabalho da *Comissão Estatal Para a Reforma Econômica* (criada em 5 jul. no Conselho de Ministros) é publicado o projeto de um programa intitulado “Reforma Econômica Radical: Medidas Imediatas e a Longo Prazo”. Denominado de “Plano Abalkin”, em referência ao nome do chefe da comissão, o programa propunha a criação, na URSS, de uma economia com formas múltiplas de propriedade: estatal, cooperativa, arrendamento, “e outras”. Apesar de evitar a expressão “propriedade privada”, o plano propõe uma passagem decidida à adoção de “mecanismos de mercado”, como preços livres, competição econômica e criação de bolsas de valores.

Um ponto que passou a se tornar central na agenda econômica da *perestroika* foi o déficit do orçamento da União. A URSS, há décadas, mantinha orçamentos oficialmente equilibrados, com as receitas cobrindo as despesas. Em outubro de 1988, o ministro das finanças, Boris Gastev, admitiu, finalmente, que o déficit aumentara muito durante a *perestroika*. Se, nas décadas anteriores, observadores ocidentais já apontavam um déficit real que chegaria a 2 ou 3 por cento do PNB, em 1986 ele tinha pulado para 6% e, em 1988, chegara a 10% do PNB. Esta era uma cifra altamente preocupante. O aumento do déficit fiscal provinha de uma série de fatores: a campanha antialcoolismo diminuía as receitas dos importantes impostos sobre bebidas alcoólicas; as campanhas de Gorbachev para *uskoreníe* (“aceleração”) econômica acarretaram um aumento no nível de investimentos do país; os salários e subsídios aos consumidores estavam sendo aumentados a um ritmo acima da produtividade, etc. Além disso, outro desequilíbrio financeiro começou a preocupar as autoridades soviéticas. Havia um excesso de rublos em circulação. Principalmente após a *Lei Sobre a Empresa Estatal*, de 1987, que havia dado aos diretores e às empresas mais independência para fixar o nível de salários, havia uma tendência à elevação dos salários nominais acima do ritmo de aumento da produtividade. Para combater o déficit fiscal e pagar os crescentes rendimentos e subsídios ao consumidor, a máquina de fazer dinheiro teve que ser posta em funcionamento. Entretanto, a maior quantia de meios de pagamento em circulação não estava encontrando uma quantidade aumentada na mesma proporção de mercadorias devido ao contexto de desabastecimento e escassez que se tornaria a tônica a partir de 1989-90. Ou seja, havia mais rublos em poder da população, mas sem encontrar canal para utiliza-

ção. O FMI calcularia que, em 1990, por exemplo, o excesso de dinheiro em circulação (*monetary overhang*) na URSS alcançava 250 bilhões de rublos, ou 18% do PNB do país.

2.4 Fase da Restauração Capitalista e Desintegração da URSS (Segundo Semestre de 1990 e 1991)

A União Soviética adentrou 1990 qualitativamente diferente. Um urso polar russo de 1984 que, por alguma estranha razão, houvesse hibernado durante o período da *perestroika* certamente reconheceria a sociedade da URSS se tivesse acordado em 1987 e mesmo 1988 (apesar de provavelmente admirar-se com a ampliada franqueza das pessoas e imprensa!). Mas, se nosso hipotético Misha só acordasse em finais de 1989-inícios de 1990, certamente se perguntaria inicialmente se não estaria ainda sonhando. Inflação... (“Que é isso?”); ideias de economia de mercado e propriedade privada... (“Ué? Cumé que estão deixando estes caras falarem isso?”); lojas particulares (cooperativas) vendendo por preços mais caros e trabalhando nas instalações do governo... (“Não viram estes especuladores aí, não?”); dificuldades no abastecimento e filas... (“Pô, as filas aumentaram!”).

Realmente, havia muitos *Mishas* pela União Soviética atordoados com a velocidade das mudanças. Vários descontentes do PCUS fundaram, em maio de 1989, a sociedade *Unidade* para defender a herança leninista-stalinista do país ameaçada pelo “revisionismo” que estava imperando no partido. O movimento era liderado por Nina

Andreeva (aquela mesma da famosa carta no jornal *Sovetskaya Rossiya* de março de 1988). O descontentamento com o “revisionismo” de Gorbachev levaria à fundação, por fora do PCUS, da OFT (Frente Unida dos Trabalhadores). Parcialmente em resposta à criação, pelos democratas, das *frentes populares* nacionalistas nas repúblicas, a OFT pretendia opor a isso uma organização de massa de trabalhadores para defender o socialismo e a integridade da URSS. Seu congresso de fundação foi em 15-16 jul. 1989, por iniciativa de intelectuais comunistas ortodoxos do partido, com apoio de elementos da classe operária. A OFT pregava a “completa restauração do PCUS como partido da classe operária”, uma “orientação comunista para a *perestroika*” e era contra qualquer tentativa de se implantar uma economia de mercado na URSS, desejando retorno ao planejamento central tradicional. Entre seus principais membros estavam Richard Kosolapov, Veniamin Yarin, Viktor Anpilov. A OFT orientava-se para a classe operária. Apesar de não obter um grande apoio de massa, era bastante ativa em termos de demonstrações de rua, trabalho de agitação em fábricas, etc.

Entretanto, a tendência geral do movimento sindical era ideologicamente diferente da OFT. A greve dos mineiros de 1989 levaria à formação do Sindicato Independente dos Mineiros. Em 1990, os sindicatos oficiais da República Russa seriam reorganizados na Federação dos Sindicatos Independentes da Rússia (FNPR), que, em teoria, deveria atuar de maneira a defender os interesses imediatos dos trabalhadores e não ser apenas mera “correia de transmissão” entre Estado e operariado. Por ter herdado as estruturas dos sindicatos oficiais na república russa (inclusive seu direito de desconto em folha da contribuição sindical), a FNPR nasceria forte. De maneira geral, os novos

sindicatos independentes tendiam a aceitar a passagem a uma economia de mercado como mais aceitável que a continuação do sistema burocrático soviético. Várias delas apoiariam Yeltsin contra Gorbachev.

A polarização das posições ideológicas na sociedade se acentuou em 1990. Os *democratas*, fugindo ao controle do PCUS, pregavam o fim do monopartidarismo na URSS e a adoção de uma economia de mercado não dominada pelo estado, cujos contornos vão se identificando cada vez mais com o capitalismo de feição social-democrática. Os democratas tenderão a se agrupar ao redor da figura de Boris Yeltsin que, apesar de ainda nominalmente ser membro do PCUS, cada vez mais se identificava com as correntes oposicionistas reformistas radicais dentro do partido.

XXVIII Congresso...

Assim, no próprio partido comunista passaram a conviver correntes completamente diversas entre si. O centralismo democrático e a proibição de facções internas faziam com que, eufemisticamente, estas correntes assumissem o nome de *plataformas*. Às vésperas do XXVIII Congresso do partido (2-3 jul. 1990), além da linha gorbachevista principal, apareceram grupos com programas diferentes. Pelo lado ortodoxo, os adeptos da *Unidade*, chefiados por Nina Andreeva, pregavam um combate ao “revisionismo” gorbachevista e uma volta aos métodos leninistas-stalinistas de luta de classes. A *Plataforma Marxista* (de Prigarin e Buzgalin) também combatia a política de Gorbachev do ponto de vista do marxismo, mas condenava o stalinismo autoritário, advogando contra isso o contro-

le operário na produção e o combate ao burocratismo e elitismo no PCUS. Já a *Plataforma Democrática* representava os elementos do partido comprometidos com uma reforma mais radical que a do secretário-geral, em direção à uma economia de mercado e à transformação do PCUS num partido social-democrático do estilo ocidental.

Um dos resultados do XXVIII Congresso seria uma diminuição da influência do PCUS, como um todo, na condução do governo, desta vez em prol do aumento do poder pessoal de Gorbachev, eleito em março de 1990 para o recém-criado cargo de Presidente da URSS. No Congresso, Yeltsin anunciaria também sua saída oficial do partido.

Fim do Monopartidarismo!!!

1990 testemunhou transformações radicais no funcionamento do PCUS. Em fevereiro, premido por mil pressões vindas da sociedade, Gorbachev, com dificuldades, convenceu o Comitê Central a aceitar o fim do monopartidarismo na URSS. Assim, em 13 de março, num ato histórico, o Soviete Supremo revogou o artigo 6 da constituição de 1977 que determinava que o PCUS era o “líder e força-guia na sociedade soviética e o núcleo de seu sistema político”. No mesmo dia, o Soviete Supremo criou o cargo de Presidente da URSS, elegendo para ele Gorbachev (os futuros presidentes deveriam ser eleitos por voto popular direto). A justificativa que o secretário-geral apresentava para a necessidade do novo cargo era que a crise econômica e as tendências nacionalistas nas repúblicas estavam criando um começo de anarquia no país que requeria um presidente com poderes fortes para combatê-la.

Mikhail vs. Boris...

A era da política personalista começava. Por um lado, Gorbachev acumulando o cargo de secretário-geral do PCUS e de presidente da URSS. Por outro lado, as eleições parlamentares de março de 1989 haviam trazido um considerável número dos chamados democratas aos parlamentos da Rússia e outras repúblicas (além do controle direto, por eles, de algumas das grandes cidades). Em 29 maio 1990, Boris Yeltsin foi eleito presidente do Soviete Supremo (parlamento) da Rússia. Começaria a polarização entre a república russa e o governo central da URSS. Seguindo o exemplo autonomista de outras repúblicas (em março de 1990 as três do Báltico haviam declarado unilateralmente sua independência!), em 8 jun. 1990, o parlamento da Rússia declara que as leis russas terão prioridade sobre as soviéticas.

Do lado da economia, 1990...

Pelo lado da economia, 1990 marcou a época em que a liderança do PCUS, premida pela crise econômica e o início de caos social, abandonou qualquer perspectiva de desenvolvimento puramente socialista (estatal) para a URSS, aceitando a inevitabilidade de uma ida à economia de mercado, como também pregavam os democratas. A diferença era que, pelo menos a nível teórico, os líderes do PCUS insistiam que esta deveria ser uma economia de mercado *social* enquanto que grande parte dos democratas já passaria a pregar uma economia de mercado do tipo das social-democracias europeias. Na entrada de 1991, os pudores caíam ao máximo. O governo comunista já nem

insistiria na expressão “socialismo de mercado” e simplesmente “economia de mercado” (por vezes, com o epíteto “social”) e vários democratas já abandonariam o eufemismo “economia de mercado” e passariam a falar em capitalismo puro e simples.

Vejamos agora os principais marcos econômicos desta ida do próprio governo comunista ao conceito de economia de mercado no ano de 1990.

Em 6 de março de 1990, a *Lei Sobre a Propriedade na URSS* estabeleceu formalmente que diversas formas de propriedade seriam aceitas na economia além da estatal (cooperativas, arrendamento, sociedades por ação, pessoal dos cidadãos) e que todas deveriam ser igualmente respeitadas.

Em 16 de agosto, um decreto do Conselho de Ministros estabeleceu medidas para a desmonopolização da economia. Ou seja, procurava incentivar a concorrência e acabar com os monopólios produtivos das gigantescas empresas estatais.

Em setembro/outubro, por encomenda de Gorbachev, dois grupos de trabalho elaboraram programas para a passagem do país a uma economia de mercado. Uma comissão, composta principalmente por economistas mais radicais, como Grigory Yavlinsky e Stanislav Shatalin, redigiu o projeto “Transição ao Mercado: Concepção e Programa”. Mais conhecido como “Plano Shatalin” ou “Plano dos 500 Dias”, propunha uma passagem extremamente rápida e radical a uma economia de mercado no prazo de 500 dias através, entre outras medidas, de um programa de privatização imediata, em larga escala. A palavra “socialismo”, inclusive, não era mencionada uma só vez no programa. O segundo grupo, formado por funcionários do governo e alguns ministros, criou o “Programa Governamental para a

Formação das Estruturas e Mecanismo de uma Economia de Mercado Regulado”. Conhecido também como “Plano Ryzhkov”, propunha passagem mais gradual e prudente à economia de mercado (em que o governo ainda teria um papel regulador forte). Indeciso, sem se satisfazer com nenhum dos dois projetos, Gorbachev pediu ao economista Abel Aganbegyan para elaborar um projeto que mesclasse os outros dois. O resultado também não foi satisfatório. Todos os projetos foram rejeitados pelo Soviete Supremo que, em 24 de setembro, deu um prazo de três semanas para Gorbachev apresentar um programa próprio. Este assim o fez e, em 19 de outubro, o Soviete Supremo da URSS aprovou, por decreto, as “Orientações Básicas Para a Estabilização Econômica e Transição Para a Economia de Mercado”. Neste ínterim, aumentou o potencial de choque de poderes entre o governo central e a Rússia, pois em 11 de setembro o Soviete Supremo da República Russa havia aprovado o “Plano Shatalin” para a república (uma decisão mais simbólica que concreta, pois, sem apoio do governo e ministérios centrais, ficaria prejudicada a implementação do programa). Em 4 de outubro, Gorbachev emitiu um decreto presidencial sobre medidas prioritárias para a transição às relações de mercado.

Ou seja, em finais de 1990, o governo já parou de falar de “mercado socialista” e fala de “mercado” apenas, mas diz que se propõe a uma economia de mercado “regulado” (*reguliruemaya rynochnaya ekonomika*). Igualmente, a ideia de privatizações (pelo menos em princípio) passou a ter aceitação, não só nos círculos mais radicais, como nos governamentais, apenas com uma nuance linguística. O governo do primeiro-ministro Ryzhkov procurava utilizar a palavra *razgosudarstvlenie* (“desestatização”) em seus decretos. Já os economistas radicais (muitos ligados ao go-

verno da República Russa, de Yeltsin) empregavam a mais ideologicamente carregada palavra *privatzatsiya* (“privatização”).

Problemas econômicos, étnicos, políticos...

A economia entrou em queda livre. O índice de crescimento de 2,5% em 1989 transformou-se em crescimento *negativo* de -4% em 1990. A inflação (fenômeno a que os soviéticos não estavam acostumados antes da *perestroika*) atingia oficialmente 14% em 1990. Boa parte da desorganização econômica (e a perda da conexão adequada entre empresas governamentais sediadas em diferentes locais) devia-se ao conflito de poderes entre o centro e as repúblicas. As demandas nacionalistas levaram a que, no final de 1990, 3 repúblicas constitutivas da URSS (Estônia, Lituânia, Letônia) já tivessem declarado unilateralmente sua *independência* e as outras tivessem declarado sua *soberania* em relação ao centro. O primeiro semestre de 1991 seria marcado, então, não só pelo crescente caos econômico, como pelas demandas das repúblicas por maiores poderes.

Apesar de o PCUS adotar cada vez mais medidas de mercado, os democratas acusavam Gorbachev de ter politicamente feito uma “virada para a direita conservadora” que durou o outono-inverno de 1990.¹² Segundo este

12 Aqui é interessante notar como os conceitos de “direita” e “esquerda” ficaram confusos durante a *perestroika*, frequentemente não seguindo as definições tradicionais do Ocidente. No início das reformas de Gorbachev, aqueles que queriam mudanças no sistema ficaram conhecidos como “esquerda” e os que queriam conservar o sistema ortodoxo antigo como “direita”. Entretanto, o desenrolar da *perestroika* mostraria que os reformistas, na verdade, estavam

raciocínio, o novo presidente da URSS, premido pelas tendências anárquicas na sociedade, teria partido para políticas personalistas e autoritárias, alienando muitos de seus antigos aliados reformistas na cúpula partidária e puxando para si o apoio de setores mais conservadores a partir de outubro.¹³ Exemplos disso seriam a saída, no final de 1990, de elementos reformistas da entourage de Gorbachev como A. Yakovlev, Nikolai Petrakov, E. Shevardnadze, Stanislav Shatalin, etc. Em janeiro de 1991, Nikolai Ryzhkov foi substituído por Valentin Pavlov como primeiro-ministro. Gorbachev estaria procurando cobrir suas costas contra as críticas dos setores mais “conservadores” do partido à anarquia reformista aliando-se a eles. A ironia do destino era que esta tática não daria certo, já que vários dos novos convocados participariam do golpe contra Gorbachev em agosto de 1991...

caminhando em direção à economia de mercado (e capitalismo), enquanto que os conservadores procuravam conservar o antigo regime socialista. Ou seja, na Rússia, nos anos ideologicamente muito confusos de 1989 e 1990, acabava-se, por vezes, chamando comunistas de “direita” e indivíduos pró-capitalismo de “esquerda”...

13 Outubro foi a época apontada pelo analista Igor Klyamkin como a “virada para a direita” de Gorbachev em seu artigo *Oktyabrskii Vybor Prezidenta*, na revista *Ogonek* (n. 47 de nov. 1990). Entretanto, as raízes de tal virada talvez possam ser vistas no XXVIII Congresso do partido em jul. 1990. Nele, ao contrário do congresso anterior de 1986 onde Gorbachev conseguiu aumentar o número de adesistas das reformas, vários membros do partido soaram vozes de alarme contra o rumo das políticas do secretário-geral. A partir dali, ele passava a “pisar em ovos” e tinha que proteger seu flanco contra as acusações de que estaria desacreditando o partido e a herança socialista. Gorbachev, para sobreviver politicamente, resolveu tentar cooptar a parte menos radical da “direita” (ortodoxos) do partido, convocando-os para trabalhar com ele. Outro fator que deve ter pesado em sua escolha era a disposição excessivamente radical-liberal de parte de seus assessores que tinham afinidades com os democratas (por exemplo, vários economistas reformistas que formularam o “Plano Shatalin”).

Aliás, presságios de que um golpe poderia ser dado contra Gorbachev vieram bem antes de agosto de 1991. Em 20 dez. 1990, o ministro do Exterior, Eduard Shevardnadze, até então um dos mais próximos auxiliares reformistas de Gorbachev, surpreendeu o mundo e a própria cúpula do PCUS ao renunciar, sem nenhum aviso prévio, comunicando que “reacionários” linha-dura estariam fazendo preparativos para instaurar uma ditadura no país. O anúncio causaria sensação e apreensão internacional.

Assim, adentramos 1991, com a URSS parecendo uma chaleira com água prestes a entrar em ebulição. A polarização ideológica na sociedade atingia seu auge. A “ida ao mercado” parecia inevitável, restando saber se este passo seria dado rapidamente, como queriam os democratas, ou gradualmente, como queria o governo. Entretanto, havia um complicador extraeconômico que tornava a situação imprevisível: as disputas interétnicas.

Mais adiante faremos uma análise separada dos conflitos nacionalistas durante a *perestroika*. Por ora, mencionaremos que, no primeiro semestre de 1991, antes da tentativa de golpe de agosto, *todas* as 15 repúblicas constitutivas da URSS haviam declarado sua *soberania* em relação ao centro (*i.e.*, suas leis teriam prioridade sobre as federais, em caso de conflito). Além disso, as três repúblicas do Báltico (em março de 1990) e a Geórgia (em 9 abr. 1991) haviam declarado sua *independência*.

Ou seja, o caldeirão multiétnico soviético estava fervendo. Talvez, mais do que os problemas de classe ou de socialismo, tenham sido as questões nacionais as que deflagraram a tentativa de golpe de 19 de agosto de 1991 contra Gorbachev. Afinal, o *putsch* ocorreu exatamente na véspera da assinatura de um novo Tratado da União que daria grande autonomia às repúblicas, inclusive o direito

de secessão. A possibilidade da desintegração da União Soviética era a gota d'água que não podia ser aceita pelos golpistas.

No campo econômico, 1991...

No campo econômico, o primeiro semestre de 1991 foi marcado por iniciativas legislativas que deveriam abrir caminho para o processo de privatização ou desestatização de parte da economia. Em 19 de março, um decreto do Conselho de Ministros “Sobre a Reforma de Preços Varejistas” determinou o gradual término do tabelamento de preços nas lojas estatais de varejo da URSS. Em 12 de abril, a lei “Sobre os Princípios Gerais da Empresa Privada na URSS” permitia explicitamente e regulamentava a propriedade privada e atividade empresarial capitalista no país. Em 5 de janeiro, um decreto presidencial “Sobre Tarefas Prioritárias Para Implementação da Reforma Agrária” já havia dado permissão para uma redistribuição de terras improdutivas do Estado para empresas estatais ou cooperativas e (em forma de arrendamento ou usufruto) para pessoas físicas também. É interessante notar como o tabu da propriedade privada rural era maior que o da propriedade privada nas cidades. O decreto da reforma agrária ainda não permitia propriedade privada da terra por pessoas físicas e, sim, apenas o usufruto ou arrendamento. Este tabu continuaria até depois da desintegração da URSS. Na primeira metade da década de 90, Yeltsin teria muita dificuldade em suas tentativas de convencer o parlamento pós-soviético a promover a propriedade privada e compra e venda de fazendas e terras produtivas rurais.

Na política, 1991...

Em 12 jun. 1991 seriam realizadas eleições para o recém-criado posto de Presidente da Rússia. Yeltsin concorreria tendo como candidato a vice Aleksandr Rutskoi, um oficial veterano, herói da guerra do Afeganistão. Outros candidatos a presidente incluíam o ex-primeiro-ministro N. Ryzhkov, Vadim Bakatin, A. Tuleyev e os nacionalistas (algo xenófobos) Vladimir Zhirinovskiy e Albert Makashov. Yeltsin venceu, com Ryzhkov em segundo e Zhirinovskiy em terceiro.

Esta vitória por voto popular direto aumentaria o prestígio de Yeltsin em sua disputa pessoal com Gorbachev (que, como sabemos, havia-se tornado presidente da URSS “bionicamente”, eleito pelos deputados do Soviete Supremo). O confronto tinha esquentado muito desde fevereiro de 1991, quando Yeltsin pediu, em discurso de cadeia de televisão, que Gorbachev se demitisse por ser incapaz de levar as reformas adiante de maneira consequente. Interessante notar, neste episódio, que a reação da imprensa e dos círculos governamentais ocidentais tinha sido negativa em relação ao discurso de Yeltsin. Ou seja, o Ocidente, até bem as vésperas do *putsch* de agosto de 1991, ainda apostava a maioria de suas fichas em Gorbachev, visto como o mal menor diante da possibilidade da desintegração súbita da União Soviética e do caos perigoso que poderia daí advir. Somente após a tentativa de golpe de agosto de 1991, quando ficou óbvio que Gorbachev já não tinha mais autoridade e controle sobre os processos em curso, passou o Ocidente a apostar *em peso* em Yeltsin como o líder capaz de conduzir com pulso firme as transformações da região rumo ao capitalismo.¹⁴

14 O fato de o Ocidente ter começado a apostar *em peso* em Yeltsin,

A situação parecia beirar o caos à medida que o primeiro semestre de 1991 avançava. Por um lado, as dificuldades econômicas se avolumavam: filas, aumentos desenfreados de preço, dificuldades no abastecimento. A decisão do governo de partir firmemente em direção a uma economia de mercado, com privatizações, etc. assustava a muitos, devido à característica de “salto no escuro” que a revestia. Por outro lado, os problemas com as nacionalidades aumentavam. As 15 repúblicas constitutivas da URSS se recusavam a obedecer e colaborar com o governo central como antes. O sistema econômico integrado se desarticulava à medida que as diversas regiões passavam a agir independentemente na cadeia produtiva e empregavam políticas restritivas em relação à circulação de mercadorias deficitárias para fora de suas fronteiras.

Desde finais de 1990, Gorbachev acenava às repúblicas com planos de um novo Tratado da União que passaria grande parte dos direitos e responsabilidades para as repúblicas, mas mantendo algumas funções essenciais como tarefas do governo central (ex., defesa, banco central e moeda única, legislação federal). Gorbachev tinha apresentado 3 propostas sucessivas para este novo Tratado da União (uma em 23 nov. 1990, outra em 9 março 1991 e a terceira em 18 jun. 1991). Nenhuma delas foi aceita pelas

em oposição a Gorbachev, somente após o *putsch* de agosto de 1991, não exclui a possibilidade de que, já às vésperas do golpe, especulações sobre alternativas ao claramente enfraquecido secretário-geral não tivessem sendo feitas por estrategistas ocidentais. O chefe do KGB dizia aos seus cogolpistas ter posse de um memorando secreto que afirmava que “[...] os círculos próximos a G. Bush acreditam que S. Gorbachev praticamente exauriu todas as possibilidades como líder da URSS [...] A administração Bush e os governos de outros países ocidentais estão tentando identificar um possível candidato para substituir Gorbachev”. (Yeltsin, B. *The Struggle for Russia*. Nova York: Times Books, 1995, p. 51)

repúblicas apesar de cada versão dar mais e mais poderes a elas. Neste período foi realizado um referendo na URSS (boicotado pelas três repúblicas do Báltico e mais Armênia, Geórgia e Moldávia) em 17 de março de 1991, consultando a população se desejava preservar a integridade territorial da União Soviética ou não. A maioria (76,4% dos votantes) foi favorável à preservação.

Em 23 abr. 1991, no subúrbio moscovita de Novo Ogarevo, Gorbachev e a maioria dos líderes das repúblicas tentaram um acordo preliminar para a formação de uma “união de Estados soberanos”. Os detalhes seriam tratados pelos próprios líderes republicanos, em vez de impostos pelo centro. Finalmente, após negociações prolongadas e exasperantes durante todo o verão, um novo tratado da União, criado a partir da fórmula discutida em Novo Ogarevo, estava pronto para ser assinado no dia 20 de agosto de 1991 por representantes da Rússia, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão (e, posteriormente, pelos das outras). O tratado deixaria as repúblicas com amplos poderes, inclusive com mecanismos facilitadores da secessão para aquelas que assim o desejassem. Entretanto, exatamente na véspera da assinatura do acordo (dia 19 ago.), uma tentativa de *putsch* aconteceria em Moscou...

A tentativa de golpe de agosto de 1991...

No dia 16 ago. 1991, Aleksandr Yakovlev, antigo colaborador reformista de Gorbachev, anunciou sua saída do PCUS, avisando que um golpe de estado estava sendo preparado. Gorbachev estava de férias em Foros, na Crimeia, preparando-se para voltar a Moscou para a assinatura do novo Tratado da União no dia 20. No dia 19 de agosto, o golpe foi dado.

O anúncio dos golpistas foi veiculado pelos meios de comunicação às seis horas da manhã de segunda-feira, dia 19. Gorbachev estaria incapacitado por “razões de saúde” e o vice-presidente da URSS Gennady Yanayev tinha assumido os poderes presidenciais em nome do GKChP (*Gosudarstvennyi Komitet po Chresvychainomu Polozheniyu*, ou, Comitê Estatal do Estado de Emergência). A ironia do destino é que, entre os conspiradores, estavam vários membros da entourage de Gorbachev, pessoas a quem ele tinha-se alinhado na época da sua virada para a “direita” no outono de 1990. O feitiço tinha virado contra o feitiçeiro...

Seis dos oito membros do GKChP apareceriam em uma entrevista coletiva mais tarde para explicar a posição do grupo. Além do vice-presidente Yanayev, estavam lá o primeiro-ministro Valentin Pavlov, o ministro do Interior Boris Pugo, Oleg Baklanov, vice-presidente do Conselho de Defesa Soviético, Vasily Starodubtsev, presidente da União dos Agricultores Soviéticos, e A. Tizyakov, presidente de uma associação de empresas estatais. Ficaria claro também que importante papel na conspiração tiveram o chefe do KGB, Vladimir Kryuchkov, e o ministro da Defesa, Dmitri Yazov. O presidente do Soviete Supremo da URSS, Anatoly Lukyanov, apesar de não pertencer formalmente ao grupo, apoiaria os golpistas.

Na entrevista coletiva, os membros do GKChP disseram que não eram contra o prosseguimento das reformas econômicas básicas no sistema soviético de modo a melhorá-lo. Entretanto, a assinatura do novo Tratado da União deveria ser adiada, para que pudesse ser discutido com mais calma por todo o povo. Aproveitariam a ocasião para anunciar medidas de cunho popular, como combate ao crime e melhorias no sistema habitacional.

Da entrevista depreendia-se que o fator principal desencadeador do *putsch* não tinha sido uma negação das reformas econômicas em si, mas sim a política de crescente independência às repúblicas e a ameaça à integridade física da URSS.

Os golpistas estabeleceriam a censura nos meios de comunicação e fechariam os principais jornais independentes. Os soviéticos passaram a ouvir nas rádios novamente a constante música clássica de estilo fúnebre que era tocada na época da morte dos líderes soviéticos Brezhnev, Andropov e Chernenko. Decretos do GKChP estabeleceram o “estado de emergência” em Moscou, Leningrado e nas repúblicas do Báltico, com proibição de demonstrações de protesto, fechamento de jornais e estações de televisão, etc. Algumas estações de rádio conseguiram continuar transmitindo improvisada e independentemente, como a *Rússia* e a liberal *Eco de Moscou*. Os GKChPistas deixaram fora do “estado de emergência” as repúblicas orientais, tradicionalmente mais alinhadas com o centro, como o Cazaquistão e Uzbequistão. Realmente, os governantes destas áreas, no primeiro dia, mantiveram certa neutralidade, evitando envolver-se na “disputa interna da Rússia”.

O prefeito de Leningrado, Anatoly Sobchak, fez um discurso contra o golpe em frente à prefeitura. Em Moscou, Boris Yeltsin entrincheirou-se, com seus partidários, no prédio do parlamento russo (“Casa dos Sovietes da Rússia”), conhecido como “Casa Branca”. Lá fez um discurso para cerca de vinte mil moscovitas, conclamando contra o que chamou de golpe de estado. Pediria que os trabalhadores fizessem greve contra o golpe. Uma multidão estabeleceu barricadas improvisadas ao redor da “Casa Branca” e começou a estabelecer uma vigília permanente no local.

A maioria da população permanecia apreensiva, numa posição de expectativa. Em várias cidades, a primeira reação foi uma corrida às lojas para armazenar comida.

A condenação internacional ao golpe viria logo no primeiro dia. Bush e outros líderes ocidentais criticariam o que ocorria, prometiam sanções econômicas e exigiam saber o que se passava realmente com Gorbachev (que, na verdade, estava em prisão domiciliar na Crimeia). No segundo dia, outras vozes de condenação vieram de dentro da própria URSS, como o presidente Nursultan Nazarbaev do Cazaquistão, Aleixo II, o patriarca da igreja ortodoxa, etc.

Tanques rolavam por Moscou, mas não eram dadas ordens para um ataque frontal à “Casa Branca”, centro da resistência. Os GKChPistas haviam esperado dar um “golpe limpo”, como a invasão da Tchecoslováquia em 1968 ou a imposição da lei marcial na Polônia em 1981, que ocorreram praticamente sem derramamento de sangue. Ao encontraram a inusitada resistência na “Casa Branca” e em alguns outros locais ficaram em um dilema. Uma vez entrincheirados, os rebeldes só poderiam ser retirados com derramamento de sangue, em caso de resistência. A falta de união e objetivos claros dos membros do GKChP que, para além da intenção de evitar a desintegração da URSS, não tinham programa definido; a condenação internacional; a ausência de grande apoio popular; a indecisão sobre usar ou não a violência sangrenta; tudo isso levou a uma atitude de “esperar para ver” que, ao fim do terceiro dia, terminaria no desmoronamento da tentativa de *putsch*.

A principal razão da incapacidade dos golpistas de consumir o que começaram parece ter sido realmente a falta de objetivos claros, de unidade no grupo e ausência de um líder decidido. A figura mais ativa na preparação do

putsch tinha sido o chefe do KGB, Vladimir Kryuchkov, com o vice-presidente Yanayev num papel de mero adesista. Entretanto, Kryuchkov preferia trabalhar “nas sombras” a assumir a liderança pública. A falta de grande apoio popular tornaria um golpe sangrento algo muito arriscado. O *putsch* abortaria no terceiro dia, quarta-feira, 21 de agosto.

Comemorações e Gorbachev de volta num admirável mundo novo...

O dia seguinte ao fim do golpe foi de comemoração nas ruas das principais cidades. Os democratas sentiam o gosto do poder e os sentimentos anticomunistas estavam em alta nos círculos políticos. Em Moscou, a estátua de Felix Dzerzhinsky (primeiro chefe de polícia política na URSS) em frente ao quartel-general do KGB na Lubyanka, foi posta a baixo. Os membros do GKChP seriam presos (Boris Pugo cometeu suicídio). Yeltsin era o herói máximo na comemoração e acusava diretamente o partido comunista como um todo.

Gorbachev chegou a Moscou, de avião, nesta quinta-feira, 22 de agosto. Ele contou que tinha sido visitado por representantes dos golpistas em sua residência de férias na Crimeia. Ao recusar ceder às considerações dos mesmos, foi posto em prisão domiciliar, onde ficou durante todos os três dias dos acontecimentos. Ele condenou os golpistas, agradeceu o apoio de Yeltsin e disse que estava “pronto para reassumir suas funções de presidente da URSS”. Entretanto, a situação mudara radicalmente. No dia seguinte, numa sessão do parlamento russo, teve que enfrentar as perguntas impacientes dos parlamentares sobre como pôde trazer para perto de si auxiliares tão retrógra-

dos e desleais. Yeltsin aproveitou a ocasião para demonstrar sua superioridade *de facto* sobre Gorbachev forçando-o a aceitar medidas como o decreto da suspensão das atividades do Partido Comunista no solo russo. Gorbachev, posteriormente, teria que “engolir” mudanças no seu gabinete colocando pessoas mais favoráveis a Yeltsin.

Inicialmente, Gorbachev resistira às tentativas de incriminar o PCUS como um todo, mas no dia 24 demitiu-se de sua posição de secretário-geral, após haver recomendado a dissolução do Comitê Central pelo fato de que “vários membros da liderança partidária ou não se opuseram ao golpe ou o apoiaram”. Na qualidade de presidente da URSS assinou decretos ordenando o fim da intromissão do partido no governo e nas forças armadas e que as imensas propriedades do PCUS passassem a estar sob custódia do parlamento, até que se decidisse, por meios jurídicos, que fim deveriam ter.

O prestígio de Gorbachev atingia seu mais baixo nível na medida em que várias repúblicas passariam, nos dias seguintes, a declarar sua independência. O iniciador da *perestroika* logo estaria parecendo uma figura decorativa, um rei sem terra, no meio da asserção independentista das repúblicas.

Mas, estes desenvolvimentos que levariam à desintegração da URSS em dezembro de 1991 serão vistos no capítulo seguinte, que trata dos problemas étnicos naquele país.

3. Os Problemas Étnicos na URSS

A União Soviética era um mosaico de nacionalidades. Havia mais de cem oficialmente registradas. No cerne estavam as chamadas *nacionalidades titulares*, isto é, aquelas que davam nome às quinze repúblicas que constituíam a URSS: Rússia, Bielo-Rússia, Ucrânia, Armênia, Geórgia, Azerbaijão, Moldávia, Lituânia, Estônia, Letônia, Quirguízia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tadjiquistão e Turcomênia. Mas cada república continha em si muitas outras nacionalidades que não as titulares.

Para o bom entendimento da questão é necessário frisar que o conceito de nacionalidade nos países eslavos é diferente do brasileiro. Ao contrário do *jus soli* adotado no Brasil, pelo qual a nacionalidade de uma pessoa é definida pelo local de nascimento, os russos adotam o critério jurídico do *jus sanguinis*, pelo qual a nacionalidade de alguém é a mesma do pai ou da mãe. No Brasil, um filho de casal estrangeiro imigrante já é considerado brasileiro na primeira geração. Na Rússia isto não acontece, a nacionalidade dos ancestrais sendo mantida. Por exemplo, o autor do presente livro, na época em que cursava mestrado em Moscou, ficou surpreso ao constatar que um conhecido seu que sempre morara em Leningrado e somente falava russo, na verdade, era *alemão*. Isto apesar de nunca ter estado na Alemanha, não falar alemão... Ele era alemão porque o pai ou a mãe o eram, um destes por sua vez *idem*, assim como os avós, etc. (a genealogia poderia ser traçada, talvez, até os primeiros imigrantes germânicos na Rússia). No documento de identidade daquele conhecido estavam registrados os itens de *cidadania* (“soviético”) e *nacionalidade* (“alemão”).

É importante entender-se isso, pois este conceito do *jus sanguinis* tem tendência a eternizar as diferenças étnicas, o que pode causar complicações em caso de disputas internas no país. Foi o que aconteceu na URSS.

Para fazermos uma retrospectiva histórica, é necessário notar que a União Soviética, praticamente, não adquiriu novas nacionalidades, além das que já tinha herdado do império czarista. Das quinze repúblicas que constituíam a URSS todas já “pertenciam” à Rússia na época da revolução bolchevista de 1917 (se bem que as três repúblicas do Báltico e partes da Moldávia estiveram independentes entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial). O relacionamento entre as diferentes etnias nunca fora simples na época czarista e continuou a não sê-lo na era soviética, principalmente nos anos conturbados de guerra e da industrialização e coletivização agrícola. Entretanto, após o “degelo” de Khrushchev, a partir dos anos 60, a URSS parecia ter encontrado um caminho mais tranquilo de desenvolvimento interno e os problemas étnicos pareciam ter sido relegados a um segundo plano ou mesmo superados (esta última era a visão oficial soviética). No início da *perestroika*, no XXVII Congresso do PCUS, o próprio Gorbachev afirmava que o relacionamento entre nacionalidades era uma das áreas em que o país tinha realizado seus maiores progressos e constituía-se num *front*, em geral, bastante tranquilo.¹⁵ Como conciliar esta visão idílica com a realidade da explosão de conflitos étnicos logo após?

Em nossa mencionada tese de doutorado fazemos uma discussão mais aprofundada desta questão durante toda a história da União Soviética.¹⁶ Simplificando um pou-

15 KPSS. *Stenograficheski Otchet - XXVII S'ezd KPSS*. Moscou: IPL, 1986, v. 1, p. 75-76.

16 Segrillo, Angelo. *Reconstruindo a “Reconstrução”*: uma análise

co as conclusões ali encontradas, pode-se dizer que as relações interétnicas na URSS, às vésperas da *perestroika*, não eram exatamente tão idílicas como colocava a propaganda oficial, mas o nível de tensões não era tão alto a ponto de, por si só, provocar as explosões de violência da segunda metade da década de 80 no país. Na verdade, parece ter sido o acirramento da crise econômica, com a queda do nível de vida e disputa por bons empregos, que elevou o nível das tensões interétnicas ao ponto de ebulição. Em situações de crise, é comum a busca de “bodes expiatórios”. E um dos campos a que primeiro se parte para a busca de tais bodes expiatórios é exatamente o nacional (veja-se, por exemplo, a disputa por empregos na Europa atual levando a discursos xenófobos contra estrangeiros em vários países). Como veremos adiante, muitas disputas no campo das nacionalidades tinham motivos econômicos ao fundo.

Faremos abaixo, uma breve sinopse do que foram os principais acontecimentos nesta área após a ascensão de Gorbachev ao poder.

Sumgait, fevereiro de 1988

Ao se perguntar a quaisquer russos qual foi o primeiro grande choque que os acordou de seu “sonho dogmático” a respeito das relações idílicas entre as nacionalidades na URSS, a resposta será certamente o massacre de Sumgait em fevereiro de 1988.¹⁷ Este episódio está inseri-

das causas principais da *perestroika* soviética. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999, p. 205-251 (publicada como livro pela editora Prismas sob o título *O Declínio da União Soviética: um estudo das causas*).

17 Apesar do massacre de Sumgait ter sido o primeiro conflito interétnico de grande escala da *perestroika*, em dezembro de 1986

do no contexto das disputas entre armênios e azerbaijanos pelo território de Nagorno-Karabach.

A região autônoma de Nagorno-Karabach era parte constituinte da república soviética do Azerbaijão, mas a grande maioria de sua população era armênia. A região sempre foi motivo de disputa histórica, pois fazia parte da rota utilizada por pastores nômades azerbaijanos. Em 1923, apesar de 95% da população na época ser constituída de armênios, o governo soviético colocou Karabach como parte do Azerbaijão. Principalmente a partir de 1965, foram feitas petições ao governo central, por parte de habitantes de Karabach, para a transferência da região à Armênia, mas sem sucesso. Com o início da *perestroika*, este movimento ganhou impulso. Em 11 fev. 1988, ocorreram demonstrações em Stepanakert, capital de Karabach e, posteriormente, em Erevan, capital da Armênia. Em 20 de fevereiro, o Soviete de Nagorno-Karabach (onde, refletindo aproximadamente a proporção da população local, os armênios eram maioria de 3 contra 1) votou pela incorporação da região à Armênia e formou o Comitê Karabach para organizar a atuação do movimento separatista. As tensões aumentaram com as pressões dos dois lados sobre Gorbachev para que tomasse uma posição. Em 28 de fevereiro, as notícias oficiais de que dois azerbaijanos

ocorreu um episódio no Cazaquistão que augurava estes problemas no futuro. Em 17 e 18 dez. 1986, houve protestos públicos nas ruas de Alma-Atá, capital do Cazaquistão. Uma multidão, composta, na maioria, de jovens e estudantes, protestava contra a substituição do primeiro-secretário do partido naquela república, D. Kunaev (um cazaque) por G. Kolbin (um russo). No choque da polícia com os manifestantes, duas pessoas morreram e houve grande número de feridos. Este era o primeiro protesto público de monta que resultava em morte na URSS desde os protestos na cidade russa de Novocherkarsk em 1962 (detonados pelos aumentos de preço da carne e manteiga naquele ano).

teriam morrido em choques com armênios perto da cidade de Agdan (bem ao lado de Nagorno-Karabach) provocaram um massacre contra armênios que viviam em Sumgait, um subúrbio de Baku, a capital do Azerbaijão. Nos dois dias de duração do *progrom* morreram 30 pessoas e centenas ficaram feridas. Tropas federais foram enviadas a Baku. Daí até o final da *perestroika* (inclusive, continuando até hoje), a situação entre Armênia e Azerbaijão alternaria períodos de alta tensão e épocas de escaramuças com vítimas. De janeiro a novembro de 1989, Nagorno-Karabach estaria sob ocupação federal, mas, ao término desta, os conflitos se reiniciaram. Até o fim da *perestroika* a situação continuaria indefinida, com a maioria armênia de Nagorno-Karabach mantendo o território como província “rebelde” do Azerbaijão, e a Armênia tentando obter, sem sucesso, apoio do governo central para sua causa.

1989 em diante: disseminação dos conflitos étnicos

Seria a partir de 1989 que os conflitos étnicos realmente se disseminariam na URSS.

No “domingo negro” de 9 abr. 1989, na capital da Geórgia, Tbilisi, tropas governamentais reprimiram violentamente uma demonstração de apoio a pessoas que executavam uma greve de fome pela independência da república, causando mais de vinte mortos e cerca de duzentos feridos. O acontecimento deixaria ressentimentos indelévels na população local, aumentando a simpatia com os separatistas no futuro.

No vale de Fergana, no Uzbequistão, na primeira quinzena de junho de 1989, uzbeques realizaram um *progrom* contra a minoria turca meskhetiana.

Em 17-21 jun. 1989, na cidade petroleira de Novyi Uzen (no Cazaquistão), ocorreram demonstrações violentas de rua, durante as quais cazaques entraram em conflito com trabalhadores imigrantes de outras repúblicas (lesguianos do Daguestão, chechenos, inguches e ossetas).

Na região de Osh (república da Quirguízia), no verão de 1990, explodiu um conflito entre uzbeques e quirguizes com mais de 100 mortos.

É importante notar que, por trás dos conflitos étnicos acima descritos, frequentemente havia motivações econômicas. Os cazaques de Novyi Uzen, premidos pelo desemprego, lutavam pela expulsão dos trabalhadores imigrantes de outras nacionalidades. A crise econômica também exacerbava os ânimos entre quirguizes e uzbeques na região de Osh, onde o estopim dos problemas foi a revolta dos uzbeques ao saberem de uma decisão das autoridades locais de utilizar, para construção de moradias para quirguizes, os terrenos de uma fazenda coletiva uzbeque ocupada por quirguizes. A disputa por espaço econômico se encontrava presente em Nagorno-Karabach que, como vimos, era rota de pastores nômades do Azerbaijão. E assim se poderia dar uma série de exemplos.

Outra utilização da “carta nacionalista” foi no campo político. Num país como a URSS cuja população, bem ou mal, após mais de meio século, já estava impregnada de valores ideológicos do socialismo, era mais fácil, para alguns líderes, dar uma “roupagem” de *lutas nacionais* à batalha pela destruição do sistema soviético do que assumi-la abertamente como uma “restauração do capitalismo”. Isto era especialmente importante no ano de 1989 e início de 1990, quando ainda não se utilizava, aberta e publicamente, o termo “capitalismo” e sim, no máximo, o eufemismo “economia de mercado” para descrever as reformas desejadas.

Sumário dos movimentos nacionalistas organizados nas repúblicas:

As três repúblicas banhadas pelo mar Báltico (Lituânia, Letônia, Estônia) tiveram papel fundamental nas lutas nacionais dentro da URSS. Junto com partes da Moldávia, elas eram as únicas que tinham sido independentes por longo tempo, entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (foram reincorporadas em 1940). Ali, o nível da insatisfação com os russos era mais alto e os movimentos autonomistas começaram mais cedo a se fortalecer, tomando a forma de *frentes populares* criadas para coordenar o movimento e unificar a ação dos grupos e organizações informais (*neformal'nye ob'edineniya*) que vinham sendo criados desde o início da *perestroika*. Até 1988, estes grupos informais não assumiam caráter de confrontação autonomista, sendo, na maioria, organizações para preservação da cultura e de monumentos antigos, clubes de discussão, etc. Após 1988, algumas *neformal'nye ob'edineniya* começaram a defender a autonomia, principalmente na região do Báltico. As frentes populares eram uma forma de organizar e aprofundar este processo.

A primeira frente popular criada foi a da Lituânia (chamada *Saiudis*), em sua capital, Vilnius, em 3 jun. 1988. Em Tallin, a 1 out. 1988, foi formada a frente popular estoniana e, em 8 out. 1988, em Riga, a da Letônia. Em 13 e 14 de maio de 1989, seria estruturado o *Conselho do Báltico* para coordenar as ações destes três movimentos. Do Báltico, a estratégia de frentes populares foi se espalhando para diversas outras repúblicas. Frentes populares foram criadas: na Bielo-Rússia (19 out. 1988); na Moldávia (20 maio 1989); em julho de 1989 na Geórgia e no Azerbaijão; em 8 set. 1989 na Ucrânia (o chamado RUKH); em 4 nov.

1989 na Armênia (o Movimento Nacional Armênio). A sensível representatividade das frentes populares colocava um problema às seções do partido comunista nas repúblicas: ou apoiar as demandas linguísticas, ecológicas e de descentralização de poder dos novos movimentos (arriscando-se a aumentar os fervores nacionalistas) ou agir contra as frentes e arriscar-se à alienação de parte da população simpática aquelas demandas. Na maioria das repúblicas, os partidos comunistas locais eram críticos ou abertamente contra as frentes populares. No Báltico, entretanto, a situação foi diferente. Os partidos comunistas da Lituânia e da Estônia, após um começo reticente, passaram até a dar apoio a algumas plataformas nacionalistas. O PC lituano, liderado por Brazauskas, declararia, inclusive, sua própria independência do PCUS em 23/12/89. Na Letônia, cuja população continha 54% de letões apenas e 33% de russos, o PC local manteve-se inicialmente mais subordinado a Moscou, mas a frente popular tinha relativa liberdade de propagar suas ideias. No Báltico e em outras repúblicas, a população russa local formaria os chamados *interfront*, ou frentes internacionalistas, que se opunham às reivindicações nacionalistas e separatistas.

Até o primeiro semestre de 1989 (e grande parte do segundo, em algumas repúblicas) os grupos informais (*neformal'nye ob'edineniya*), e posteriormente as frentes populares, concentravam-se muito em reivindicações linguísticas e ecológicas e em demandas de maior descentralização de poder decisório para as repúblicas em questões internas. A exceção eram as repúblicas do Báltico, onde o processo estava mais acelerado. Fundamentados no argumento de que sua anexação pela URSS tinha sido baseada no pacto secreto germano-soviético de 1939 e, portanto, não tinha validade legal, os Sovietes Supremos das repú-

blicas bálticas proclamaram sua *soberania*: Estônia (em 16/11/88), Lituânia (em 18/5/89) e Letônia (em 28/7/89). Grande impulso no prestígio para este movimento tinha sido a vitória de candidatos nacionalistas das três frentes nas eleições de março de 1989 para o Congresso de Deputados do Povo. Nestas eleições, consideradas as primeiras relativamente livres desde a criação da URSS (apesar do PCUS ser ainda o único partido registrado, candidatos alternativos individuais puderam ser também inscritos), candidatos nacionalistas ou simpáticos às ideias dos grupos nacionalistas conquistaram a maioria das vagas reservadas às repúblicas do Báltico.

Além do Báltico, alguns movimentos nacionalistas de outras repúblicas conseguiram eleger candidatos (mas longe de constituir maioria) nas eleições para o Congresso de Deputados do Povo, em março de 1989, notadamente a Moldávia e Ucrânia. Entretanto, excetuando a região báltica, a maioria dos movimentos nacionalistas, no primeiro semestre de 1989 (e, para muitos, no segundo semestre também), estava ainda na fase das reivindicações linguísticas, ecológicas e de certa autonomia. A questão linguística se tornara catalisadora de sentimentos nacionalistas. Em diversas repúblicas, leis foram aprovadas tornando a língua local a *única* língua oficial para assuntos internos (ou seja, documentos oficiais, avisos de trânsito etc. teriam que ser todos escritos na língua oficial da república). Este tipo de lei linguística foi aprovado na Estônia (18/1/89), Lituânia (25/1/89), Letônia (05/5/89), Moldávia (1/9/89) e foi-se espalhando por outras repúblicas.

O ano de 1990 marcou uma radicalização de posições. Nas repúblicas do Báltico (com a Lituânia na dianteira do processo), a palavra de ordem passou de *soberania* (um

termo algo vago que, no início, na prática, representava que as leis locais teriam prioridade sobre as leis da URSS, enquanto se negociavam os termos de uma nova relação entre as repúblicas e o centro) à *independência* e *secessão*. Nas outras repúblicas (com Geórgia, Moldávia, Armênia e Azerbaijão na dianteira), a discussão evoluiu de uma política nacionalista que enfatizava elementos culturais e linguísticos para a discussão de *soberania* e (logo após, quase imediatamente) de *independência*. O parlamento da Lituânia declarou a *independência* da república em 11 de março de 1990. Em 4 de maio, o Soviete Supremo da Letônia emitiu uma declaração no mesmo sentido. A Estônia tomou um caminho diferente. Os dois parlamentos “paralelos” que vinham funcionando a partir de 1990 (o Soviete Supremo normal da república, em 30 de março de 1990, e o Congresso da Estônia, eleito por fora das leis soviéticas, em 12 de março de 1990) adotaram a posição de que o Estado estoniano que existia era o mesmo da república independente do tratado assinado por Lenin em Tartu, em 1920, e que sua anexação à URSS tinha sido feita de forma ilegal, baseada nos protocolos secretos do pacto Molotov-Ribbentrop de 1939. Portanto, não seria necessário nem mesmo uma declaração de independência, já que a ocupação de 1940 não tinha base legal: restaria apenas negociar com Gorbachev os detalhes da volta ao status quo da Estônia pré-1939. A Geórgia declararia sua independência em 9 de abril de 1991, no aniversário de dois anos do massacre de manifestantes por tropas soviéticas em Tbilisi. Grande parte das outras repúblicas declararia sua independência imediatamente após a tentativa de golpe de agosto de 1991.

Março de 1990 marcou também as eleições soviéticas para os parlamentos locais e das repúblicas. Como resultado delas, Yeltsin foi eleito (a 29 de maio) presidente

do Soviete Supremo da república da Rússia, com a plataforma de “soberania total” à mesma. Em 13 de março de 1990, foi criado também o cargo de *presidente da URSS*, para o qual foi nomeado Gorbachev. Em 11 de junho de 1990, a própria Rússia declarou sua *soberania* em relação à URSS (e, finalmente, a 31 de outubro de 1990, a última das 15 repúblicas que ainda não dera este passo, a Quirguízia, também o fez).

O quadro étnico se complicou em 1990, quando muitas das *repúblicas e regiões autônomas* que existiam dentro da estrutura das 15 repúblicas constitutivas da URSS declararam sua própria *soberania*. Passo tomado com vistas principalmente a controlar de forma autônoma os recursos locais, isto gerou vários conflitos com as repúblicas da União, que não aceitavam esta soberania em áreas de seu território. Assim, a Geórgia reprimiu os nacionalismos internos da Abecásia e da Ossétia; a região de *Transdniestre* (de maioria russa) e a minoria gagaúza ao sul se rebelaram na Moldávia; os russos posteriormente teriam problemas com os chechenos em seu território etc. Assim, por volta do segundo semestre (outono) de 1990, a situação na URSS estava-se tornando alarmante e de consequências imprevisíveis. Tomando consciência de que a situação fugia ao controle, Gorbachev acenou com plano de um novo tratado da União que passaria grande parte das responsabilidades e direitos para as repúblicas, mas manteria algumas funções essenciais com o centro (ex., defesa, banco central e moeda única, legislação federal). Sendo a cada vez não aceito pelas repúblicas, Gorbachev apresentou três propostas sucessivas para este tratado da União (uma em 23 nov. 1990, outra em 9 mar. 1991 e a terceira em 18 jun. 1991), sendo que cada versão fazia mais e mais concessões às repúblicas. Foi realizado um referendo

na URSS (boicotado pelas três repúblicas do Báltico e mais Armênia, Geórgia e Moldávia) em 17 de março de 1991 consultando a população se desejava preservar a União Soviética ou não, com maioria (76,4% dos votantes) favorável à manutenção da União. Em 23 de abril de 1991, no subúrbio moscovita de Novo Ogarevo, Gorbachev e a maioria dos líderes das repúblicas tentaram um acordo preliminar para a formação de uma “união de estados soberanos”. Os detalhes seriam tratados pelos próprios líderes republicanos, em vez de impostos pelo centro. Em 12 de junho de 1991, Boris Yeltsin foi eleito, pelas urnas, para o recém-criado cargo de presidente da Rússia. A situação chegava a um impasse, com as repúblicas se recusando a aceitar as sucessivas propostas de Gorbachev para um novo tratado da União. Finalmente, após negociações prolongadas e exasperantes durante todo o verão, um acordo, criado a partir da fórmula discutida em Novo Ogarevo, estava pronto para ser assinado no dia 20 de agosto de 1991 por representantes da Rússia, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. O tratado deixaria as repúblicas com amplos poderes, inclusive com mecanismos facilitadores da secessão para aquelas que assim o desejassem. Entretanto, às vésperas da data marcada para a assinatura, no dia 19 de agosto, ocorreu a tentativa de *putsch* em que Gennady Yanayev (vice-presidente da URSS), Vladimir Kryuchkov (chefe do KGB), Valentin Pavlov (primeiro-ministro), Boris Pugo (ministro do Interior), Dimitri Yazov (ministro do Exército), Anatoly Lukyanov (presidente do Soviete Supremo) e outros tentaram depor Gorbachev e preservar a integridade da URSS pela força das armas. Com o fracasso do *putsch* ao final de três dias, Gorbachev retornou a Moscou (23 de agosto). Entretanto, desmoralizado, não conseguiu impedir que as repúblicas agissem por con-

ta própria. Algumas delas declararam sua independência unilateralmente logo após a tentativa de *putsch*: Moldávia (27/8/91), Bielo-Rússia (25/8/91), Azerbaijão (30/8/91), Uzbequistão (31/8/91), Tadjiquistão (9/9/91), Armênia (23/9/91). O Soviete Supremo da Ucrânia, a 24 de agosto, adotou uma resolução pela independência ucraniana, a ser confirmada por um referendo popular marcado para primeiro de dezembro. A Estônia (em 20/8/91) e Letônia (em 21/8/91) também reconfirmaram nestas datas suas declarações de independência, agora com caráter de vigência imediata. O PCUS, acusado de ter tomado parte na tentativa de *putsch* de agosto, teve sua existência legal suspensa pelo Soviete Supremo em 29/8/91. Em 18 de outubro é assinado um acordo em Alma-Atá para a formação de uma “comunidade” (evitou-se a palavra “união”) econômica entre as ex-repúblicas. O tratado, entretanto, foi assinado por apenas oito das repúblicas (continha também a assinatura de Gorbachev). Em vista do dilema formado, em que se estava tornando impossível conseguir o consenso de todas as repúblicas, a 8 de dezembro, em Minsk, os chefes de estado da Rússia, Bielo-Rússia e Ucrânia declararam que suas repúblicas estavam retirando-se unilateralmente da URSS, iniciando a formação de uma Comunidade de Estados Independentes e convidando as outras repúblicas a juntarem-se a elas. Isto acaba ocorrendo. Em 21 de dezembro, em Alma-Atá, as repúblicas da URSS (menos as três do Báltico, já independentes, e a Geórgia, que se encontrava em guerra civil interna) assinaram oficialmente a criação da SNG (*Sodruzhestvo Nezavisimikh Gosudarstv* ou Comunidade de Estados Independentes-CEI). Em 25 de dezembro, Gorbachev anunciou sua renúncia pessoal ao cargo de presidente da URSS, passando o “botão nuclear” a Yeltsin. Em 26 de dezembro, a dissolução oficial da URSS é votada

por um pequeno grupo de cerca de 30 deputados do parlamento soviético, que aprova também o tratado de Alma-Atá (criador da CEI).

De Gorbachev a Yeltsin...

O breve sumário acima nos fez navegar da época do início de fortes movimentos autonomistas nas repúblicas (1989 em diante) até a tentativa de golpe de agosto de 1991 e a dissolução final da URSS em dezembro do mesmo ano. O período entre agosto e dezembro de 1991 marca a transição definitiva do poder na Rússia de Gorbachev a Yeltsin. Após o fracasso do golpe de agosto, Gorbachev retorna da Crimeia, onde estivera detido em prisão domiciliar, a Moscou, disposto a reassumir seu papel de líder da União. Entretanto, sua influência, que já estava em baixa mesmo antes do *putsch*, foi reduzida quase a zero. Embalado pelo grande prestígio adquirido durante a resistência ao golpe de agosto, Yeltsin, a partir dali, passou a comandar o processo de reorganização das relações das repúblicas entre si e com o centro. Ele forçava o impotente Gorbachev a tomar todas as medidas (como, por exemplo, indicação de ministros) de acordo com seus interesses. Por decreto, proibiu o funcionamento do Partido Comunista no território da Rússia. Ao notar que a série de encontros em Novo Ogorevo com os líderes das repúblicas e Gorbachev estava entrando em beco sem saída, reuniu-se secretamente com os líderes da Ucrânia (L. Kravchuk) e da Bielo-Rússia (S. Shushkevich) no parque florestal de Belovezhsky, na Bielo-Rússia. Assinaram, a 8 dez. 1991, um acordo, pelo qual as três repúblicas eslavas se retiravam unilateralmente da URSS, formando uma comunidade à qual convidavam as

outras repúblicas a juntarem-se. Este acordo de Belovezhsky seria a base para o processo que levaria à fundação da Comunidade dos Estados Independentes em 21 de dezembro. Com a renúncia de Gorbachev a 25 de dezembro e a autodissolução da URSS, assinada por parte dos deputados do Soviete Supremo, encerrava-se uma das mais importantes páginas (livro? capítulo? tomo?) da história do movimento comunista mundial: a existência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.¹⁸

18 “Antes de renunciar, Gorbachev apresentou uma lista de exigências, seu ‘pacote de compensação’ [...] Ele queria uma pensão igual a um salário presidencial indexada pela inflação, um apartamento presidencial e uma casa de campo, um carro para si e para sua esposa. Mas, acima de tudo, ele queria uma fundação, um grande edifício no centro de Moscou, a antiga Academia de Ciências Sociais, e com ela, serviço de transporte, equipamento de escritório e guardas de segurança”. (Yeltsin, B. *The Struggle for Russia*. Nova York: Times Books, 1995, p. 120) Esta é a origem da atual Fundação Gorbachev.

4. A Nova Rússia

A Nova Rússia, ao ser criada, encontrava-se, praticamente, em frangalhos. O crescimento da economia da antiga URSS em 1991 tinha sido de 9% *negativos*. Este decréscimo, em grande parte, provinha da perda de laços e comunicação na cadeia produtiva entre as diferentes repúblicas que estavam se separando. A União Soviética sempre tivera uma estrutura econômica muito integrada, favorecendo as economias de escala, com regiões especializadas na feitura de certos produtos para *toda* a antiga União. No momento em que estas regiões se separaram, eram inevitáveis os “gargalos” e interrupções na cadeia produtiva de diferentes artigos.

Yeltsin herdou um “pepino” econômico que se revelaria duro de descascar no ano que começava. Para complicar a situação, os planos de Yeltsin para uma entrada rápida na economia de mercado capitalista previam o fim dos controles de preços ao consumidor a partir do dia 2 de janeiro de 1992. Como mencionamos anteriormente, muitos economistas soviéticos radicais consideravam que uma das razões por que as reformas de Gorbachev não deram certo era o sistema de preços na URSS. Fixados administrativamente, sem corresponder à oferta e procura nem ao custo marginal de produção, os preços tabelados não refletiam a escassez relativa dos produtos e não podiam servir de guia para a alocação ótima de recursos, causando desproporções e desequilíbrios na economia. Yeltsin, seguindo o receituário da “terapia de choque”, decidiu que, desde o início de 1992, os preços ao consumidor seriam

livres na Rússia, mesmo nas lojas estatais.¹⁹ O resultado é que os russos viram um show de remarcação nas vitrines capaz de fazer inveja a qualquer supermercado brasileiro na época áurea da inflação galopante. Os preços subiram em média, de 3 a 5 vezes (alguns até 30 vezes). Para piorar, não houve uma melhora imediata na oferta de produtos, como seria de esperar numa situação de preços de equilíbrio.

O resultado foi um coro de reclamações contra a nova política. Ao descontentamento popular juntaram-se figuras do alto escalão, ex-aliados de Yeltsin nos dias do *putsch* de agosto de 1991. Entre elas, estavam, por exemplo, o presidente do Soviete Supremo da Rússia, Ruslan Khasbulatov, e o próprio vice-presidente de Yeltsin, Aleksandr Rutskoi. Rutskoi começava a tomar uma posição independente de Yeltsin que o levaria, com o tempo, a uma posição de confrontação aberta entre os dois.

No início de abril de 1992, o parlamento aumentou a pressão sobre Yeltsin, reclamando contra a liberação desordenada de preços e exigindo que ele nomeasse um primeiro-ministro (função que até ali estava exercendo junto com a presidência). Quando os debates no parlamento estavam mais acirrados, o secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, teve um encontro com Yegor Gaidar em 14 de abril e disse publicamente que as disputas no parlamento punham em risco um pacote de ajuda econômica ocidental de US\$ 24 bilhões que estava sendo preparado. Esta “mãozinha” de Brady auxiliou o presidente russo. O parlamento temporizou, emitindo uma declaração de apoio ao curso geral das reformas e concedendo mais três

19 Os preços *finais* ao consumidor foram liberados em janeiro. Os preços das matérias primas seriam liberados posteriormente (por exemplo, o petróleo em abril de 1992).

meses a Yeltsin para acumular a chefia de Estado e de governo. Naquele mesmo mês, o FMI aceitaria a entrada da Rússia como membro.

Yegor Gaidar

O mentor principal do programa econômico de Yeltsin e da liberação de preços de janeiro era o ministro das finanças Yegor Gaidar. Monetarista, Gaidar propunha a chamada *terapia de choque*, ou seja, uma transição o mais rápido possível a uma economia de mercado para evitar dores prolongadas no “parto”. Propunha que preços e salários flutuassem de acordo com oferta e procura e era partidário de uma rigorosa política financeira contrária a déficit público.

O fato da liberação dos preços ao consumidor, em janeiro, não ter trazido logo um equilíbrio na situação do abastecimento, em vez de diminuir, aumentaria sua convicção de que este era o caminho certo. Dizia que o mercado russo não entrava em equilíbrio devido a ser dominado por grandes companhias monopolistas que impediam a livre concorrência. A solução seria partir para uma privatização acelerada a fim de desmonopolizar e incentivar a concorrência com antigas e novas empresas.

Este caminho acabou sendo aceito por Yeltsin que tornou Gaidar seu primeiro-ministro em junho de 1992, como forma de mostrar ao FMI e organismos financeiros internacionais seu compromisso com as reformas. A pressão do parlamento contra a queda do nível de vida da população com a liberação de preços havia feito com que Yeltsin depusesse Gaidar, como ministro das finanças, em abril de 1992 (mantendo-o, entretanto, como vice-primei-

ro-ministro). Agora Gaidar retornava com mais força ainda para levar a cabo seu programa de privatização rápida.

Privatizatsiya...

Uma das partes iniciais importante deste programa consistia na distribuição gratuita, a cada russo, de cupons (“certificados populares de privatização”) no valor de dez mil rublos, que poderiam ser trocados por ações das companhias estatais. Dez mil rublos, na época, equivaliam a US\$ 40 ou a dois meses de salário médio mensal. A distribuição dos cupons começou em agosto de 1992 e o objetivo era privatizar 25% das empresas do estado até o fim do ano. Os dois principais organismos envolvidos eram o Comitê Russo Estatal para a Administração da Propriedade Estatal (GKI) e o Fundo de Propriedade Russo. O GKI organizava a privatização e o Fundo de Propriedade a executava na prática (leiloando, vendendo, etc.). A fase da “privatização por cupons” durou de agosto de 1992 a julho de 1994. A partir de julho de 1994 todas as vendas de ações deveriam ser feitas por compra e venda simples.

Antecedendo a parte final da “privatização por cupons” foi realizada também uma distribuição preferencial de ações das companhias estatais a serem privatizadas entre os trabalhadores e a administração destas empresas.

Havia três tipos de distribuição preferencial de ações.

Pelo primeiro tipo o coletivo de trabalhadores recebia grátis 25% das ações preferenciais (sem direito a voto), desde que não ultrapassando o valor de 20 salários mínimos mensais por pessoa. Além disso, os trabalhadores poderiam adquirir até 10% das ações ordinárias, com

desconto de 30% do valor nominal (mas não mais que o valor de 6 salários mínimos). A administração da empresa tinha direito a adquirir até 5% das ações ordinárias (mas não mais que no valor de 2.000 salários mínimos por pessoa). Esta foi a forma escolhida, geralmente, nas grandes empresas, cujo valor era alto demais para o coletivo de trabalhadores.

Pelo segundo tipo, o coletivo de trabalhadores poderia assumir, juntamente com a administração, o controle de 51% das ações ordinárias, por valor equivalente a 1,7 vezes o nominal destas ações. Cada empregado poderia adquirir, no máximo, 5% do total de ações. Esta forma foi escolhida na grande maioria (80%) das empresas.

Pelo terceiro tipo (bem menos utilizado), um grupo podia solicitar um acordo, pelo qual cada membro se obriga-se a investir, pelo menos, 200 salários mínimos na produção no primeiro ano. Caso isto se concretizasse, este grupo receberia o direito de comprar 20 a 30% das ações ordinárias por um valor minimizado. O coletivo de trabalhadores recebia direito a 20% das ações.

É importante notar que nenhuma das três formas acima dá ao coletivo de trabalhadores o controle majoritário das ações. Mesmo no segundo caso, os empregados só podem adquirir 51% das ações *junto com a administração*.

Das ações da empresa que não eram utilizadas em uma das três formas de distribuição preferencial acima, parte poderia permanecer com o governo, parte seria vendida e parte (29%) era colocada nos “leilões de cupons”, onde os cupons de privatização podiam ser trocados por ações das empresas.

A distribuição grátis destes cupons a cada russo (no valor de 10 mil rublos para cada) deveria dar o toque de democracia no processo. Yeltsin gostava de dizer que o

objetivo era criar “milhões de proprietários e não um punhado de bilionários”.

O processo de privatização na Rússia foi o maior da história. Até junho de 1993, 60 mil das 200 mil empresas estatais russas tinham sido vendidas, principalmente as pequenas, como restaurantes, lojas, etc. Em 1993 acelerou-se o processo de venda das grandes empresas através da troca por ações dos 144 milhões de cupons distribuídos à população. Os leilões dos cupons foram responsáveis pela venda de 7.500 empresas, com oito milhões de empregados, em 1993. Quando a etapa da “privatização por cupons” foi encerrada em julho de 1994, 70% de todas as empresas industriais da Rússia tinham sido privatizadas e mais de 40 milhões de russos possuíam ações (proporcionalmente mais que a população americana). É verdade que o governo reteve participação majoritária, ou minoritária, em algumas das maiores empresas estratégicas, mas a transformação de qualquer maneira foi impressionante.

Entretanto, estes números não devem esconder o fato de que o poder decisório real sobre estas empresas acabou se concentrando realmente num “punhado de bilionários” em vez dos “milhões de proprietários”. O processo de privatização na Rússia envolveu problemas sérios.

A primeira dificuldade ficou logo evidente. Com a inflação galopante e a falta de investimentos na economia, os cupons de privatização logo perderiam seu valor, sendo vendidos a preços aviltantes pela população que passava necessidade. Isto possibilitaria a alguns fundos de investimentos (que acumulavam estes cupons vendidos a preços irrisórios) adquirir participação acionária em companhias por um custo baixíssimo. Além disso, a maioria dos russos ficou de posse de uma quantidade microscópica do total de ações das companhias (geralmente os cupons adquiriam

as que rendiam os piores dividendos), sem poder nenhum de influência sobre as decisões estratégicas tomadas, na verdade, pelos grandes acionistas.

O segundo problema foi o poder dado à administração das empresas para proceder à privatização por cupons. Isto levou a arranjos escusos em que, muitas vezes, a empresa passava a ser tratada como propriedade dos próprios gerentes. Tomemos o exemplo do Gazprom, a gigantesca empresa de gás natural, cujo presidente foi Viktor Chernomyrdin (que posteriormente tornar-se-ia primeiro-ministro da Rússia). O cidadão que tivesse comprado ações da companhia com cupons somente poderia vendê-las com permissão da diretoria que, em dificultando estas vendas, mantinha os preços das ações artificialmente baixos: a administração tinha prioridade na aquisição das ações do Gazprom. Assim, a diretoria conseguia, não apenas acumular cupons, como podia também ir comprando as ações da própria companhia. A lista dos acionistas reais da empresa era uma caixa-preta e os leilões de ações frequentemente “arranjados”. Ou seja, apesar do governo ainda manter controle de uma parte das ações e acionistas pulverizados possuírem outra parte, a diretoria acumulou ações da própria companhia e passou a atuar como virtual dona da mesma.

A ausência de um sistema legal definido para as novas situações complicava mais ainda a tarefa de manter a lisura. Muito comuns foram os casos em que os coletivos de trabalhadores não puderam fazer respeitar seus direitos no tumultuado processo de desestatização das companhias. Uma tipografia localizada no cobiçado centro de Moscou foi adquirida por um grande banco, apesar do pacote de controle de controle de ações da empresa, pelas regras, dever ir ao coletivo de trabalhadores e administra-

ção. Os empregados chegaram a ganhar a disputa nos tribunais, mas, até lá, o banco já tinha tomado conta do lugar e, utilizando seguranças e outros métodos intimidantes, continuou de posse do local como *fait accompli*.

O clima de “faroeste e bang-bang” não era reservado aos trabalhadores. O tipo de capitalismo selvagem nascente levava a acertos de contas comerciais através de seguranças e pistoleiros. O número de empresários assassinados por disputas comerciais chamava a atenção das manchetes no mundo. A gíria criminal *krysha* (“telhado”) virou jargão econômico. Forçosa ou voluntariamente, quem abria um novo negócio (especialmente pequenos empresários) via-se obrigado a pagar por uma *krysha*, ou “proteção”, a uma das máfias para serem “protegidos” da intimidação dos outros bandos. Os 10% da *krysha* já passavam a ser contabilizados, nas empresas, como uma espécie de seguro a ser pago mensalmente.

A utilização frequente de meios escusos fez com que os russos chamassem “a grande privatização” (*privatizatsiya*) jocosamente de “a grande apropriação” (*prikhvatizatsiya*).

Anatoly Chubais e GKI...

No conturbado período da “privatização por cupom” (ago 1992-jul. 1994), novas estruturas de poder econômico foram se formando. A economia passou a ser concentrada na mão de um pequeno número de grandes grupos, formando uma verdadeira *oligarquia* econômica. Posteriormente, veremos, em detalhes, quem são os principais oligarcas que, com a privatização, passaram a dominar a economia e influenciar no governo. Por enquanto,

examinaremos alguns dos principais *power brokers* encrustados no próprio aparelho de Estado. Além de Yegor Gaidar, o ministro de finanças e primeiro-ministro, que era a figura de proa na parte inicial do processo, outra peça-chave foi Anatoly Chubais, o chefe do GKI.

O GKI, como vimos, era o órgão do governo encarregado de organizar as privatizações em massa. Por isso, a posição de Chubais era estratégica. Jovem, dinâmico, bastante inclinado para valores pró-mercado e pró-ocidentais, por estas características adquiriu a confiança dos investidores estrangeiros e do governo americano em particular. Sua política, assim como a de Gaidar, parecia ser fazer as privatizações o mais rápido possível de modo a torná-las irreversíveis, mesmo que, no processo, ocasionais problemas, e mesmo falcatruas, acontecessem. Por esta disposição, conquistou o beneplácito da USAID (United States Agency for International Development), a principal agência de fomento econômico do governo americano envolvida com a Rússia, e do IID (Institute for International Development da Universidade de Harvard), que atuava como empresa de consultoria e “parceira” privada da USAID em Moscou. Chubais passou a ser uma espécie de “janela para o Ocidente”, sendo o principal elo de ligação da Rússia com os representantes dos investidores estrangeiros. O “clã de Chubais” no governo, formado principalmente de ex-colegas de universidade e trabalho de São Petersburgo, parecia dominar as relações tanto com o Ocidente como com os grandes oligarcas que estavam acumulando as principais empresas privatizadas.

Chubais passou a ser a figura emblemática e central do processo de privatizações (principalmente após a demissão de Yegor Gaidar, como primeiro-ministro, em dezembro de 1992). Bem relacionado com os grandes ho-

mens de negócios, era odiado pela esquerda e por grande parte da população afetada pela queda no nível de vida durante a era das privatizações. A esquerda procuraria hostilizá-lo e afastá-lo do cargo. Após a vitória comunista nas eleições parlamentares de dezembro de 1995, isto foi conseguido. Mas a estória de gato e rato entre a esquerda e Chubais seria sempre marcada pela volta do escorregadio ex-chefe do GKI em outras posições. Assim que, após ser chefe da vitoriosa campanha de reeleição de Boris Yeltsin em 1996, ele se tornou o chefe de gabinete do presidente. Em 1997, tornar-se-ia ministro das finanças. Demitido em março de 1998, reapareceria em julho do mesmo ano como enviado especial de Yeltsin para negociações com as instituições internacionais de crédito (utilizando seus múltiplos contatos com círculos ocidentais influentes).

A virada de 1992 para 1993...

Retornando ao ano de 1992, relembramos a liberação dos preços ao consumidor em janeiro e o início da “privatização por cupons” a partir de agosto, sob Yegor Gaidar, primeiro como ministro das finanças e depois como primeiro-ministro. Os resultados continuaram sendo uma queda sensível no nível de vida da população. A inflação disparou, atingindo a astronômica taxa de 2.580% naquele ano (ver tabela B1 no apêndice B). A Rússia avançava a passos largos rumo ao capitalismo, mas a um custo altíssimo: a “terapia de choque” de Gaidar parecia ter-se transformado num “choque sem terapia”. A política de abertura do comércio avassalava o mercado interno com mercadorias importadas, frequentemente de qualidade superior às russas, mas, em compensação, as indústrias do país sofreriam

uma queda brutal devido à concorrência estrangeira, à queda do poder aquisitivo da população, etc. Como vemos na mesma tabela B1, em 1992 o Produto Interno Bruto da Rússia *decreceu* em 14,5%. Em dezembro de 1992, o parlamento pressionou Yeltsin a demitir Gaidar. Como novo primeiro-ministro foi escolhido Viktor Chernomyrdin.

Viktor Chernomyrdin

Viktor Chernomyrdin, como vimos, era o típico representante dos chamados *diretores vermelhos*. Estes seriam antigos dirigentes das indústrias da URSS que, com a privatização, passariam também a controlar as novas empresas nascentes. Verdadeira casta incrustada entre as indústrias totalmente privatizadas nas mãos dos oligarcas e as indústrias com resquícios de participação acionária estatal, estes *diretores vermelhos* demonstravam o grau de promiscuidade entre a propriedade do governo e os particulares que, associados a ela, passavam a agir como verdadeiros donos desta propriedade, auferindo lucros extraordinários.

Ao assumir o cargo de primeiro-ministro, Chernomyrdin passava publicamente ao mundo a imagem de representante que defenderia a indústria nacional russa contra um processo de abertura desenfreada ao estrangeiro que a estava destruindo. Afirmava que sua principal tarefa naquele momento era deter a queda do setor produtivo russo, através principalmente do apoio às indústrias pesada e energética do setor estatal da economia. Suas declarações seriam no sentido de prosseguir com as reformas de mercado, mas de modo mais gradual e menos traumático.

A verdade é que, na prática, não haveria grandes mudanças no sentido de moralizar o processo das privatizações, pois o conluio entre governo e oligarcas continuaria mais forte do que nunca. Neste sentido, houve até realmente uma proteção maior ao capitalismo nacional: os investidores estrangeiros reclamavam que frequentemente viam-se barrados dos leilões das companhias mais lucrativas, reservadas aos (oligarcas) russos...

Assim, Chernomyrdin e Gaidar representavam diferentes grupos de interesse dentro da elite do país. A chamada “equipe de Gaidar” (Aleksandr Shokhin, Petr Aven, Aleksei Golovkov, Anatoly Chubais, Andrei Nechaev *et al.*) era formada de economistas jovens, com fortes ligações com os organismos econômicos do Ocidente. Frequentemente traçavam suas políticas com ajuda de consultores ocidentais, como Jeffrey Sachs, Aslund Anders, o Institute for International Development da Universidade de Harvard e a USAID dos EUA. O que unia os dois lados desta “parceria” era o interesse mútuo em realizar uma transição ao mercado e privatização “o mais rápido possível”, para torná-la politicamente irreversível. Já Chernomyrdin representava o interesse corporativo das grandes empresas ex-estatais ou parcialmente estatais (especialmente as ligadas ao setor de energia e indústria pesada). Agora sob a gerência dos diretores “vermelhos” ou oligarcas do capital russo, estas empresas encontravam dificuldade em se adaptar ao novo contexto de mercado do país e, ao mesmo tempo, continuar fornecendo processamento de matérias-primas a preços acessíveis ao mercado interno. Chernomyrdin defenderia esta parte do capital nacional contra a tendência da dupla Gaidar-Chubais de utilizar a política do “nade ou afogue-se” em relação a elas.

Com o tempo, Chernomyrdin partiria para políticas semelhantes aos dos planos de países como a Argentina de Menem e o Brasil de Fernando Henrique Cardoso: a utilização da âncora cambial. Em 1994, para receber apoio financeiro do FMI, o Banco Central russo “apertou” sua política monetária e procurou estruturar um orçamento “não inflacionário”. Em julho de 1995 criou-se uma banda cambial para manter o rublo na cotação entre 4.300 e 4.900 por dólar, substituída por uma banda cambial flexível em julho de 1996. O governo russo passaria a defender, com unhas e dentes, a cotação do rublo em relação ao dólar dentro destes limites. Como a sonegação e o déficit fiscal eram extremamente elevados, esta estratégia só podia ser mantida a custa de empréstimos estrangeiros e emissão de títulos e obrigações do governo. Os juros internos subiam de maneira incrível, para atrair o fluxo de dólares (capital estrangeiro) necessário para manter a cotação do rublo.

Os resultados desta política estavam dentro do figurino. Com o tempo, a inflação caiu e relativa estabilidade de preços foi alcançada. Entretanto, os juros elevadíssimos e a competição de mercadorias estrangeiras, que entravam no país com tarifas de importação baixas, impediam o setor industrial russo de retomar o crescimento. Ao contrário, na maior parte da década, a economia *decreceu* (!) a cada ano. A dinâmica da inflação e do Produto Interno Bruto durante todos os anos da década de 90 pode ser vista na tabela B1 do apêndice “B”.

Viktor Chernomyrdin seria o primeiro-ministro russo que mais tempo permaneceria no cargo na década de 90 (dez. 1992 a mar. 1998). Ao sair, deixaria o processo de privatização basicamente realizado em termos gerais: em inícios de 1998, mais de 2/3 da produção e do emprego na Rússia era realizada no setor privado (incluindo aqui empresas de capital misto).

A Confrontação Yeltsin-Parlamento em 1993...

A maneira rápida e atabalhoada com que foram realizadas a liberação dos preços e o início das privatizações em 1992 viraram grande parte do parlamento contra o presidente Yeltsin. O ano de 1993 seria todo marcado por esta confrontação, que terminaria no sangrento canhoneio do prédio do parlamento em outubro.

Desde que o parlamento pôs “as manguinhas de fora”, em 1992, reclamando contra as políticas presidenciais, Yeltsin, por sua vez, passou a se queixar de que aquele Congresso de Deputados do Povo tinha sido eleito na época soviética e, portanto, era pouco representativo da nova realidade social do país.²⁰ A maneira do presidente colocar o parlamento como um obstáculo no caminho das reformas acirrava ainda mais as resistências contra ele. No centro da disputa estavam os poderes extraordinários temporários concedidos pelo Congresso de Deputados do Povo, em outubro/novembro de 1991, para que Yeltsin pudesse realizar os passos iniciais, mais difíceis, da reforma radical para passagem definitiva à economia de mercado em 1992. Estes poderes incluíam a possibilidade de governar por decreto-lei. Com as crescentes dificuldades econômicas em 1992, o parlamento passaria a exigir o fim destes poderes extraordinários, ao que Yeltsin se opunha.

20 O apêndice “A” descreve o funcionamento do parlamento na era soviética. O que estava funcionando em 1992 ainda era o Congresso de Deputados do Povo, constituído pelas novas regras da *perestroika*. O gigantesco Congresso de Deputados do Povo era eleito diretamente pelo voto popular e reunia-se duas vezes por ano, durante certo número de dias, para votar as grandes questões estratégicas. No resto do ano (pelas novas regras) funcionava seu corpo permanente de ação, o Soviete Supremo, formado de um número menor, selecionado, de deputados.

Em 10 dez. 1992, em discurso no Congresso de Deputados do Povo, Yeltsin reclamou que estava se tornando impossível a cooperação entre o poder executivo e legislativo. Anunciou planos para a realização de um referendo popular em janeiro de 1993, com a seguinte pergunta: “A quem você deseja entregar a liderança do processo de saída do país da crise econômica e política? Ao Congresso, em sua composição atual, ou ao Presidente da Rússia?”

A crise de dezembro seria temporariamente contornada com a substituição de Gaidar por Chernomyrdin como primeiro-ministro. Neste mesmo mês, o parlamento confirmou a extinção dos poderes extraordinários ao presidente.

Em março de 1993, a crise novamente irromperia. Em 7 de março, Yeltsin enviou seu projeto das perguntas para o referendo (república presidencial, parlamento de duas câmaras, nova constituição, propriedade privada da terra). No dia 9 de março, ele se disse disposto a um compromisso: anular o referendo em troca de poderes ampliados para o presidente. Entretanto, os insultos de lado a lado prosseguiriam.

Em 20 de março, aconteceu o passo decisivo que levou a disputa à ebulição. Yeltsin anunciou, pela televisão, que estava decretando o Regime Especial de Administração do País, uma espécie de *estado de emergência*, até a resolução da crise constitucional. Por este Regime Especial, o presidente concedia a si mesmo poderes extraordinários e marcava a data do referendo para 25 de abril.

A 21 de março, o presidente do Tribunal Constitucional, Valery Zorkin, o Procurador-Geral, Valentin Sempankov e o próprio vice-presidente de Yeltsin, Aleksandr Rutskoi, foram à televisão condenar o decreto do presidente e declará-lo inconstitucional.

O parlamento, dividido entre adversários e defensores de Yeltsin, não conseguiu maioria para uma tentativa de *impeachment* do presidente: 617 deputados foram a favor, 72 a menos que o necessário. O Congresso, então, marcou, para 25 de abril, a realização de um referendo popular sobre confiança no presidente, aprovação da política de seu governo e necessidade de antecipação das eleições presidencial e parlamentar.

O resultado do referendo foi que mais de 58% dos votantes expressaram apoio ao presidente e sua política, mas também pediam eleições antecipadas. Yeltsin recebeu o resultado como apoio à sua posição.

Em 5 de março realizou-se a sessão inaugural de uma assembleia de 800 *notáveis* para a elaboração de uma nova constituição. A fim de conseguir o apoio para uma república presidencialista, Yeltsin reúne os governantes das 89 regiões e áreas administrativas da Rússia para propor uma maior descentralização das atribuições governamentais.

Paralelamente ao conflito Yeltsin-Khasbulatov, ocorria a disputa do presidente do país com seu próprio vice, Aleksandr Rutskoi. Rutskoi que, desde o início de 1992, vinha criticando a política monetarista de Gaidar, frequentemente conflitava com Yeltsin. Chefiando a Comissão Interministerial para Combate à Criminalidade e Corrupção, em 1993, Rutskoi acusou os auxiliares próximos do presidente, Vladimir Shumeiko e Anatoly Chubais, de corrupção e de pertencerem a estruturas mafiosas. Pouco depois disso, Rutskoi foi afastado da Comissão que, posteriormente, acusaria o próprio Rutskoi de ter contas secretas com milhões de dólares na Suíça.

A 2 set. 1993, Yeltsin assinou decreto afastando, temporariamente, tanto Shumeiko quanto Rutskoi de seus postos até que as investigações contra eles fossem conclu-

ídas. O parlamento se posicionou contra a demissão do vice-presidente Rutskoi. Além disso, num ato de provocação ao parlamento, Yeltsin promoveria, em 18 set., a volta de Gaidar ao governo na qualidade de primeiro vice-primeiro-ministro (encarregado de atuar como ministro da economia da Rússia).

A 21 de setembro, Yeltsin assinou o decreto 1400 “Sobre a Reforma Constitucional Gradual”. Este decreto declarava a dissolução do Congresso de Deputados do Povo e marcava a data de 12 out. 1993 para a realização de eleições para um novo tipo de parlamento bicameral: a Assembleia Federal. Revogava também qualquer parte da constituição em vigor que contrariasse seus próprios dispositivos.

Em 23 de setembro, veio a resposta do parlamento. Votaram e aprovaram o *impeachment* de Yeltsin e sua substituição pelo vice-presidente Rutskoi. O Tribunal Constitucional apoiaria a posição do parlamento.

O clima de confrontação e tensão duraria cerca de 20 dias. Os deputados contrários a Yeltsin passaram a fazer vigília permanente, entrincheirados no prédio do parlamento (conhecido como *Belyi Dom* ou “Casa Branca”). A população se dividiria entre os que apoiavam um ou outro campo. A 3 de outubro, um incidente grave. Partidários do parlamento, armados, ocuparam o prédio da prefeitura de Moscou e tentaram tomar a torre da estação de televisão, em Ostankino. A polícia dispersou os manifestantes com metralhadoras. Houve muitas mortes. Após isso, o presidente decretou estado de emergência em Moscou.

Em 4 de outubro, a sede do parlamento foi cercada por tanques e alvejada por estes. Os soldados invadiram a Casa Branca, tomando-a e fazendo os deputados renderem-se. O saldo de mortos elevou-se a mais de 300.

O vice-presidente, A. Rutskoi, o presidente do Parlamento, Ruslan Khasbulatov, e outros líderes parlamentares foram presos. O impasse presidente vs. parlamento tinha sido finalmente resolvido, pela força. A ironia do destino, entretanto, saltava aos olhos. O GKChP não tivera a coragem de ordenar um assalto frontal sangrento à Casa Branca quando Yeltsin lá esteve entrincheirado em agosto de 1991. Já em outubro de 1993, Yeltsin não teve os mesmos escrúpulos...²¹

Yeltsin cria nova constituição presidencialista e um novo tipo de parlamento...

Nos dias que se seguiram ao ataque à *Casa Branca*, Yeltsin emitiu uma série de decretos proibindo, pelo período do estado de emergência, o funcionamento das organizações que apoiaram a resistência do parlamento (e suas publicações). Dissolveu também todos os Sovietes locais e o Tribunal Constitucional.

A 12 dez. 1993, ocorreram as eleições parlamentares decretadas por Yeltsin. Simultaneamente, os eleitores votaram em um referendo para dizer se aceitavam ou não a nova constituição proposta.

21 Os destinos da “Casa Branca” (*Belyi Dom*) estavam-se tornando emblemáticos da história russa nos anos 90. Na época do *putsch* de agosto de 1991, ela era a sede tanto do poder executivo quanto do legislativo. Esta dupla função teve origem ainda na época soviética, quando Yeltsin tinha sido eleito presidente do Soviete Supremo da República Russa, em maio de 1990, o que o tornava chefe, tanto do poder executivo quanto do legislativo na república de acordo com a legislação vigente. Após o golpe de agosto de 1991, a Casa Branca ficou abrigando somente o parlamento, liderado por Ruslan Khasbulatov, enquanto o então já presidente Yeltsin mudava-se com seu *staff* para outro lugar. Após o canhoneio de outubro de 1993, o parlamento foi retirado da Casa Branca, que passou a abrigar os ministros de Yeltsin.

O novo parlamento chamar-se-ia *Assembleia Federal* e seria constituído de duas câmaras. A alta, ou *Conselho da Federação*, constituída pelos governantes das 89 unidades administrativas que constituíam a Rússia (21 repúblicas autônomas, 10 distritos autônomos, 1 região autônoma, 6 territórios e 49 regiões administrativas). A câmara baixa, ou *Duma do Estado*, eleger-se-ia por voto direto do povo.

A nova constituição era extremamente presidencialista, com o poder executivo bastante forte em relação ao parlamento. Por exemplo, o presidente não apenas escolhia diretamente o primeiro-ministro (mediante confirmação pela Duma) como podia dissolver a Duma em caso de impasse entre os dois poderes.

A surpresa do resultado das eleições foi a vitória do partido do neofascista Vladimir Zhirinovsky. Seu LDPR (Partido Liberal-Democrata da Rússia) recebeu 23% dos votos, seguido do bloco pró-Yeltsin *Opção da Rússia* (de Yegor Gaidar) com 15,5% e do Partido Comunista da Federação Russa (de Gennady Zyuganov) com 12,4%.

A imprensa mundial noticiou com receio esta vitória do partido de Zhirinovsky. Este, um chauvinista russo exacerbado, havia feito várias declarações estapafúrdias, de cunho claramente fascista, sobre a necessidade de se reativar o controle russo sobre as ex-repúblicas da URSS. Zhirinovsky havia apoiado a tentativa de golpe do GKChP em agosto de 1991 por esta razão.

O fato do partido de Yeltsin estar “ensanduichado” entre forças da esquerda e direita fez com que a Duma, a despeito das desvantagens da nova constituição presidencialista, viesse a manter certa independência e resistência. Uma de suas primeiras medidas seria aprovar, em 23 fev. 1994, uma anistia a todos os envolvidos nos confrontos

políticos dos últimos anos. Assim, não apenas seriam colocados em liberdade Aleksandr Rutskoi, Ruslan Khasbulatov e outros dos confrontos de 1993, como GKChPistas de agosto de 1991.

Yegor Gaidar, que havia sido posto de volta no governo por Yeltsin como vice-primeiro-ministro durante o acirramento das disputas com o parlamento em setembro de 1993, renunciou a 16 jun. 1994. Esta renúncia foi vista como um fortalecimento de Chernomyrdin como primeiro-ministro. Como vimos anteriormente, os dois representavam diferentes posições políticas e grupos de interesse. O prestígio de Gaidar tinha sido muito abalado pela derrota de seu partido, a *Opção da Rússia*, nas eleições parlamentares de dezembro de 1993.

Guerra da Chechênia (dez. 1994-ago. 1996)

O grande acontecimento de 1994 foi a invasão da Chechênia por tropas russas a partir de 12 de dezembro. A “guerra” duraria quase dois anos e representaria um grande fardo para o prestígio da Rússia, tanto a nível interno como internacional.

A Chechênia localiza-se na região das ensolaradas montanhas do Cáucaso, ao sul da Rússia, bem na fronteira com a Geórgia. Sua posição é estratégica porque ela forma a ligação entre os mares Cáspio e Negro. Por ela passava a principal rodovia, a única ferrovia e o único oleoduto, da Rússia, entre esses dois mares. O petróleo é uma das riquezas da região.

No início do século XVIII, Pedro, O Grande, já utilizava aquela área como apoio no caminho de suas guerras contra a Pérsia. Entretanto, as invasões russas não eram

recebidas tranquilamente. Diversas guerras de resistência se fizeram, como a famosa e longa “guerra santa” do imame Shamil, de 1834 a 1859. A região onde fica a Chechênia foi formalmente anexada ao império russo em 1859. No período soviético, foi criada (1936) a *República Autônoma Checheno-Inguche*, dentro do quadro da Rússia, que reunia chechenos e inguches. Estes dois povos foram deportados por Stalin da região após a Segunda Guerra Mundial, acusados de colaboração em massa com os nazistas. Em 1957, com o indulto de Khrushchev, a República Autônoma Checheno-Inguche foi restabelecida, mas agora com a presença de muitos russos imigrantes na região. Em 1991, na confusão do separatismo das 15 repúblicas constitutivas da URSS, a Chechênia começou a exigir sua separação da própria Rússia. Djokhar Dudayev, ex-general soviético e líder checheno, declarou unilateralmente a independência em novembro de 1991. Em dezembro de 1992, devido a conflitos internos, a Chechênia e a Inguchétia se separariam.

1992 foi um ano difícil para Yeltsin neste campo das relações entre as mais de 80 unidades da Federação Russa. A Rússia, como a antiga URSS, tinha as chamadas repúblicas, regiões e áreas *autônomas*, onde as populações locais deveriam ter certo grau maior de autogoverno, principalmente na área cultural e linguística. Em 31 mar. 1992, Yeltsin conseguiu que 18 das 20 repúblicas autônomas assinassem um *Tratado da Federação* que delimitava os poderes dos governos central e local. O primeiro cuidaria das relações internacionais, direito das minorias, transporte e política econômica. Ao segundo caberia todo o resto, exceto recursos naturais e impostos, que seriam explorados conjuntamente. Duas repúblicas autônomas (Chechênia e Tartária) recusaram-se a assinar o documento. A Tartária, rica em petróleo, queria ter o controle total sobre este re-

curso. Acabaria, posteriormente, por chegar a um acordo vantajoso com Yeltsin sobre este ponto. A Chechênia aprofundar-se-ia no caminho separatista.

A situação era complicada pela Chechênia ser famosa pelas máfias que atuavam, não apenas na república, como em grandes cidades russas. Isto acabou criando um estereótipo do checheno como “criminoso”, “perigoso” no imaginário dos russos étnicos.

As constantes confrontações chegaram a um ápice em dezembro de 1994. A 12 de dezembro, as tropas russas invadiram a Chechênia. O otimismo inicial de que a grande Rússia facilmente abateria a “mosca” chechena, deu lugar a uma prolongada luta de guerrilha. O terreno montanhoso dificultava a realização de operações de guerra convencional com tanques. O exército russo, formado de soldados desmoralizados pelos baixos soldos e pela crise econômica, sofreria grandes perdas. Entre 50 e 80 mil chechenos e, pelo menos, 5 mil soldados russos morreriam nos quase dois anos de luta. Atrocidades seriam cometidas por ambos os lados. O presidente Dudaev seria morto durante a guerra.

A eleição presidencial de 1996 apressaria o fim da guerra, que já se tornara impopular entre os russos. Yeltsin cooptaria um de seus ex-adversários na corrida presidencial, o general Aleksandr Lebed, a se tornar secretário do Conselho de Segurança Nacional e negociar com os chechenos. Lebed e o líder rebelde Aslan Maskhadov assinaram um acordo de paz em 31 ago. 1996. Segundo os termos do Acordo de Khasavurt, os russos se retirariam da Chechênia, que continuaria parte da Rússia, mas com ampla autonomia para se autogovernar em quase todas as esferas. Ao final do ano 2001, seria decidido definitivamente pelas duas partes o *status* da região (poderia ser marcado

um referendo popular para saber se os chechenos gostariam de continuar parte da Rússia ou não).

O acordo de paz, que pela sua ambiguidade mais lembrava um trégua, foi recebido de diversas maneiras na Rússia. Enquanto que parte da população respirava aliviada pelo fim do envio de jovens soldados para a carnificina, os setores mais nacionalistas da política (Zhirinovsky e outros) acusavam Lebed de ter “entregue” a Chechênia. Na prática, a partir deste acordo de paz, a Chechênia, que logo estaria completamente livre das tropas russas, passaria a se governar de maneira independente, mantendo-se apenas *pro forma* como parte da Federação Russa. Seu *status* imediato pós-guerra dentro da federação, nos termos vagos do acordo, fazia permanecer no ar uma atmosfera de permanente tensão entre Moscou e aquela região do Cáucaso. Principalmente porque o conflito militar havia deixado uma herança de “senhores da guerra”, ou chefes de clãs militares, que continuariam a manter suas milícias independentes do novo governo instalado na capital chechena, Grosny. Aslan Maskhadov foi eleito presidente da Chechênia em 27 jan. 1997. Após um período inicial de reconciliação, alguns dos chefes de bandos militares radicais viraram-se contra o que percebiam ser uma atitude excessivamente conciliatória de Maskhadov com Moscou. Com a economia em destroços, e a criminalidade e sequestros correndo soltos na região, o governo russo sentia-se sobressaltado. No segundo semestre de 1999, tropas russas novamente invadiriam a Chechênia, após uma série de atentados terroristas a bomba contra prédios na Rússia. Moscou acusava os terroristas chechenos de serem os autores e justificava a invasão com a finalidade de destruir, de uma vez por todas, as bases terroristas lá instaladas.

Em 1995, eleições parlamentares...

O ano de 1995 seria marcado, além da guerra da Chechênia, pela eleição parlamentar federal de dezembro. Nela, o peso da crise econômica dos anos 90 se fez presente. A população votou na oposição. O grande vencedor foi o Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), que ficou com 34,9% das 450 vagas na Duma. O segundo foi o partido *Nossa Casa é a Rússia*, do primeiro-ministro Viktor Chernomyrdin. O Partido Liberal Democrata da Rússia, do neofascista Zhirinovskiy, que havia ficado em primeiro lugar nas eleições de 1993, caiu para terceiro (11,3% dos mandatos). O *Yabloko* (“maçã”), de Grigory Yavlinsky, foi o quarto, com 10% das vagas.

Quem são esses partidos?

O PCFR foi fundado em 1993 como um “sucessor” da seção russa do antigo PCUS. Prega o socialismo, mas não é um partido revolucionário, no sentido em que privilegia a atuação parlamentar, de forma legal (no que é criticado por outros PCs mais radicais). Seu maior líder é Gennady Zyuganov.

O *Nossa Casa é a Rússia*, foi criado às vésperas das eleições (abr. 1995), pelo primeiro-ministro Chernomyrdin para servir de partido de apoio ao presidente Yeltsin e às políticas governamentais. Este papel, até as eleições parlamentares de 1993, tinha sido realizado pela *Opção da Rússia* do ex-primeiro-ministro Yegor Gaidar. Entretanto, com a crescente desilusão da população russa com a “opção” gaidariana pela terapia de choque, Yeltsin sentiu necessidade de um apoio mais sólido. A passagem da direita neo-

liberal para uma centro-direita, através do *Nossa Casa é a Rússia*, foi a estratégia adotada.

O grande perdedor foi o Partido Liberal Democrático da Rússia (LDPR), que de liberal e democrático só tem o nome. O prestígio de seu presidente perpétuo [!], o neofascista Vladimir Zhirinovskiy, que estivera alto em 1993, quando o partido foi o primeiro colocado, começava um lento processo de declínio que continuaria pelo resto da década. As parcelas da população atraídas pela retórica xenófoba e histriônica do nacionalista Zhirinovskiy continuariam consideráveis, mas declinantes. Contribuiria para isso, talvez, o fato de que o LDPR, apesar de seu extremismo, frequentemente votava com o governo para barrar os comunistas. Além disso, grupos mais radicais que Zhirinovskiy, como o RNE (Unidade Nacional Russa), de A. Barkashov, surgiriam para ocupar a posição de verdadeiros fascistas radicais de rua.

O partido Yabloko (“Maçã”) tinha como seu líder principal Grigory Yavlinsky. Yavlinsky é um economista respeitado no país. Tem uma aura de “Bukharin” ao seu redor, no sentido de que era uma figura “querida” por grande parte dos eleitores “no coração” (apesar disso não se refletir proporcionalmente no voto...). Pregava um capitalismo liberal, mas sério, para a Rússia (ao contrário do capitalismo “irresponsável”, segundo ele, de Yeltsin).

A vitória inconfundível do Partido Comunista da Federação Russa marcaria o tom das relações entre parlamento e presidente até o final da década. Os poderes presidenciais, apesar de fortes, enfrentariam uma Duma basicamente de oposição. Entretanto, o quadro era bastante heterogêneo. O PCFR e o Yabloko constituíam a mais forte oposição a Yeltsin. Entretanto, a divisão ideológica socialismo-capitalismo impedia qualquer unidade estratégica en-

tre eles. A capacidade da Duma de se opor às políticas de Yeltsin era minada, não apenas pelo caráter presidencialista da constituição, como pela própria desunião entre os diversos blocos e grupos. Quando surgia uma confrontação entre medidas “pró-capitalistas” ou medidas “socialistas”, o Yabloko e o LDPR apoiariam Yeltsin.

De qualquer maneira, esta época marca o reaparecimento dos comunistas na vanguarda da arena política, após os difíceis primeiros anos pós-dissolução da URSS, em que seu prestígio havia chegado ao ponto mínimo.

Eleições presidenciais em 1996...

Os resultados das eleições para a nova Duma em dezembro de 1995 dariam o tom da campanha presidencial de 1996. Na virada do ano, a posição de Yeltsin parecia fragilizada. A crise econômica e salários e pensões pagos com atraso (de meses, e até de mais de um ano!) faziam com que os setores mais empobrecidos da população tornassem-se céticos em relação às políticas do Estado. Este ceticismo aumentava com a guerra da Chechênia, que prolongava-se muito além do esperado e causava altos custos materiais e humanos. Além disso, independentemente de sua “saúde” política, a própria saúde física do presidente estava abalada. Em 1995, Yeltsin sofrera dois ataques cardíacos (em julho e outubro).

Tudo isso levava a crer que Gennady Zyuganov, o candidato do Partido Comunista da Federação Russa, poderia vir a ter chances reais de vencer as eleições que se realizariam em dois turnos (16 jun. e 3 jul. 1996). A corrida presidencial se polarizaria entre Yeltsin e Zyuganov, com um “azarão” surgindo perto da reta final para ficar com o terceiro lugar, o general Aleksandr Lebed.

O fato da disputa se polarizar entre os dois candidatos mencionados, num contexto de crise econômica, fazia com que ela assumisse caráter de um verdadeiro plebiscito sobre se a população queria socialismo ou capitalismo. Pelo menos, esta foi a estratégia da equipe de Yeltsin. Tentar associar o candidato do PCFR como a alternativa de um retorno aos tempos da ditadura soviética. Zyuganov, por sua vez, esquivava-se de uma identificação simplista de sua proposta como um “retorno ao stalinismo”. Apesar de defender a validade da experiência da URSS (cuja reconstituição por meios pacíficos desejava), reconhecia que a realidade do tempo havia mudado e procurava enfatizar que, se eleito, não faria modificações radicais e impensadas na Rússia que pudessem aprofundar ainda mais a crise econômica. Assumia o socialismo como perspectiva de longo prazo e, no curto prazo, pregava uma economia mista, com forte regulação estatal sobre as áreas estratégicas, de modo a evitar a excessiva crença cega nas forças do mercado como reguladoras “naturais” da economia. Quando perguntavam se a chegada dos comunistas ao poder representaria um perigo para os investimentos estrangeiros no país, Zyuganov respondia citando o exemplo da China, como um exemplo de país socialista onde os investidores estrangeiros se sentem à vontade e realizam bons negócios. O candidato do PCFR, em seus discursos, evitava entrar em debates sobre os conceitos abstratos de socialismo e capitalismo, para não alienar aquela parte do eleitorado insatisfeita com Yeltsin, mas não disposta a uma volta aos tempos soviéticos. Zyuganov frequentemente adotava diferentes discursos para diferentes plateias.

Enquanto a campanha de Zyuganov prosseguia vigorosa, com discursos em várias partes do país (se bem que com cobertura negativa pela grande imprensa), a cam-

panha de Yeltsin, apesar de bem melhor financiada, foi marcada por dificuldades, inclusive de saúde. O presidente, que havia tido dois ataques cardíacos em 1995, teve que modificar sua programação várias vezes por motivos de saúde. A crise econômica, e o fato de muitos salários e pensões estarem com meses de atraso, fazia com que grande parte do eleitorado recebesse com ceticismo suas propostas. Para enfrentar isso, a estratégia de seu comitê eleitoral era dupla. A primeira: identificar ao máximo Zyuganov como o candidato da volta ao passado ditatorial soviético (“técnica do amedrontamento”). A segunda: promessas e medidas de caráter populista e eleitoreiro. No início do ano, Yeltsin elevou o valor das bolsas de estudo universitárias e redirecionou três bilhões de rublos para os mineiros em dificuldades. Em abril, assinou um decreto dobrando o valor das aposentadorias mais baixas e outro para compensar as cadernetas de poupança pelo valor perdido devido à inflação dos anos 1992-93. Esse “populismo” assumia, por vezes, formato caricato. Em um passeio pelo parque de Astrakhan, cercado por aposentados que reclamavam de não poder viver com os valores das aposentadorias, Yeltsin, além de fazer promessas, pediu a um auxiliar dinheiro, que entregou a um dos aposentados. Ou, quando se dirigiu às pessoas religiosas lembrando o apoio que o governo pós-comunista estava dando à igreja ortodoxa: “O Estado apoia a religião e a religião deve apoiar o Estado e assegurar que os crentes façam a escolha certa nas eleições do dia 16 de junho”.

Os resultados definitivos do primeiro turno das eleições foram os seguintes: Yeltsin com 35,28% dos votos; Zyuganov com 32,03%; Lebed com 14,52%; Yavlinsky com 7,34%; Zhirinovsky com 5,70%; Fyodorov com 0,92%; Gorbachev com 0,51%; Shakkum com 0,37%; Vlasov com

0,20%; Bryntsalov com 0,16%. Os dois mais votados iriam para o segundo turno, no dia 3 de julho.

A apertadíssima vitória de Yeltsin fazia pressentir um segundo turno emocionante, com reais chances de vitória para Zyuganov.

Outro detalhe que chamou muito a atenção foi o inesperado terceiro lugar para Aleksandr Lebed, até ali uma figura não central do cenário político. Lebed, um general com fama de independente, honesto e decidido, havia concorrido com uma plataforma anticorrupção e anticrime. Seu ar de “homem forte capaz de pôr ordem na casa” atraiu boa parte do eleitorado. Por outro lado, corriam boatos de que, por trás de seu ar durão e independente, haveria um potencial general golpista, que poderia trazer uma ditadura pessoal. Lebed havia se tornado bastante popular nas forças armadas, principalmente a partir de 1992 quando assumiu o comando do Décimo-Quarto Exército de Guarda. O Décimo-Quarto Exército de Guarda estava estacionado na república separatista do Transdniestre, um enclave de russos étnicos dentro da Moldávia. Os russos do Transdniestre recusavam-se a obedecer às ordens do presidente da Moldávia que enfatizavam o emprego da língua moldava pela população e favoreciam uma ligação maior (talvez união) com a Romênia. A república do Transdniestre estava para ser invadida pelas forças da Moldávia, mas Lebed ordenou ao Décimo-Quarto Exército entrar de prontidão. Isto desencorajou os moldávios a tentar resolver a questão por meios militares e abriu caminho para uma solução negociada. Lebed assumiu fama de general honesto, eficiente e admirado pelos soldados.

Segundo Turno...

O segundo turno das eleições entre Yeltsin e Zyuganov prometia ser apertadíssimo. Os círculos dos homens de negócios estavam definitivamente preocupados com a possibilidade de uma vitória comunista. O espectro de comunistas chegando ao poder e revertendo o processo de privatizações no país, que fizera a riqueza de uma pequena “oligarquia” de cerca de uma dezena de membros na primeira metade da década de 90, fez com que este grupo de elite tomasse uma atitude inédita: houve uma reunião “de cúpula” destes oligarcas em que eles, esquecendo suas desavenças no passado, decidiram jogar todas suas fichas no apoio à campanha de Yeltsin. A iniciativa de uni-los neste esforço comum coube a Boris Berezovsky, um dos maiores entre eles, em coordenação com Anatoly Chubais. Mais adiante detalharemos, individualmente, quem são estes oligarcas que dominavam a economia russa privada. Quanto a Anatoly Chubais, fora ele o chefe do GKI, o órgão do governo que coordenou a gigantesca “privatização por cupons” dos anos 1992-94. Afinado com os oligarcas, odiado pela esquerda, com a vitória comunista nas eleições parlamentares de 1995, Chubais tinha sido afastado do cargo, mas reemergiu como chefe do comitê da campanha presidencial de Yeltsin. A estratégia acertada entre Chubais, Berezovsky e os outros oligarcas envolvia um imenso esforço financeiro em termos de comerciais na televisão, concertos e outros eventos públicos de apoio a Yeltsin. A “técnica do amedrontamento” foi levada ao paroxismo: cenas de terror stalinista eram mostradas constantemente, acompanhadas de perguntas ao público se desejavam a “volta de tudo aquilo”. Para obter a simpatia dos eleitores do terceiro colocado no primeiro turno, gene-

ral Aleksandr Lebed, Yeltsin cooptou-o, antes do segundo turno, chamando-o para chefiar o Conselho de Segurança Nacional (foi nesta condição que Lebed assinaria um acordo de paz com o líder checheno Aslan Maskhadov em 31 ago. 1996, terminando a longa guerra da Chechênia).

Na noite de 19 de junho, um episódio obscuro ilustrou o caráter promíscuo do apoio financeiro dos oligarcas ao comitê de campanha de Yeltsin. Dois homens ligados à campanha de Yeltsin, S. Lisovsky e A. Yevstafyev, foram detidos quando deixavam a “Casa Branca” com uma maleta contendo US\$500.000, supostamente a serem utilizados na disputa eleitoral. Eles foram interrogados por 11 horas pelo Serviço de Segurança Presidencial e depois liberados. As contradições eram múltiplas. Lisovsky afirmaria que o dinheiro tinha sido “plantado” na maleta pelo próprio Serviço de Segurança Presidencial. Já o primeiro-ministro Chernomyrdin afirmaria, em entrevista no dia 20, que os dois tinham permissão para sair do prédio com aquela quantia. O chefe da comitê de campanha presidencial, Anatoly Chubais, afirmaria que tudo aquilo representava uma tentativa de denegrir a imagem de Yeltsin. No próprio dia 20 de junho, Yeltsin despediu Mikhail Barsukov, chefe do FSB (Serviço de Segurança Federal) e Aleksandr Korzhakov, chefe do Serviço de Segurança Presidencial (a guarda pessoal de Yeltsin). Na verdade, o que estava ocorrendo era uma disputa entre os dois responsáveis pelos serviços de segurança e o novo líder do comitê de campanha, Anatoly Chubais. Tanto Barsukov como Korzhakov eram críticos de longa data da maneira como Chubais tinha conduzido as privatizações. Com a vinda de Chubais para dirigir a campanha presidencial, a disputa tornou-se inevitável. O poder de Chubais pode ser visto pelo fato de Yeltsin ter demitido Korzhakov, seu amigo e segurança pessoal de muitos anos.

Korzhakov estivera protegendo o presidente russo quando este subira nos tanques para discursar na “Casa Branca” durante o golpe de agosto de 1991 e, com o tempo, passara a ter, inclusive, influência pessoal sobre ele, tornando-se uma espécie de “eminência parda” no governo. Korzhakov saiu do cargo prometendo revelar os casos de corrupção daqueles que estavam rodeando o presidente.

Algumas estimativas de observadores sobre o dinheiro jogado pelos oligarcas e aliados na campanha de Yeltsin chegavam a valores acima de US\$500 milhões.

Comentados entre os jornalistas também eram os rumores de que se estava preparando um golpe de estado caso os comunistas realmente vencessem as eleições.

Apesar do miniescândalo do dia 19 de junho e da saúde claudicante que novamente levou Yeltsin a faltar a compromissos, a maciça campanha de propaganda e intimidação financiada pelos oligarcas surtiu efeito. No dia da votação para o segundo turno (3 jul.), Yeltsin recebeu 53,82% dos votos e Zyuganov 40,31%.

O período pós-eleitoral...

A vitória de Yeltsin representou um grande suspiro de alívio a todos aqueles comprometidos a não por em risco a economia de mercado capitalista na Rússia. Yeltsin recompensaria os que o ajudaram na reeleição. Viktor Chernomyrdin continuou como primeiro-ministro. Anatoly Chubais foi nomeado chefe de gabinete do presidente (num contexto de saúde frágil e delegação de poderes pelo presidente esta posição se tornava mais influente do que normalmente). Os oligarcas seriam recompensados com a continuação de uma política favorável a eles. Alguns, mais

desejosos de se imiscuir diretamente na política, receberam cargos de importância. O mais proeminente em sua ligação com Yeltsin, Boris Berezovsky, além de influenciar em numerosas nomeações do governo, recebeu uma posição de responsabilidade no Conselho de Segurança Nacional. Vladimir Potanin e Vigit Alekporov, que, como veremos mais tarde, também faziam parte da elite oligárquica, receberam postos no próprio conselho de ministros de Chernomyrdin. Por outro lado, o general Aleksandr Lebed, que assinara o acordo de paz com a Chechênia, seria afastado da chefia do Conselho de Segurança Nacional, em 16 out. 1996, por estar entrando em conflito com outros membros do governo, como o ministro do Interior Anatoly Kulikov.

Quem são afinal os “oligarcas”?

Frequentemente mencionamos o termo “oligarcas” no contexto russo. O que significa ele? Quem seriam essas pessoas?

O termo “oligarquia” refere-se ao fato de que as privatizações na Rússia foram realizadas com a prioridade de serem rápidas e irreversíveis e não necessariamente do modo mais liso e honesto possível. Num contexto de país em transformações algo anárquicas, com estruturas criminais fortes, regime legal totalmente ultrapassado e inadequado para a nova economia de mercado, os leilões “arranjados”, as *insider deals* e a utilização de dinheiro público para fins privados foram muito comuns. Os “mais fortes” sobreviveram e passaram a acumular pedaços cada vez maiores do “bolo” das principais empresas privatizadas. Este grupo de elite podia ser facilmente identificado. Nos anos 1990, menos de dez “oligarcas” passaram a dominar,

direta ou indiretamente, cerca de 80% das principais empresas industriais/financeiras privatizadas do país.

A carreira destes oligarcas já começava a ser criada no final da era Gorbachev. Eram todos ex-burocratas ou empresários iniciantes do período soviético bem posicionados junto ao novo poder de Yeltsin, Gaidar e Chubais. Após o início da privatização, utilizaram, além das práticas comerciais regulares, suas posições privilegiadas, *insider deals* e, mesmo, subterfúgios escusos para adquirir ex-empresas estatais a preços baixos.

Cada oligarca dominava seu próprio grupo de empresas associadas, geralmente tendo no centro um banco. Isto é bem sintomático, pois o capital financeiro e especulativo predominou na economia russa na primeira metade da década de 90 por sobre o capital produtivo industrial. Neste sentido, a grande “chave de ouro” da economia, no início das privatizações, estava nas indústrias de energia e mineração. A abertura de mercado à competição estrangeira em 1992, fez com que a indústria russa entrasse em espiral de declínio. Restava, então, o setor em que a Rússia é uma das mais fortes do mundo: os recursos minerais. O país é rico em petróleo, gás, ouro, madeira, diamante, platina, urânio, carvão, etc. Estes produtos exportados formam uma mina “de ouro”, isto é, de dólares e moedas fortes. Foi em cima desta “parte do leão” que os oligarcas criaram seu poder. Dominando majoritariamente o capital destas companhias privatizadas, ou em parceria bastante promíscua com o governo, os oligarcas criaram uma fortíssima base de capital que serviu para uma rápida expansão a todas as áreas. Os oligarcas começariam, inclusive, a revender companhias privatizadas de outras áreas secundárias a estrangeiros. Aproveitando sua proximidade com os círculos do poder e o contexto de desorganização que generalizava

situações de inadimplência e de verdadeira economia de escambo, os oligarcas pagavam pouco ou mesmo nenhum imposto sobre suas companhias. Enquanto as empresas de energia e minerais estivessem trazendo dólares ao país, o governo Chernomyrdin-Chubais fazia vista grossa a este baixo pagamento de impostos. Um *status quo* foi atingido com o Ocidente. Apesar do filão de ouro das empresas de energia e minerais estarem “reservadas” aos oligarcas russos, o governo seguia o receituário do FMI, cortando subsídios à indústria russa e promovendo importações de bens de consumo do exterior.

Mas, afinal, quem eram estes oligarcas nos anos 1990? Sete são os principais oligarcas por volta de meados da década. Abaixo listamos seus nomes seguidos, entre parênteses, do nome da firma (geralmente um banco) que tradicionalmente constituiu o “cerne” da formação de seu conglomerado de companhias: Vladimir Potanin (Oneximbank), Boris Berezovsky (LogoVAZ), Vladimir Gusinsky (Most), Mikhail Khodorkovsky (Menatep), Petr Aven (Alfa), Vladimir Vinogradov (Inkombank), Aleksandr Smolensky (SBS-Agro).

Além destes *magnificent seven* que são considerados os verdadeiros oligarcas, por terem iniciado suas carreiras como banqueiros e expandido seu império financeiro para a área industrial, frequentemente são citados nomes de alguns dos chamados *diretores vermelhos* como parte da elite. Como explicamos antes, *diretores* ou *capitalistas vermelhos* são aqueles antigos gerentes soviéticos que, com a privatização de suas empresas, tornaram-se donos reais ou virtuais delas. O próprio Viktor Chernomyrdin é “acusado” de ter feito fortuna como *diretor vermelho*. Outros *diretores vermelhos* frequentemente citados são: Vagit Alekperov (LUKoil), Rem Vyakhirev (Gazprom), Vladimir Yevtushenkov (Sistema).

Os oligarcas diferem dos *diretores vermelhos* em que se concentravam inicialmente no setor financeiro (e muitos deles já estavam no setor privado desde o final da *perestroika*). Os *diretores vermelhos* trabalhavam, no período soviético, em empresas estatais e continuaram trabalhando no setor produtivo no período Yeltsin. Apesar de certa rivalidade inicial, depois conseguiram atingir um *status quo* para convivência e troca de favores entre os dois grupos (ou partes dos dois grupos entre si).

Abaixo um quadro mais completo dos sete oligarcas e das principais empresas que dominavam, no auge de seu poder, no período pós-reeleição de Yeltsin:

Vladimir Potanin	banco Oneximbank : jornais Trud, Russkii Telegraf, Izvestiya, Konsolmolskaya Pravda, Rabochaya Tribuna; revista Expert; Rádio Europa Plus; Svyazinvest Telecom
Boris Berezovsky	empresa de automóveis LogoVAZ ; banco Ob'edinennyi; jornal Nezavisimaya Gazeta; participação acionária na empresa petrolífera Sibneft, Televisão estatal ORT, companhia aérea Aeroflot, TV 6, jornal Novye Izvestiya e revista Ogonek.
Vladimir Gusinsky	Grupo Most (conglomerado de empresas de engenharia e de comunicação); TV NTV; Rádio Eco de Moscou; jornal Segodnya; revista Itogi.
Mikhail Khodorkovsky	banco Menatep ; Rosprom; antigo grupo petrolífero Yukos; grupo Independent Media (publicador de The Moscow Times, Capital e as versões russas de Playboy e Cosmopolitan).
Petr Aven (& Mikhail Fridman)	banco Alfa ; Alfa Capital; Tyumen Oil; Alfa photo; Alfa empreendimentos; várias companhias de comércio.
Vladimir Vinogradov	banco Inkombank : Siderúrgica Magnitogorsk; Metalúrgica Samenko; oleoduto Transneft; empresa de design aeronáutico Sukhoi
Aleksandr Smolensky	banco SBS-Agro ; participação acionária na empresa petrolífera Sibneft, jornais Kommersant Daily e Novaya Gazeta e na TV ORT; empresas de mineração

O relacionamento entre os oligarcas...

O relacionamento entre estes magnatas sempre foi muito ambíguo. Após a conturbada passagem do pe-

ríodo soviético para a era Yeltsin, os oligarcas atingiram um *modus vivendi* aceitável entre eles, regidos pela batuta de Anatoly Chubais. Evitando as disputas desgastantes, acabaram delineando “áreas de influência” em que certas empresas a serem privatizadas ficavam informalmente “reservadas” a cada um deles. O período de maior união foi exatamente entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais de 1996 quando a ameaça do “capitalista” Yeltsin ser derrotado pelo “comunista” Zyuganov os fez esquecer diferenças e investir pesado na reeleição do presidente russo. O período pós-eleitoral foi inclusive o zênite de seu poder. Yeltsin, agradecido, recompensou-os generosamente com políticas favoráveis e, inclusive, criando um conselho especial onde todos eles participavam. Alguns deles assumiram papéis diretos no governo por breve período. Berezovsky foi nomeado para o Conselho de Segurança Nacional, Vladimir Potanin tornou-se ministro das finanças, etc.

Economicamente, em 1996, os oligarcas estavam “surfando” na onda do esquema dos chamados leilões “empréstimos-por-ações” iniciados em 1995 (segundo se diz, por sugestão de Vladimir Potanin). Nestes leilões, os banqueiros competiam para oferecer os maiores e melhores empréstimos ao governo, com o melhor lance ficando com um bloco de controle de ações de empresas estatais ou mistas “suculentas” (principalmente do setor de energia e mineração) como garantia por dois anos. Se, ao final de certo período acertado (geralmente dois anos), o governo não pagasse o débito contraído, estes bancos teriam o direito de organizar a venda daquelas ações. O resultado foi uma série de aquisições de empresas lucrativas pelos próprios bancos através deste esquema, pois o governo frequentemente não liquidava a dívida ao fim do período e

os bancos executavam leilões fechados (“arranjados”). Foi desta maneira, por exemplo, que o Oneksimbank, de Vladimir Potanin, adquiriu a empresa petrolífera Sidanko e a maior empresa fabricante de níquel e platina do mundo, a Norilsk.

O “acordo de cavalheiros” delimitando “áreas de influência” para cada grupo na aquisição das empresas governamentais foi bruscamente quebrado em 1997, devido à venda de uma empresa de tremendo potencial lucrativo, a Svyazinvest, a gigantesca *holding company* que reunia as empresas de telecomunicação do país. O “acordo de cavalheiros” era que a empresa iria para Vladimir Gusinsky e o grupo Most, envolvido na área de comunicação. Mas, o Oneksimbank, de Vladimir Potanin, com ajuda de George Soros, fez uma oferta surpresa maior e abocanhou aquela “mina de ouro”.

Tal desenlace levou a uma reativação da guerra entre os oligarcas. Como muitos deles eram donos de empresas de comunicação, os jornais, revistas, rádios e TVs ecoaram toda a confusão, com acusações mútuas. Yeltsin fez uma intervenção pessoal, reunindo os oligarcas para acabar com a “guerra” entre eles.

Este episódio foi o prelúdio para uma série de problemas que os oligarcas viriam a enfrentar. Logo a seguir viria o *crash* da bolsa de Hong-kong cujas reverberações levariam à crise financeira de agosto de 1998 na Rússia, quando o país todo (inclusive os oligarcas) seria atingido brutalmente.

Em 1997...

Correndo um pouco à frente, mencionamos a grande crise financeira de agosto de 1998, mas, se esta-

mos interessados ainda na época pós-reeleição de Yeltsin em 1996, podemos notar que foi um período de relativa calma. A elite do país conseguiu, a despeito de todas as dificuldades, manter seu candidato no poder, o que asseguraria a continuação das políticas que lhes eram favoráveis.

Comparado com os conturbados primeiros anos da passagem da Rússia ao capitalismo parecia que o ano de 1997 seria realmente bem melhor. Nele, pela primeira vez na década de 90 [!], o país conseguia um crescimento *positivo* da economia (1,4%) em vez dos crescimentos *negativos* dos anos anteriores (ver tabela B1 do apêndice “B”). A “calmaria” podia ser notada pelo fato de que os principais acontecimentos do ano provinham do campo político em si. Em 27 jan 1997, Alan Maskhadov seria eleito presidente da Chechênia com 65% dos votos. Em 27 de maio, Yeltsin e Clinton assinaram um acordo entre a Rússia e a OTAN. Por este acordo, ficava criado um conselho conjunto no qual a Rússia passaria a ter voz consultiva sobre assuntos da OTAN. Em 11 de junho, um acordo de união entre a Rússia e a Bielo-Rússia, que havia sido assinado pelos presidentes Yeltsin e Lukashenko em 21 de março, entrou em validade. A Rússia e a Bielo-Rússia se propunham a, gradualmente, no futuro, estabelecer uma União entre os dois países, com queda das barreiras alfandegárias, adoção de leis comuns aos dois, etc. Os defensores mais arduos deste processo falavam até em uma possível fusão da Rússia e da Bielo-Rússia.

Os anos 1995-97 foram marcados também por mudanças nas políticas de privatização. A “privatização por cupons” de 1992-94 tinha sido marcada por uma agressiva “reserva de mercado” para os (oligarcas) russos tornarem-se proprietários da “parte do leão”, que eram as empresas de energia e mineração. Houve mudanças a partir de 1995.

Os círculos de negócios do Ocidente reclamavam contra esta “reserva de mercado” (justificada pelo governo russo como proteção de áreas estratégicas da economia). Entretanto, este contratempo era compensado pelo fato de que a Rússia procurava seguir o receituário do FMI na área industrial. Sob o pretexto de eliminar subsídios a empresas ineficientes e aumentar a competição, foi aberta a porta para a importação em massa de artigos de consumo. O resultado foi uma queda tremenda da produção industrial e a invasão do mercado russo por mercadorias estrangeiras, supostamente de qualidade superior. Enquanto o setor de energia e mineração, através de suas riquíssimas exportações, trouxesse os dólares suficientes para cobrir as importações, o governo russo não se importaria. Foi assim que a Rússia, apesar de sua abissal queda da produção industrial e importação desenfreada, conseguiu manter uma balança de comércio positiva com o exterior por todos aqueles difíceis anos (superávit médio anual de US\$20,7 bilhões no período 1995-97, por exemplo).

A partir de 1995, com o esquema dos leilões “empréstimos-por-ações” já anteriormente descritos, os grandes grupos financeiros passaram a consolidar seu controle *direto* sobre as empresas produtivas. Este seria o auge do poder dos oligarcas. A partir daí seu poder estaria tão forte que não necessitariam mais da “reserva de mercado” estatal sobre as empresas de energia e mineração. A participação do capital estrangeiro, em porções minoritárias inicialmente, passou a ser aceita também neste setor. Esta época foi o período de adoção da âncora cambial para segurar a estabilidade do rublo. Uma “banda cambial”, acima e abaixo da qual o rublo não deveria sair, foi estabelecida (em julho de 1995 ela foi fixada de modo que o dólar devesse flutuar entre 4.300 e 4.900 rublos). Isto deveria

proporcionar estabilidade financeira ao país. Realmente, a inflação caiu de 132% ao ano em 1995, para 22% em 1996 e 11% em 1997 (ver tabela B1 do apêndice “B”).

A crise de agosto de 1998...

Mas a relativa “calmaria” que cercou o período pós-reeleição de Yeltsin escondia os defeitos estruturais no “casco do navio”, que continuavam a se acumular. Apesar de as exportações de produtos minerais conseguirem cobrir as importações na balança de comércio internacional, a estrutura parasitária de todo o resto do sistema fazia com que, para cobrir o crescente déficit do orçamento, o governo russo fosse obrigado a se endividar. Um dos maiores problemas era o recolhimento de impostos. Não só a desindustrialização causara um estreitamento da base pagadora, como a *grande maioria das pessoas físicas ou jurídicas contumazmente não pagava ou sonegava impostos*. A sonegação de impostos era endêmica no país na primeira metade da década, desde cidadãos apertados pela crise até (e principalmente) os oligarcas que, aproveitando-se do fato da inadimplência generalizada no país e de sua proximidade com o poder, sistematicamente não pagavam ou pagavam uma quantidade mínima de impostos. Enquanto as empresas de energia e mineração, dominadas pelos oligarcas, continuassem trazendo os dólares necessários para a manutenção do superávit no comércio exterior, o governo faria vista grossa. Internamente, o nível de endividamento do governo e o déficit orçamentário cresciam, mas pareciam controláveis dentro daquele quadro de economia de “pirâmide financeira” sustentada por um setor de recursos naturais forte. O fato de a inflação ter caído tão

fortemente, com a âncora cambial, em 1996 e 1997, fez com que Yeltsin orgulhosamente anunciasse, em agosto de 1997, que uma reforma monetária, cortando três zeros do rublo, seria realizada em 1 jan. 1998. E, refletindo este clima de otimismo e lucros desenfreados, a bolsa de valores de Moscou foi uma das mais lucrativas do mundo no período final de 1996 e grande parte de 1997.

Os primeiros sinais de alerta neste clima de otimismo especulativo viria com o *crash* da bolsa de Hong-kong, em outubro de 1997. As reverberações foram sentidas nas bolsas do mundo inteiro. Entretanto, após um período de adaptação, com o governo intervindo para sustentar o rublo, a partir de dezembro o mercado russo parecia recuperar seu caminho habitual. Tanto que Yeltsin, após cortar três zeros do rublo a primeiro de janeiro, em seu discurso ao parlamento em fevereiro de 1998, afirmou que o país estava pronto para entrar na rota do crescimento econômico novamente.

Este falso otimismo escondia o fato de que a base de sustentação de toda esta atividade estava sendo minada por dentro, “no porão”. A base de sustentação do plano econômico russo, assim como o do plano de F.H.C. no Brasil ou de Menem na Argentina, era a âncora cambial. A estabilidade econômica estaria assegurada enquanto o rublo estivesse estável. Para manter o rublo estável, o governo russo determinava as taxas de juros mais altas do mundo para atrair capital estrangeiro, e se endividava interna e externamente. Após o *crash* das bolsas da Ásia, o custo de manter tal política aumentou muito. Os voláteis capitais estrangeiros de curto prazo estavam desconfiados da segurança dos mercados emergentes e a única maneira de mantê-los era elevando a taxa de juros a níveis ainda mais altos, “irresistíveis”. Não apenas para “segurar” os ca-

pitais estrangeiros, mas também para conseguir financiar os déficits orçamentários causados pela incapacidade de recolher impostos em nível suficiente com capital *interno*, o governo passou a emitir as chamadas GKO (*Gosudarstvennye Kratkosrochnye Obligatsii*), ou “Obrigações de Curto Prazo do Tesouro”. Estes papéis, de pagamento em menos de um ano, ofereciam juros extremamente altos: chegaram a 200% [!] no ano de alta inflação de 1995 e, mesmo em tempos de baixa inflação, como no período inicial de 1998, alcançaram 50%. O governo rapidamente ficou “viciado” nas GKO como solução rápida, não apenas para problemas conjunturais, como *estruturais*. O arriscado mercado de GKO aumentou de maneira explosiva. Lançadas inicialmente em 1993, as GKO cresceram a um ritmo médio de 61% ao ano: em 1997 as GKO a serem pagas atingiam o valor de 382 trilhões de rublos (enquanto que as receitas totais do orçamento federal eram de 227,8 trilhões). No início de 1998, cerca de 70% dos papéis lançados pelo tesouro nacional russo (equivalendo a US\$45 bilhões) venciam em menos de um ano. Uma bomba relógio estava ativada.

Esta bomba relógio foi colocada nas mãos de Sergey Kirienko, chamado para substituir Viktor Chernomyrdin em março de 1998, como primeiro-ministro. Kirienko, um jovem (35 anos), mas praticamente desconhecido e sem muita experiência política, executivo de empresa petrolífera, havia sido alçado a condição de ministro da Energia e Combustíveis em maio de 1977. Muito se especula sobre o que levou Yeltsin a substituir Chernomyrdin. Uma das versões mais aceitas era de que ele havia caído em desfavor com Boris Berezovsky, um dos sete grandes oligarcas. Entre os oligarcas, Boris Berezovsky era o que mais diretamente se envolvia com política, tendo assumido diversos cargos

na administração Yeltsin. Sua íntima ligação com Tatyana Dyachenko, a filha e assessora de Yeltsin, fazia com que fosse, entre os oligarcas, um dos que mais tinha influência sobre o presidente. É aceito que várias nomeações governamentais foram feitas à sua sugestão (supostamente incluindo a nomeação e deposição de Chernomyrdin, com quem também tinha ligações estreitas).

O fato é que Kirienko, ao assumir, apercebeu-se da seriedade crescente da situação. Em maio de 1998, o governo russo tinha cerca de US\$100 bilhões em dívidas no mercado: US\$70 bilhões em GKO e OFZs (obrigações do tesouro de três anos de maturação), US\$11 bilhões em títulos do Minfin (dívidas renegociadas do período soviético), US\$ 8 bilhões em *eurobonds* e o resto em papéis emitidos pelos governos das diferentes regiões russas (o governo central tinha complicado o problema da pirâmide financeira ao permitir aos governos regionais emitirem seus próprios papéis).

A pirâmide aumentava e o governo somente conseguia impedi-la de cair, “rolando” a dívida, isto é, pagando com a emissão de mais e mais OFZs e, principalmente, das perigosas GKO. O caráter de castelo de areia estava ficando óbvio demais. Os rendimentos eram altos e tentadores. Mas e se chegasse um momento em que o governo não conseguisse prosseguir rolando a dívida eternamente e não pudesse pagar mais?

Um presságio de que até os banqueiros russos já estavam ficando nervosos foi, simbolicamente, em primeiro de abril de 1998. O Tesouro russo colocaria em leilão, GKO e OFZs para cobrir 9 bilhões de rublos em dívidas que expiravam naquele dia. Pela primeira vez, o governo, por mais atraentes que fossem os juros, não conseguiu encontrar, entre os banqueiros, fundos de pensão e outras

companhias russas, interessados em quantidade suficiente para cobrir totalmente os nove bilhões. Para pagar as dívidas restantes, o primeiro-ministro Kirienko foi obrigado a tirar, das próprias reservas do país, os fundos necessários. Este episódio pode ser considerado o sinal inicial do fim da farra financeira e o começo do desmantelamento do castelo de areia das GKO que ocorreria, com toda força, em agosto de 1998.

Kirienko rapidamente percebeu que, impossibilitado de continuar rolando as dívidas para cobrir o déficit público, restava-lhe apenas ou receber mais auxílio (empréstimos) do exterior ou aumentar as receitas do governo através de maior recolhimento de impostos. Reconheceu que, a princípio, havia aí um vasto campo a explorar, já que a sonegação de impostos era muito elevada. Aliás (numa situação apresentando semelhanças com a do Brasil), os “poucos” que pagavam eram taxados em excesso, o que representava uma distorção no princípio de justiça fiscal. Esta anomalia era amplificada pelo fato de que os conglomerados financeiros ligados aos oligarcas encontravam, com facilidade, meios para driblar o “fisco”. Ao tentar iniciar uma cruzada para recolher os impostos devidos, ameaçando, inclusive, tomar os depósitos dos bancos caso estes não o fizessem, Kirienko cavou sua própria sepultura. Os oligarcas, liderados por Boris Berezovsky, conseguiriam que Yeltsin o depusesse antes que completasse seis meses no posto, no auge da crise de agosto.

O período de tempo daquele fatídico leilão de GKO/OFZs de 1 abr. 1998 em diante seria como o contar da bomba relógio que explodiria em agosto. Com a perda de confiança dos investidores, a rolagem da dívida na base de GKO não seria suficiente. Kirienko bem que tentou a solução de recolher os impostos devidos ao governo

pelas grandes empresas. Por exemplo, a 2 de julho, num lance dramático, o chefe do “fisco” russo, Boris Fyodorov, ordenou uma “blitz” (televisada) sobre os escritórios do Gazprom (a gigantesca companhia de gás natural russa da qual Viktor Chernomyrdin já havia sido presidente) para forçar o pagamento dos impostos atrasados. O Gazprom se defendeu dizendo que centenas de empresas, escolas, hospitais, etc. também não pagavam pelo gás que recebiam e, por isso, não recolhia ao fisco o total necessário. Finalmente chegou-se a um acordo pelo qual o Gazprom começou a resgatar parte de sua dívida fiscal.

Este episódio é emblemático da situação russa em que, devido à inadimplência, grande parte da economia, principalmente na primeira metade da década de 90, funcionava na base do *barter* (empresas pagavam fornecedores e mesmo empregados com seus produtos, etc.). As tentativas de recolher os impostos esbarravam na resistência dos oligarcas. A única outra solução seria um financiamento externo. Em 13 de julho, o FMI anunciou um pacote de empréstimo de emergência de US\$22 bilhões. Com este anúncio, o mercado de ações subiu 10% e os juros das GKO's desceram de alturas estratosféricas para o nível de “apenas” 109%. Entretanto, os efeitos destas medidas paliativas não duraram muito na confiança dos investidores. A partir de 22 de julho, os mercados caíram. No início de agosto, o governo foi obrigado a cancelar uma série de leilões de GKO's por falta de interesse suficiente dos investidores. Os juros das GKO's subiram de novo a patamares elevadíssimos para atrair investimento: 146% em 11 de agosto, 160% em 13 de agosto. O mercado de ações encontrava-se em baixa constante. Falava-se que o governo não conseguiria sustentar o rublo. Em 14 de agosto, Yeltsin afirmou peremptoriamente que “não haverá desvalorização do rublo”. No mesmo dia,

entretanto, correram informações de que alguns bancos, como o importantíssimo SBS-Agro, só estariam conseguindo pagar aos seus depositantes por causa de créditos de emergência fornecidos pelo Banco Central. Uma atmosfera de tensão cercava de expectativa o dia 17 de agosto, quando venceriam os contratos *forward* de vários bancos, num contexto de visível falta de liquidez.

Em 16 de agosto, houve uma reunião entre o primeiro-ministro Kirienko, o presidente do Banco Central Sergey Dubinin, o ministro das Finanças Mikhail Zadornov e Anatoly Chubais (que tinha sido nomeado negociador da dívida externa). Chegaram à conclusão que o governo não tinha condição nem de defender o rublo nem mesmo de honrar as GKO's que devia. Informaram Yeltsin da situação. Ficou decidido que haveria desvalorização e moratória. Imediatamente, avisaram ao FMI sobre o que seria feito.

O dia 17 de agosto foi o dia-chave. O governo anunciou que, “devido à crise asiática e aos baixos preços do petróleo”, estaria desvalorizando o rublo e não poderia pagar US\$40 bilhões em GKO's de vencimento em curto prazo. Além disso, determinou uma moratória de 90 dias de qualquer pagamento a credores estrangeiras por parte de entidades russas.

O diabo agora estava à solta.

Os dias seguintes foram de desvalorização constante do rublo e corrida de depositantes aos bancos (que não se encontravam em condição de efetuar os pagamentos). Em 21 de agosto, o Banco Central elevou as taxas de juro do mercado *overnight* para estratosféricos 250%.

Em 23 de agosto, Yeltsin demitiu Kirienko e resolveu trazer de volta Viktor Chernomyrdin como primeiro-ministro. A volta do homem ligado à época das privatizações fechadas e favorecedoras dos oligarcas, exatamente

no período em que as consequências desse sistema eram sentidas na crise, foi mal recebida, não apenas pela ala oposicionista de esquerda e direita da Duma, como pelos círculos de negócio ocidentais. A credibilidade de Chernomyrdin, tido como conivente com um sistema ineficiente e corrupto, estava em níveis baixíssimos. Seu nome foi recusado duas vezes pela Duma. Isto provocou uma confrontação enorme entre Yeltsin e o parlamento. O presidente ameaçava dissolver a Duma, caso a candidatura fosse vetada pela terceira vez, e esta ameaçava pedir o *impeachment* de Yeltsin. Uma escalada da disputa foi evitada pelo aparecimento de uma figura de compromisso, Yevgeny Primakov, por sugestão de Grigory Yavlinsky. Primakov era o ministro do Exterior de Yeltsin. Seu passado (soviético) como membro do PCUS e sua atuação defendendo os interesses da Rússia na política exterior faziam-no uma figura aceitável aos comunistas e outros membros da oposição (exceto o LDPR) na Duma. Em 11 de setembro, Primakov foi confirmado pela Duma, quando nomeado por Yeltsin como primeiro-ministro. A crise havia forçado uma derrota dos oligarcas (que queriam o “bom e velho” conhecido Chernomyrdin de volta) e fortalecido temporariamente a Duma.

As consequências da crise foram gravíssimas. Os mercados despencaram, o rublo caiu a quase 1/3 de seu valor em questão de poucos dias. Filas de enraivecidos depositantes formavam-se nos bancos, incapazes de receber seu dinheiro de volta. Todos queriam comprar dólares, cujo valor disparara. As consequências foram tão forte que o otimismo do ano anterior, que previa um crescimento positivo da economia como em 1997, foi substituído por mais uma forte queda do PIB (5,3% *negativos*) em 1998.

Da crise não escapariam ilesos nem os oligarcas. Ela deixou clara a falta de estrutura dos bancos rus-

sos. O fato de a elite oligárquica enviar grande parte de seus lucros para fora do país, para “portos mais seguros”, e se especializar em especulações com privatizações ou utilizando o dinheiro do próprio governo russo, fazia com não seguissem os padrões dos países avançados em termos de reservas de segurança de depósitos, transparência nos negócios, etc. Por exemplo, calculava-se que os bancos russos acumulavam excessivamente US\$60 bilhões em obrigações de curto prazo (GKOs) e mais bilhões de dólares em contratos do tipo *forward*. Pelo lado da transparência, nem o próprio governo sabia exatamente qual o valor total dos ativos dos bancos que serviam de cerne aos grandes conglomerados financeiro-industriais. Tomemos o Onexsimbank, por exemplo. Era considerado o maior banco privado da Rússia em 1997. No início daquele ano, seus ativos oficialmente totalizavam 21 trilhões de rublos (US\$3,5 bilhões). Mas, somente as vendas do grupo Rossos, em grande parte controlado pelo Onexsimbank, totalizavam US\$10 bilhões anuais... Na já mencionada famosa aquisição do gigante das telecomunicações russas Svyazinvest, o Onexsimbank não participou diretamente e sim através de uma companhia que ele havia aberto no paraíso fiscal de Chipre exatamente para a realização deste negócio.

A crise financeira de agosto de 1998 foi de tal magnitude que o governo não teve outra solução senão intervir, mesmo contrariando interesses dos oligarcas. Três dos dez maiores bancos (Inkombank, Menatep e Onexsimbank) perderam licenças. O SBS-Agro sofreu intervenção. Ameaçou-se decretar a falência do Rossiisky Kredit. Para aplacar a fúria do público, que não conseguia retirar seus depósitos dos bancos privados, o governo ordenou que os cidadãos poderiam retirar seus depósitos de vários dos principais bancos privados e transferi-los para o Sberbank

(a “Caixa Econômica Federal” da Rússia). A crise determinou uma total reestruturação do setor bancário. Apenas quatro dos maiores bancos russos de antes da crise conseguiram manter-se entre os 10 maiores: Sberbank, Vneshtorgbank, Gazprombank e Mezhdunarodny Promyshlenny Bank (exatamente aqueles que pertenciam ao Estado ou tinham participação estatal forte). Os antigos grandes bancos particulares foram forçados a “se virar” para sobreviver, principalmente através de fusões e uniões. O Menatep, Oneksimbank e Most-Bank se uniram para formar o Rosbank. O SBS-Agro foi incorporado ao Grupo Soyuz. O antigo banco número 2, o Inkombank, foi abandonado à própria sorte por seu fundador Vladimir Vinogradov e teve que arrendar parte de seus escritórios ao Guta-Bank para arrecadar dinheiro. O Rossisky Kredit criou o Impeksbank para intermediar suas difíceis relações com os antigos clientes insatisfeitos.

O poder dos oligarcas ficou fortemente abalado.

As negociações para a reestruturação do sistema bancário prolongar-se-iam pelo ano de 1999 adentro, tantos eram os interesses envolvidos. Afinal, a base do capitalismo financeiro especulativo que dominara a economia russa até então estava em questão. Somente em julho de 1999, já sob o novo primeiro-ministro, Sergey Stepashin, seria anunciado o plano oficial de reestruturação do sistema de crédito na Rússia. Uma Agência para Reestruturação Bancária (ARKO) foi criada. Pelo programa, bancos insolventes deveriam ser liquidados e aqueles que ficassem deveriam seguir os padrões internacionais de contabilidade e auditoria.

Primakov e sua preocupação com o setor “real” da economia...

Yevgeny Primakov foi confirmado no posto de primeiro-ministro em 11 de setembro, logo após o estouro da grande crise financeira de agosto de 1998. Ele não era o candidato de Yeltsin para o cargo. O presidente fora praticamente obrigado a “engolir” a sugestão do deputado Grigory Yavlinsky para poder superar o impasse com a Duma, que se recusava a confirmar o nome de Chernomyrdin. Devido a estas circunstâncias, o relacionamento de Yeltsin com Primakov seria marcado por sensível ambiguidade, e mesmo animosidade, por parte do presidente, principalmente à medida que a Duma mostrar-se-ia inclinada a colaborar com o primeiro-ministro, mas não com o presidente.

Primakov tinha o apoio do bloco principal dos comunistas na Duma por ter sido membro do PCUS na época soviética e por nunca ter-se entusiasmado muito com o tipo de capitalismo financeiro especulativo que dominava a Rússia (apesar de ter sido ministro das relações exteriores de Yeltsin desde janeiro de 1996). Tanto que, logo nas primeiras declarações, o novo primeiro-ministro deixou claro que sua prioridade era incentivar o chamado setor *real* (*i.e.*, produtivo) da economia: a indústria e agricultura. Para obter o apoio da fração comunista na Duma, nomeou o comunista Yury Maslyukov como vice-primeiro-ministro encarregado da política econômica. Isto valeria a Primakov certa desconfiança dos círculos de negócios ocidentais e russos de que o novo ministério poderia estar trazendo de volta os “comunistas ao poder” com uma política contra as elites. Esta desconfiança foi ampliada quando Maslyukov anunciou a intenção de adotar uma série de medidas com forte dose de intervenção estatal para debelar a crise em

1 out. 1998 (proibir os bancos de vender dólares, controle estatal sobre exportações e importações, etc.). Primakov não adotou as medidas mais radicais deste plano, preferindo utilizar uma versão “light” de plano de estabilização, mas que mesmo assim incluíram algumas formas de controle de preços e salários, indexação salarial, auxílio estatal para algumas indústrias estratégicas, programa de obras públicas e um programa de privatização que enfatizava mais aumentar a eficiência das empresas que meramente atingir objetivos financeiros. Um plano de reestruturação do setor financeiro seria elaborado, juntamente com novas medidas de cunho fiscal. Os críticos acusavam Primakov de não adotar medidas que resolvessem o eterno problema do déficit público ou das dívidas acumuladas do governo.

A administração Primakov foi do tipo “calada, mas trabalhadora”. Sem grandes medidas de estardalhaço, nem à esquerda nem à direita, foi conseguindo emendar os problemas mais prementes deixados pela crise sem permitir que o caos, que alguns previram, acontecesse. Sua ênfase na indexação de salários e na tentativa de pagar aposentadorias e proventos atrasados valeu-lhe a simpatia de grande parte da população. Os homens de negócios, apesar de não “morrerem de amores” pelo primeiro-ministro, pelo menos reconheceram que ele, a despeito de algumas medidas intervencionistas, continuava basicamente no caminho da economia de mercado capitalista. Apesar de ter evitado “o pior”, Primakov não resolveu nenhum dos problemas estruturais da Rússia. A economia teve crescimento *negativo* novamente em 1998 e parte de 1999. As dívidas do governo continuavam impedindo-o de resolver os problemas de base. Entretanto, Primakov conseguiu passar uma imagem de seu governo, como “calado, mas trabalhador e razoavelmente honesto” (o que, comparado

ao contexto russo anterior, já parecia um grande avanço...). Além disso, ele estava ousando “bater de frente” com Boris Berezovsky, o oligarca que mais tinha influência junto ao presidente.

Assim, quando Yeltsin, já bastante enciumado com o bom trânsito de Primakov com a Duma e com sua política antioligárquica, resolveu “despedir” o primeiro-ministro e seu gabinete em 21 de maio de 1999, as pesquisas de opinião mostraram o lado que o público apoiava. À medida que o tempo passara e as coisas foram entrando em seu velho eixo, a popularidade do (pessoalmente pouco carismático) Primakov havia subido. Seus índices de aprovação eram um dos mais altos entre os políticos russos. Assim que ele perdeu o posto no governo, iniciaram-se os rumores de que poderia entrar na corrida da campanha presidencial do ano 2000...

A “ciranda” dos premiers de Yeltsin: Chernomyrdin, Kirienko, Primakov, Stepashin, Putin...

O ano de 1999 seria marcado por convulsões também no campo político. Em menos de 18 meses, Yeltsin teria cinco primeiro-ministros diferentes: Viktor Chernomyrdin (despedido em 23 mar. 1998), Sergei Kirienko (24/04/98 a 23/08/98), Yevgeny Primakov (11/09/98 a 12/05/99), Sergei Stepashin (19/05/99 a 09/08/99) e Vladimir Putin (confirmado em 16/08/99). Esta verdadeira “ciranda” de primeiros-ministros dever-se-ia, em grande parte, à luta pelo poder entre diversos membros da elite para influenciar Yeltsin em relação aos rumos da política econômica pós-crise e em relação às próximas eleições parlamentares e presidenciais (marcadas, respectivamente, para dezembro de 1999 e junho de 2000).

Interessante notar que, no pós-choque de agosto de 1998, Yeltsin passou a dar preferência a *premiers* que tivessem origem em órgãos de segurança e/ou informação. Primakov tinha sido um espião, chefiando o Serviço de Inteligência Estrangeira antes de ser promovido a ministro das relações exteriores e primeiro-ministro da Rússia. Stepashin era um ex-general. Putin era o chefe do FSB (Serviço Federal de Segurança) ao ser nomeado primeiro-ministro. Este perfil de *homens fortes* dos governantes representava uma tentativa de preencher o imaginário da população que, pelas pesquisas, sentia-se insegura, via o governo como impotente para mudar a situação e ansiava por “ordem na casa”.

A substituição de Primakov, como todas as outras, veio como uma surpresa. Primakov parecia estar tomando a rédea dos acontecimentos, mantendo um bom relacionamento com a Duma e uma política independente dos oligarcas (em seu governo iniciaram-se investigações contra um deles: Boris Berezovsky). Ironicamente, tudo isso era motivo para ter problemas com Yeltsin, como de fato acontecia. Na época da deposição de Primakov, temia-se um confronto sem limite entre a Duma e o presidente. Pela legislação russa, se o presidente apresenta três vezes uma candidatura a primeiro-ministro e esta é rejeitada, após a terceira vez, o presidente pode dissolver a Duma e convocar novas eleições parlamentares. Entretanto, o fato de 1999 ser um ano de eleições parlamentares diminuía a combatividade dos deputados, temerosos de perder as vantagens que o cargo lhes dava para a campanha que se avizinhava.

Além disso, a figura de Sergei Stepashin não era de todo inadmissível para os setores da Duma preocupados com a defesa dos interesses da Rússia. Stepashin havia sido general e era o ministro do Interior do governo Pri-

makov. Sua defesa dos “interesses da Rússia” assegurava-lhe a simpatia de diversos segmentos da Duma. Entretanto, a nomeação de Stepashin tinha sido motivo de intensa luta de bastidores entre Anatoly Chubais, que defendia sua candidatura, e Boris Berezovsky, o oligarca com bastante influência sobre Yeltsin, que era contra. Há fortes indícios que, assim como Primakov, Stepashin não era o candidato favorito de Yeltsin. Tanto que este bancou a manutenção de Nikolai Aksenenko, um aliado de Berezovsky, como vice-primeiro-ministro, apesar dele ser um constante embaraço para Stepashin. Para piorar a situação, Stepashin não seguia à risca os jogos eleitoreiros de Yeltsin. Não apenas Stepashin manteve correndo (em ritmo mais lento, é verdade) as investigações de corrupção contra membros do alto escalão da elite do país, como ousara até fazer umas aberturas em direção ao prefeito de Moscou, Yury Luzhkov, um rival político de Yeltsin. Luzhkov unira-se ao ex-primeiro-ministro Yevgeny Primakov (então o político mais popular do país, segundo as pesquisas) formando o bloco *Pátria-Toda a Rússia* para concorrer nas eleições parlamentares de dezembro de 1999. Na época de sua formação, este bloco estava bastante forte nas pesquisas. Segundo Yeltsin, Stepashin não se revelava à altura de combater a popularidade do *Pátria-Toda a Rússia*. Outro fator determinante na rápida queda de Stepashin seria sua atuação “pouco firme”, segundo alguns círculos ligados a Yeltsin, na crise do Daguestão. Guerrilheiros chechenos e do Daguestão estariam se instalando nas montanhas daquela parte da Rússia, para formar bases de combate. Stepashin não se decidia em arriscar a “derramar sangue russo”, enviando tropas federais para lá.

Assim, em 9 ago. 1999, Yeltsin demitiu Stepashin e nomeou Vladimir Putin como primeiro-ministro. Putin era

o chefe do Serviço Federal de Segurança (FSB) russo.²² A nomeação veio como uma surpresa, já que Putin era uma figura sem carisma (fala de maneira maquinal e sem criatividade) ou projeção política. Aprofundando a surpresa, Yeltsin, no mesmo dia, anunciou que Putin seria seu sucessor como candidato presidencial no ano 2000.

Entretanto, do descrédito inicial, Putin veria sua popularidade como político subir em poucos meses. Isto se deveria à (in)feliz coincidência de que logo ocorreriam acontecimentos que levaram grande parte da população russa a desejar alguém com suas características no cargo. Primeiramente, agiu com vigor contra os guerrilheiros islâmicos no Daguestão que já estavam começando a ocupar aldeias nas montanhas no início de agosto. Invadiu o território ocupado, retomando-o e obrigando os guerrilheiros chechenos que haviam estado no Daguestão a voltar à Chechênia.

Outro fator que acabou revelando a face “útil” de Putin à maioria do público russo seriam os atentados a bomba na Rússia e a consequente invasão da Chechênia. Em setembro, uma série de atentados a bomba contra edifícios residenciais na Rússia deixou um saldo de cerca de 300 mortos. Dois dos atentados ocorreram em Moscou e os outros dois em cidades do interior. Nenhum grupo assumiu os atos, mas as autoridades russas disseram ter certeza que eles partiram de guerrilheiros islâmicos da Chechênia. Putin ordenou um bombardeio de “bases terroristas”

22 Putin havia sido espião no KGB por 16 anos. Com a desintegração da URSS, tornar-se-ia assessor de primeiro escalão na equipe do liberal prefeito de Leningrado, Anatoly Sobchak. Em 1996, após o fracasso da tentativa de reeleição de Sobchak, foi trazido por Anatoly Chubais e Pavel Borodin para trabalhar em Moscou. Yeltsin o nomearia vice-chefe de gabinete em maio de 1998 e, dois meses depois, o colocaria para dirigir o Serviço Federal de Segurança.

naquela região. Reproduzindo a estratégia utilizada pelas tropas da OTAN na Iugoslávia, após terem destruído estruturas e enfraquecido as defesas chechenas por ar, a Rússia enviou tropas para invadir por terra. Estes novos métodos, mais a própria experiência da guerra anterior de 1994-96 (agora tinham melhores mapas da região, criaram um canal único de informação oficial para evitar o desencontro de posições do governo sobre o andamento do conflito, impediram melhor a propagação das versões do lado checheno sobre os combates) levaram a que a invasão tivesse bastante sucesso inicial, chegando à beira da capital, Grosny.

Apesar dos protestos ocidentais contra os danos causados pelos ataques e o tratamento ruim dado ao problema dos refugiados de guerra, internamente a popularidade do primeiro-ministro “durão” subiu, pois os atentados a bomba na Rússia haviam colocado a população russa com desejo de acabar de uma vez por todas com aquela situação.

Os escândalos de corrupção no alto escalão do governo...

1999 seria marcado também por revelações sensacionais nos casos de corrupção. Pela primeira vez de modo bastante consistente as acusações de corrupção chegaram diretamente a Yeltsin, além de seu *entourage*.

No primeiro semestre de 1999, noticiou-se que o procurador-geral da Rússia, Yury Skuratov, estava investigando dois casos de corrupção no alto escalão do governo. Um deles era de desvio, pelo Banco Central russo, de dinheiro (emprestado pelo FMI para fins específicos) para a companhia FIMACO na ilha de Jersey, nos EUA. O outro

seria de dinheiro recebido por diversas pessoas, incluindo Yeltsin e suas duas filhas, da firma de construção suíça Mabetex, que fizera trabalhos para o governo russo.

No dia 2 de abril, Yeltsin tentou remover Skuratov do cargo de procurador-geral, mas a Duma condenou como inconstitucional este ato. Além disso, pouco depois, ordens de prisão foram emitidas contra Boris Berezovsky e o diretor-geral da Aeroflot, Nikolai Glushkov, por acusações de desviar dinheiro da companhia ilegalmente para contas na Suíça. As ordens de prisão acabaram não sendo cumpridas, mas a guerra de Yeltsin contra Skuratov estava declarada. A situação se complicaria quando a veracidade das acusações começou a ser corroborada por fontes ocidentais fidedignas. Em 19 de agosto, o New York Times publicaria uma estória confirmando o esquema russo de “lavagem de dinheiro” de origem criminosa e, possivelmente, também do FMI, através do Banco de Nova York. O governo suíço também abriu uma investigação sobre o caso Mabetex.

As investigações sobre estes casos continuariam 1999 adentro, manchando em muito a reputação do presidente. Um dos assuntos mais comentados era que uma das prioridades de Yeltsin seria a de assegurar uma sucessão adequada que evitasse com que ele se visse em problemas com a lei, assim que acabasse sua imunidade presidencial. Somando-se a isso toda uma série de figuras do alto escalão e da oligarquia envolvidas em transações legalmente dúbias durante todo o processo de privatização dos anos 90 não admira que este ano de 1999, véspera de eleições parlamentares e presidenciais, tenha sido marcado por nervosas lutas nos bastidores do poder e por este constante “tira e põe” de primeiros-ministros.

5. O Movimento Comunista na Rússia Pós-soviética

Um dos assuntos sobre os quais se tem menos informação no Brasil é sobre o movimento comunista na Rússia. Afinal, o que restou do comunismo na Rússia? Ainda é uma ideologia forte lá? Existem muitos PCs atualmente no país? São influentes?

Estas e outras questões serão analisadas neste capítulo.

Iniciemos cronologicamente pela parte final do período soviético. Como se sabe, na URSS, o movimento comunista estava incorporado no partido único, o PCUS (Partido Comunista da União Soviética). O PCUS tradicionalmente a unidade e disciplina em suas fileiras, reprimindo dissensões. Seu princípio organizacional, o *centralismo democrático*, permitia a exposição de diferentes pontos de vista durante o período de discussão das questões, mas exigia obediência aos princípios e decisões uma vez tomadas oficialmente pelo partido. Assim, o PCUS manteve-se bastante coeso durante a maior parte de sua existência (inclusive com a proibição da existência de frações ou correntes internas organizadas). Entretanto, no período final da *perestroika*, a situação mais aberta, e mesmo caótica, da sociedade era refletida também no seio do partido. Às vésperas de seu XXVIII Congresso (2-3 jul. 1990), o PCUS, além da corrente majoritária do secretário-geral Gorbachev, tinha também três correntes organizadas representando pontos de vista conflituosos. A *Plataforma Democrática* (fundada em janeiro de 1990) pregava a ida rápida da URSS a uma economia de mercado e a transformação do PCUS em um partido social-democrata tradicional. No

lado oposto do espectro, encontrava-se o movimento *Unidade* (fundado em maio de 1989 e base da futura *Plataforma Bolchevista no PCUS*) que atacava o “revisionismo” gorbachevista e pregava uma volta do PCUS a suas origens leninista-stalinistas originais. No centro, encontrava-se a *Plataforma Marxista no PCUS*, que renegava a herança repressiva stalinista, mas também condenava o reformismo gorbachevista e advogava um caminho de marxismo humanista para o partido.

Além disso, outro centro de “dissensão” surgiu com a criação de uma seção russa específica dentro do partido. O PCUS tinha sempre sido subdividido em seções específicas para cada uma das repúblicas da União. A única exceção era exatamente a maior de todas, a Rússia, por se considerar que Moscou, já sendo o centro do PCUS como um todo, tinha automaticamente representação bastante. Com o reavivamento dos sentimentos nacionalistas durante a *perestroika*, houve a formação do DKI (Movimento “Iniciativa Comunista”) em 1990, que ambicionava e conseguiu criar tal seção específica para a Rússia: a Conferência Partidária da Rússia de 19-23 jun. 1990 constituiu-se no congresso de fundação do PC RSFSR (Partido Comunista da República Socialista Federativa Soviética Russa). O PC RSFSR, desde o início, colocava-se, com frequência, criticamente em relação à direção central gorbachevana.

Na década de 1990

Com a dissolução da URSS em 1991, estes “centros de dissensão” dentro do PCUS serviriam de embriões para os futuros partidos comunistas pós-soviéticos. O movimento *Unidade* (e seu “filhote”, a *Plataforma Bolche-*

vista) daria origem à fundação, em 8 nov. 1991, do VKPB (Partido Comunista Bolchevista de Toda a União). Os principais líderes da *Plataforma Marxista no PCUS*, Aleksandr Buzgalin, Aleksei Prigarin e Anatoly Kriuchkov, “rachariam” entre si e fundariam diferentes partidos. Aleksei Prigarin participaria da fundação da SK (União dos Comunistas), em 16-17 nov. 1991. Anatoly Kriuchkov fundaria o RPK (Partido dos Comunistas da Rússia) em 14-15 dez. 1991. Aleksandr Buzgalin juntar-se-ia a Boris Kagarlitsky, ao líder sindical Mikhail Shmakov e ao anarco-sindicalista Andrei Isaev para a fundação (formalizada em 9-10 out. 1992) do efêmero *Partido do Trabalho*, que se pretendia social-democrata de esquerda com forte penetração sindical.

Outro importante PC seria o RKRK (Partido Proletário Comunista da Rússia), fundado em novembro de 1991 por V. Anpilov, V. Tyulkin e outros.

Um “divisor de águas” na história do movimento comunista na Rússia foi a tentativa de golpe de agosto de 1991. Com o fracasso desta tentativa, Yeltsin pôs na ilegalidade o Partido Comunista da União Soviética, acusado de colaborar com os golpistas. Os membros do partido apelariam contra o decreto de Yeltsin no Tribunal Constitucional do país, apontando para sua inconstitucionalidade. Finalmente, em 30 nov. 1992, o Tribunal apresentou sua decisão final. Considerou constitucional o banimento dos órgãos de liderança do PCUS e do PC RSFSR, mas inconstitucional a proibição do funcionamento das organizações de base do PC RSFSR. Isto abria caminho para a refundação do partido “vindo de baixo”, isto é, a partir dos núcleos de base.

É importante notar que, durante todo este tempo, mil discussões se passaram entre os antigos membros da liderança do PCUS. A herança do *centralismo democrático* deixara suas marcas e havia um desejo sensível pela

refundação de um partido unificado e forte. Entretanto, as divergências ideológicas (stalinistas contra não stalinistas, etc.) eram tão acirradas que o resultado foi mesmo a formação de diversos partidos. O monopartidarismo da época soviética daria lugar a um *pluralismo* comunista.

Alguns membros do antigo PC RSFSR (Gennady Zyuganov, V. Kuptsov e outros) fundaram o PCFR (Partido Comunista da Federação Russa) como sucessor daquela antiga organização. O PCFR atuaria, desde o início, de maneira basicamente parlamentar e legal. Isto provocaria conflitos com os outros PCs mais “revolucionários”. De todos os PCs pós-soviéticos, o PCFR é o maior de todos e o único que tem realmente uma grande penetração de massa em nível de toda a Rússia (como se sabe, foi o partido mais votado nas eleições parlamentares de 1995, recebendo, então, a maior representação na Duma). Seu líder, Gennady Zyuganov, disputou uma apertadíssima eleição presidencial com Yeltsin em 1996.

O PCFR, por se limitar à luta parlamentar, é acusado, pelos outros PCs mais radicais, de ser apenas um partido social-democrata de esquerda. Nas campanhas eleitorais, Zyuganov tem enfatizado que, apesar de pregar o socialismo no longo prazo, o PCFR aceitaria a participação de empresas privadas produtivas e “responsáveis” em diversos setores da economia, mantendo um controle estatal sobre áreas consideradas estratégicas. O PCFR sofre acusações também de estar dando mais ênfase às lutas de cunho *nacionalista* (proteção dos interesses da Rússia e dos russos) do que às questões propriamente de *classe*.

No início dos anos 90, vários dos outros PCs criaram um fórum comum de discussão de ideias e estratégias, o *Roskomsoyuz*, cujo conselho central, reunindo representantes dos partidos, chamava-se *Roskomsoviet*. Da criação

do Roskomsoviet, em agosto de 1992, participaram os líderes do VKPB, RKRK, RPK e SK. Os partidos constitutivos do Roskomsoyuz tendiam a ser mais “revolucionários” e acusavam o popular PCFR de “reformista”. Apesar de tentarem manter certa coordenação mútua através do Roskomsoviet, estes PCs também têm diferenças ideológicas entre si que impedem uma maior unidade entre eles.

O VKPB (*Partido Comunista Bolchevista de Toda a União*) teve como seu primeiro-secretário geral Nina Andreeva (a autora da já mencionada famosa carta ao *Sovetskaya Rossiya* de 13 mar. 1988). Defende uma linha claramente stalinista e ortodoxa. Em 1995 aconteceu um *racha* no partido com a formação de uma nova corrente sob a liderança de A. Lapin. É, talvez, o partido mais ortodoxo e radical, inclusive se recusando a tomar parte em eleições burguesas.

O RKRK (*Partido Proletário Comunista da Rússia*) também procurava voltar às origens do movimento marxista-leninista mais ortodoxo e proletário, com influência da ideologia stalinista. O caráter proletário ficou formalmente configurado em seu estatuto inicial, segundo o qual a maioria dos cargos eletivos dirigentes deveria ser ocupada por membros da classe trabalhadora. Nos anos 90, dois *rachas* aconteceram no partido. Em dezembro de 1993, uma parte dos membros saiu e criou o RKrRP (*Partido Proletário-Camponês da Rússia*). Em 1996, Viktor Anpilov, um dos líderes do RKRK em Moscou e membro do movimento interpartidário *Rússia Trabalhadora* foi expulso do partido e fundou a organização *Comunistas da Rússia Trabalhadora*. O período mais bem sucedido do RKRK talvez tenha sido os anos 1992-93 quando o estilo de “partido de rua”, de passeatas e de protesto do RKRK (principalmente de seu líder de então em Moscou, V. Anpilov) conseguiu atrair uma atenção pública relativamente grande. Apesar de todos os

rachas e divergências posteriores, o RKRK constituiu, nos anos 90, o segundo PC em termos de quantidade de membros (após o PCFR).

O SK (*União dos Comunistas*), inicialmente liderado por Aleksei Prigarin, começou com um estilo diferente dos outros PCs. Em vez de buscar seu fortalecimento interno, insistia muito na necessidade de união entre os partidos comunistas pós-soviéticos, com vistas à possível refundação de um partido unitário e forte. Em outubro de 1993 ocorreu um *racha* entre os seguidores de A. Prigarin e S. Stepanov.

O RPK (*Partido dos Comunistas da Rússia*), liderado por Anatoly Kryuchkov, apesar de ser um partido que pregava a luta revolucionária, negava que na antiga URSS tivesse sido construído realmente o socialismo, vendo o stalinismo como um desvio dos preceitos leninistas originais. Aceitava também a possibilidade que, no período de construção revolucionária socialista, haja algum espaço para a propriedade privada em pequena escala (sob controle de perto do Estado) e para a utilização de certos mecanismos de mercado, em conexão com o planejamento central principal. No final dos anos 90 o partido adotaria a denominação alternativa de *Partido Revolucionário dos Comunistas* (também RPK na sigla em russo).

Estes cinco partidos principais dos anos 90, que fizeram em alguma época, parte do Roskomsoyuz, divergiam entre si em alguns aspectos ideológicos, mas comungavam da mesma condenação das táticas “reformistas” e meramente parlamentares, segundo eles, do PCFR de Zyuganov. Entretanto, de todos, o PCFR era o único eleitoralmente forte a nível federal. Os outros tinham dificuldades em superar a barreira mínima dos 5% para a Duma.

Questão nacional vs. questão “de classe”, fenômeno “vermelho-marrom”, etc...

Um dos maiores dilemas da esquerda comunista, na Rússia atual, é o fator “nacional” estar frequentemente se interpondo ao fator “classe” na abordagem das questões mais prementes. A invasão cultural e econômica ocidental sobre o país no período imediatamente após o final da URSS levou alguns segmentos de esquerda a enfatizarem a questão da resistência “nacional” a esta invasão, forjando alianças até com certos “inimigos de classe” russos para combater este problema. O paroxismo disto encontra-se no chamado *fenomen ‘Krasno-korichnevykh’* (“fenômeno vermelho-marrom”) que se formou na década de 90. O marrom é a cor que designa os partidos puramente nacionalistas (chauvinistas) de direita. O desespero da tentativa de resistir à ocidentalização destruidora da cultura russa nos anos Yeltsin, fez com que alguns partidos da esquerda “vermelha” acabassem colaborando com partidos nacionalistas “marrons”. Talvez a maior ilustração disso tenha sido a criação do chamado Partido Nacional Bolchevista, liderado por Eduard Limonov, um ex-emigrante do período soviético, ex-membro do LDPR (partido de direita radical). Apesar do “Bolchevista” do título, a organização tinha características da direita chauvinista. Todos os partidos de esquerda reconheciam isto, mas *alguns* não se recusavam a atuar conjuntamente com o Partido Nacional Bolchevista esporadica ou mesmo sistematicamente.

A questão nacional (no sentido eslavo do *jus soli* das nacionalidades, como vimos anteriormente) era uma das questões mais prementes da Rússia yeltsiniana. A crise econômica fazia com que muitos cidadãos se desesperassem e ansiassem por “ordem na casa”. É neste caldo de

cultura de crise econômica, falta de valores de referência e anseios populares por um “homem forte que possa pôr ordem na casa” que reside o perigo do fascismo. Aliás, uma organização direitista de cunho neonazista (seu símbolo é semelhante à suástica!), chamada RNE (Unidade Nacional Russa), empregava táticas muito semelhantes aos hitleristas antes de assumirem o poder: suas organizações paramilitares realizavam treinamentos com armas, pregavam abertamente a xenofobia em relação aos não eslavos, etc. Seu líder era Aleksandr Barkashov.

O movimento comunista nos anos 2000 sob Putin

Os anos 2000 sob Putin serão analisados em capítulo posterior, mas já podemos adiantar alguns pontos em relação aos partidos comunistas na Rússia. Após um auge na segunda metade da década de 90 em crise sob Yeltsin, quando o Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), de Zyuganov, era o mais votado do país (primeiro lugar nas eleições parlamentares de 1995 e 1999), nos anos 2000 houve um refluxo. Isto se deveu, em grande parte, ao fenômeno Putin. Como vimos, uma das forças do PCFR era que ele enfatizava não apenas a questão de classe do socialismo, mas também levantava a bandeira da defesa dos interesses nacionais contra um suposto “entreguismo aos estrangeiros” de Yeltsin. Putin entrou como um *gosudars-tvennik* (“defensor de um estado forte”) na cena política. Esta defesa do estado russo fez com que Putin sugasse votos que antes iam para o PCFR mais devido à questão nacional que à questão de classe. Isso fez com que nos anos 2000 o PCFR caísse da posição de partido mais votado para a de segundo mais votado do país.

Quanto aos outros partidos comunistas alternativos mencionados anteriormente (aqueles que, em algum momento, fizeram parte do *Roskomsoyuz*) continuaram sem conseguir representação parlamentar enquanto partido (devido à cláusula de barreira nas eleições) e, mesmo na atuação de rua, tiveram uma queda sensível em virtude da maior estabilização econômica e ordenamento mais autoritário no país.

Em outubro de 2001 o RKRK (*Partido Proletário Comunista da Rússia*), de Viktor Tyulkin, uniu-se ao RPK (*Partido Revolucionário dos Comunistas*, antigo *Partido dos Comunistas da Rússia*), de Anatoly Kryuchkov, para formar o RKRK-RPK (*Partido Proletário Comunista da Rússia-Partido Revolucionário dos Comunistas*) que, em abril de 2012, seria renomeado *Partido Proletário Comunista da Rússia no Partido Comunista da União Soviética* (RKRK-KPSS). Desde 2001, o partido foi dirigido conjuntamente por Tyulkin e Kryuchkov até a morte deste último em 2005, quando o primeiro se tornou o principal líder novamente. Continuava, assim, a ser o segundo maior partido comunista, em termos de número de membros, após o PCFR. Em 2007, com o enrijecimento da lei eleitoral, por razões burocráticas, perdeu o status de partido político e continuou a funcionar apenas como uma organização social (*obshchestvennaya organizatsiya*). Em fevereiro de 2010 foi um dos cofundadores da Frente Unida Trabalhadora da Rússia (ROT FRONT), que conseguiu se registrar como partido político em 2012.

O VKPB (*Partido Comunista Bolchevista de Toda a União*), de Nina Andreeva, apesar de diminuto, continua o seu trabalho basicamente extraparlamentar (recusa-se a participar de eleições burguesas), atuando em diversas regiões da antiga URSS e não apenas na Federação Russa.

De maneira geral se pode dizer que nos anos 2000 com o fenômeno Putin se tornando hegemônico na política russa, e uma situação mais ordeira no cenário econômico, o trabalho dos partidos comunistas na Rússia se tornou mais difícil que nos conturbados anos 1990. Veremos aspectos desta questão nos capítulos posteriores quando examinaremos a era Putin com mais detalhes.

6. O Cenário Político na Rússia no Final do Período Yeltsin

Eleições parlamentares em dezembro de 1999 e presidenciais no ano 2000. A Rússia renovou seu governo e parlamento na entrada do novo século. Que forças estavam em jogo?

Listaremos abaixo os principais agrupamentos políticos para a disputa das eleições para a *Duma* em dezembro de 1999. É importante notar que, nos anos 1990, os 450 lugares em disputa na Duma eram divididos em dois blocos de igual número. Metade era disputada através dos votos dos eleitores *em partidos* (obtendo cadeiras apenas os partidos cujas listas eleitorais alcançassem um mínimo de 5% dos votos). Os outros 225 lugares da Duma eram preenchidos pelo voto dos eleitores diretamente em candidaturas *individuais*. É nesta última metade que os partidos que não capturassem um mínimo de 5% de votos podiam ter alguns de seus representantes incluídos. Ou seja, a Rússia adotava o que no Brasil se chama de voto distrital misto.

Entre os agrupamentos mais fortes disputando as eleições parlamentares de dezembro de 1999 estavam o Partido Comunista da Federação Russa (PCFR) de Genady Zyuganov, o Yabloko (“maçã”) de Grigory Yavlinsky, o *Nossa Casa é a Rússia* do ex-primeiro-ministro Viktor Chernomyrdin e o bloco *Pátria - Toda a Rússia*. O PCFR, Yabloko e *Nossa Casa é a Rússia* já foram descritos anteriormente quando tratamos das eleições parlamentares de 1993 (vide capítulo 4). O bloco *Pátria - Toda a Rússia* configurava uma aliança entre Yury Luzhkov, prefeito de Moscou, e Yevgeny Primakov, o ex-primeiro-ministro da Rússia.

Este bloco representava uma ameaça de centro ou centro-esquerda às forças mais à direita que apoiavam Yeltsin. Ambas suas figuras principais eram consideradas *presidenciais*. Primakov, com seu jeito manso (mas sem juvenili-dade) conseguia passar uma imagem de primeiro-ministro sério e responsável, apesar de não ter conseguido resolver os problemas mais estruturais do país. Luzhkov conseguiu igualmente passar uma imagem de administrador competente de Moscou, principalmente nos períodos iniciais de sua gestão, quando o contraste entre a aparente pujança da capital e a situação caótica no resto da Rússia “endeusava-o” em muitos círculos moscovitas. Grande parte da aparente “eficiência” administrativa de Luzhkov provinha do fato de que muitas das grandes empresas russas tinham sua sede em Moscou, sendo por isso o volume de impostos arrecadados ali bem maiores que nas outras regiões. Isto representa o “ponto fraco” de Luzhkov. Sua base forte localizava-se em Moscou, mas, nas “províncias” do resto da Rússia, seu prestígio não era tão sólido e, inclusive, havia focos de antipatia contra ele, baseados na crença de que Moscou vivia bem “às custas das outras regiões” (as empresas produziam nas regiões, mas pagariam impostos em suas sedes moscovitas).

Duas “novas” forças foram criadas para ocupar espaço na direita moderada: os blocos *Unidade* e *União das Forças Direitas* (esta última denominada assim mesmo, num duplo sentido de causa “de direita” e causa “justa”). O *Unidade* foi fundado em 1999 num esforço muito semelhante ao da criação do partido *Nossa Casa é a Rússia*, em 1993. Naquela época, formou-se o *Nossa Casa é a Rússia* para ser chefiado pelo então primeiro-ministro Chernomyrdin e servir de bloco de apoio ao governo. Como Yeltsin demitiu Chernomyrdin em 1998, o *Nossa Casa é a Rússia*

passou a seguir um caminho mais independente (apesar de, em geral, continuar votando a favor do governo). Igualmente, o *Unidade* foi um bloco criado com a ajuda de vários governadores regionais e liderado por Sergei Shaigu (Ministro de Situações de Emergência) para servir de apoio ao governo e a Yeltsin.

A *União das Forças Direitas* reunia os ex-primeiros-ministros Yegor Gaidar e Sergei Kirienko, além do ex-governador de Nizhnyi Novgorod e membro do governo Yeltsin, Boris Nemtsov. Eram os grupos mais comprometidos com políticas de cunho monetarista e liberal na economia (Yegor Gaidar comandou a “terapia de choque” em 1992).

Uma miríade de outros partidos e blocos menores concorreram à eleição sem muita chance de ultrapassar os 5% mínimos de barreira nas listas partidárias, mas com pretensões de eleger, pelo menos, alguns candidatos individuais avulsos. Pelo lado da esquerda mais radical, Viktor Ampilov e outros uniram-se no *Bloco Stalinista Pela URSS*. Os partidos comunistas RPK, RKP-KPSS e RKRK formaram o bloco *Comunistas, Trabalhadores da Rússia - Pela União Soviética*. Pela direita xenófoba, Aleksandr Barkashov não insistiu em tentar fazer a agremiação neonazista RNE (*Unidade Nacional Russa*) participar das eleições e tentaria organizar um bloco eleitoral específico para a ocasião, mas este seria proibido de concorrer por razões “técnicas” de não atender a todos os requisitos eleitorais. Também por razões técnicas, o LDPR chegou a ter seu impedimento de participar das eleições decretado. Apesar de esta decisão ter sido contestada às vésperas do pleito, seu líder Vladimir Zhirinovskiy, por via das dúvidas, fundaria às pressas o chamado *Bloco de Zhirinovskiy*, pelo qual concorreria.

As eleições parlamentares de dezembro de 1999

O final de 1999 foi marcado por várias surpresas no campo eleitoral. A primeira foi nas eleições para a Duma em 19 de dezembro. O segundo partido mais votado foi o *Unidade*. Como descrito anteriormente, esta agremiação tinha sido fundada “de última hora” para servir de suporte ao governo no parlamento. Sem programa bem definido, o *Unidade* se ancorava no apoio a Yeltsin e ao primeiro-ministro Vladimir Putin. Com o aumento vertiginoso e “inesperado” da popularidade do até então desconhecido Putin devido à guerra contra a Chechênia após os atentados terroristas na Rússia em setembro, o *Unidade* também *surfou nesta onda* de entusiasmo com o primeiro-ministro *durão*.

Em 23 de dezembro, com 98% dos votos contados (na Chechênia e em alguns outros poucos distritos eleitorais a eleição teria que ser repetida), o presidente da Comissão Central Eleitoral, Aleksandr Veshnyakov, já podia anunciar a distribuição básica da nova Duma. Dos 450 mandatos totais, o PCFR tinha ficado em primeiro lugar com 113 mandatos, o *Unidade* em segundo com 72, o *Pátria - Toda a Rússia* em terceiro com 66, o *União das Forças Direitas* em quarto com 29, o *Yabloko* em quinto com 21 e o *Bloco de Zhirinovsky* em sexto lugar com 17.

Os resultados foram cantados como vitória pelas forças pró-Yeltsin. O comunista PCFR ainda era a agremiação mais votada do país, mas agora já não conseguiria maioria na Duma, onde os diversos partidos burgueses reunidos tinham a maior parte dos deputados. Para completar a festa, o *Pátria - Toda Rússia*, de Luzhkov e Primakov, adversários eleitorais de Yeltsin, ficou atrás do *Unidade*.

A guerra da Chechênia foi fundamental para explicar o crescimento vertiginoso da popularidade dos até

então desconhecidos Vladimir Putin e o bloco *Unidade*. Ao contrário da impopular e ineficaz primeira campanha contra a Chechênia em 1994-96, esta foi iniciada após uma série de atentados terroristas a bomba dentro da Rússia. A indignação levou as massas russas a apoiarem as ações enérgicas de Putin para extinguir as supostas bases terroristas naquela região. O período pré-eleitoral foi marcado por propaganda ligando os sucessos na guerra ao primeiro-ministro *durão*. Todas as estações de TV, sem exceção, fizeram uma cobertura da invasão da Chechênia de modo positivo. Mesmo o canal “independente” privado NTV, que na primeira guerra havia mostrado um pouco do lado “checheno” do conflito e cenas dos mortos e feridos russos, desta vez fez coro com as outras estações.

Ou seja, conseguiu-se mudar a imagem do primeiro-ministro Putin de uma pessoa desconhecida e algo insípida (como foi recebido inicialmente) para um comandante jovem (47 anos), dinâmico, duro, eficiente e, inclusive, atlético (muitas vezes foram mostradas imagens suas na TV praticando judô e pilotando avião).

A surpresa final...

A situação de Yeltsin modificara-se da água para o vinho do meio para o final de 1999. Enquanto que em meados do ano ele se encontrava em péssima situação como político, com sua popularidade em baixa, escândalos pipocando por toda parte, problemas no Daguestão e Chechênia, e aliados tentando se afastar dele por considerar que estaria se transformando num “espanta-votos” frente à desiludida população, em dezembro, após as eleições parlamentares, o presidente russo sentia-se vindicado. Colo-

car Putin como primeiro-ministro havia se revelado extremamente produtivo. Então, em 31 de dezembro de 1999, num gesto algo teatral, literalmente a poucas horas do ano 2000, Yeltsin deu mais um golpe de mestre: renunciou à presidência, passando-a a Putin.

O ato, que pegou o mundo de surpresa e foi anunciado oficialmente como um “desejo de passar a liderança a gerações mais jovens”, na verdade, tem razões mundanas menos nobres. O ano de 1999 marcou o início de investigações oficiais sérias contra Yeltsin e sua família por motivo de corrupção. Entre os jornalistas russos já corriam versões de que eram procuradas maneiras de evitar que o presidente pudesse sofrer sanções penais após abandonar o posto nas eleições presidenciais marcadas para junho de 2000 e perder a imunidade que o cargo lhe dava. Por isso tornava-se tão importante que seu sucessor fosse aliado e não inimigo. Renunciando imediatamente após as eleições parlamentares, Yeltsin assegurava que o sucessor seria um aliado seu e, além disso, estaria no auge da popularidade. Tanto isto é verdade que o primeiro decreto redigido pelo novo presidente Putin foi o que tratava da segurança pessoal, do salário futuro e *da imunidade a investigações* que Yeltsin passaria a receber vitaliciamente.

O *timing* da renúncia também foi perfeito em outro sentido. Em 31 de dezembro, muitos políticos estavam fora de Moscou de férias e as pessoas e a imprensa distraídas com as festas prolongadas de fim de ano. Isto praticamente evitava a oportunidade de uma discussão imediata aprofundada do assunto. As comemorações dos resultados eleitorais, dos feriados e do chamado fim do século acabaram levando a que a transição fosse recebida de maneira entorpecida, eufórica e automática. Afinal, quem poderia ser contra a substituição do quase “naftalínico” Yeltsin pelo jovem e dinâmico Putin?

Outro benefício colateral da renúncia em dezembro seria relacionado com as eleições presidenciais de 2000. Elas estavam inicialmente marcadas para junho. Entretanto, pelas leis russas, quando um presidente renuncia, o primeiro-ministro assume interinamente seu lugar e tem até três meses para convocar eleições presidenciais. Ou seja, Putin poderia agora convocar eleições *antes* da data marcada. Isto seria importante para ele porque sua popularidade estava muito intimamente ligada ao sucesso da campanha de guerra na Chechênia. Até a época das eleições parlamentares em dezembro, a campanha tinha progredido de maneira bastante fácil e com poucas perdas do lado russo, pois tinham avançado ocupando as aldeias do norte da região até a capital Grozny. Entretanto, a partir de Grozny, a resistência dos rebeldes estava se tornando mais desesperada e encarniçada. A capital chechena tinha virado cenário de luta casa a casa e os franco-atiradores estavam aumentando o número de mortos do lado russo. Mesmo que os invasores conseguissem tomar a capital, os guerrilheiros chechenos poderiam fugir para as montanhas do sul, onde o terreno tornava bem mais difícil sua captura. Isto era o que tinha acontecido na primeira guerra de 1994-96. Naquela época, os rebeldes cederam Grozny, retirando-se para o sul. Entretanto, depois retomaram à capital e partes do resto do país, numa contraofensiva humilhante.

Apesar das condições de 1999 serem bem diferentes de 1994-96, o receio de que a guerra pudesse se complicar no primeiro semestre de 2000 e fizesse descer (do mesmo jeito que subiu) a popularidade de Putin para as eleições presidenciais em junho, tornava vantajoso o adiantamento da data da eleição.

Ou seja, Yeltsin, conseguiu fechar seu ano (século?) com chave de ouro política. Deixou um sucessor aliado

no auge da popularidade e, ao mesmo tempo, salvaguardou seu flanco contra quaisquer futuras investigações criminais de suas ações durante o período em que esteve no poder.

O plano previsto deu certo. As eleições presidenciais na Rússia acabaram se realizando antes do calendário previsto, em 26 de março de 2000, pouco depois da tomada da capital Grozny, da Chechênia, e do “empurrão” dos guerrilheiros chechenos para as montanhas do sul. Putin, em clima de vitória militar, venceu o pleito eleitoral ainda no primeiro turno, com mais de 50% dos votos.

7. Os Anos 2000 Sob Putin

A história da Rússia pós-soviética pode ser, grosso modo, dividida em fases distintas: a era Yeltsin nos anos 1990 e a era Putin nos anos 2000. A divisão não é meramente cronológica. Os dois períodos tiveram dinâmicas opostas em áreas cruciais. Economicamente, a atabalhada transição sistêmica do socialismo ao capitalismo sob Yeltsin foi acompanhada de uma queda do Produto Interno Bruto do país maior que a da depressão dos anos 1930 nos EUA. Já na primeira década sob Putin, a Rússia teve uma vigorosa recuperação econômica, como podemos ver pela tabela B1 do apêndice B. Politicamente, por outro lado, enquanto os anos 1990 sob Yeltsin foram relativamente liberais, com as oposições atuando com bastante liberdade, diversos observadores afirmam que o governo Putin foi marcado por um fechamento do sistema, com maior cerceamento da liberdade da oposição. A *Freedom House* (organização que se dedica a medir o grau de liberdade civil e política nos diferentes países) rebaixou a Rússia de país “parcialmente livre” para “país não livre”, a partir de 2004. Uma das questões mais importantes a ser avaliada é se a Rússia pode ser considerada uma democracia ou não. A resposta a esta pergunta não é fácil de ser dada, como veremos posteriormente.

Yeltsin dava muito liberdade aos governadores regionais (em troca de apoio a si no nível federal), o que levou a tendências excessivamente descentralizadoras e centrífugas, com regiões inclusive colocando leis locais se sobrepujando às leis federais e uma (a Chechênia) ameaçando se tornar independente. Já Putin estabeleceu um esforço de centralização forte, obrigando as regiões a se vergarem ao poder federal superior.

Na política exterior, Yeltsin, a despeito de todos os percalços e contradições dos anos 1990 naquela esfera, procurava implementar relações de aproximação com o Ocidente. Putin, após um início em que colaborou com o Ocidente, especialmente no período imediatamente após os atentados de 11 de setembro de 2001 (quando compartilhou informações de inteligência com os EUA sobre terroristas pelo mundo e, inclusive, deu sinal verde para que os EUA pudessem instalar bases de suprimento em países da antiga Ásia central soviética), principalmente a partir do segundo mandato do presidente americano Bush (quando a Rússia já estava mais recuperada economicamente) passou a adotar uma atitude mais assertiva, e mesmo combativa, frente ao EUA e potências ocidentais contra o que via como um avanço da OTAN e das influências clandestinas ocidentais em direção ao entorno da Rússia. Uma pergunta fascinante que discutiremos é se Putin é, a priori, antiocidental ou não.

Resta notar que o período Putin pode, por sua vez, ser dividido em duas fases: até a crise mundial de 2008-2009 e depois dela. Desde que Putin assumiu o poder, até 2009 a Rússia teve alto crescimento econômico, o que rendeu ao novo líder grande legitimidade e popularidade. Nos anos que se seguirem à crise mundial estourada em 2008-2009 houve uma sensível desaceleração deste crescimento econômico no país (ver tabela B1). Uma pergunta que os observadores se faziam nas primeiras eleições após esta crise era a seguinte: se a popularidade e legitimidade de Putin estavam em muito ligadas à boa fase da economia sob sua administração, a diminuição do ritmo de crescimento econômico poderia afetar sua popularidade e dar condições reais da oposição chegar ao poder? A resposta provisória dada nestas primeiras eleições pós-crise parece

ser negativa. Se um grande número de russos apoiava Putin em seus primeiros anos por este ter permitido um grande crescimento econômico na Rússia, após a crise muitos deles, “escaldados” pelas turbulências da década de 1990, parecem ter ficado com medo de “balançar o barco” e trocar da liderança já conhecida de Putin por outra ainda não testada (ou que fosse das antigas da malfadada década de Yeltsin). Ou seja, a insegurança e o medo do desconhecido fez com que preferissem ainda a testada e bem sucedida economicamente administração Putin do que embarcar em uma jornada nova rumo ao desconhecido.

Passemos, então, a ver em detalhes como estas tendências descritas acima foram tomando corpo e ocorrendo ao longo da era Putin.

Os primeiros anos da presidência eleita de Putin

Mesmo que já tivesse sido primeiro-ministro e presidente interino, ao assumir a condição de presidente eleito da Rússia Putin ainda era um enigma para os observadores internacionais. Em especial interessava aos governos ocidentais saber se Putin continuaria o caminho de aproximação com o Ocidente de Yeltsin ou se iniciaria um caminho mais assertivo e próprio. Secundariamente havia a questão paralela se Putin aprofundaria a democracia russa ou se passaria a utilizar métodos mais autoritários de governo. De início, a segunda questão parecia ter indícios mais preocupantes que a primeira. Desde que Putin assumira o poder (inicialmente como primeiro-ministro) e iniciara a campanha que desembocaria na segunda guerra na Chechênia, uma série de ONGs vinha denunciando situações de maus-tratos e pouca transparência em relação

à condução da supressão aos separatistas. A fama de “dução” de Putin lançaria preocupações no campo da política interna em geral quando logo depois que assumiu a condição de presidente eleito acelerou o processo do que em russo se chama de “fortalecimento da vertical de poder” (*ukreplenie vertikalí vlasti*), ou seja, a retomada da hierarquia entre o poder federal e os poderes regionais subordinados. Fora constatado que durante os caóticos anos 1990 sob Yeltsin os governadores regionais haviam adquirido excessiva independência e tendências centrífugas haviam se instalado. Especialmente preocupante era o fato que por vezes eram adotadas leis locais que contradiziam o espírito das leis federais.

Para acabar com isso, Putin tratou de tomar medidas recentralizantes. A primeira delas foi logo em 13 de maio de 2000 quando o presidente instituiu 7 “Áreas Federais” ou “Distritos Federais” (*Federal’nye Okrugá*). As diferentes regiões administrativas da Rússia foram agrupadas dentro destas áreas federais. Os dirigentes destas áreas federais (nome oficial: “representantes plenipotenciários do presidente federal”) se subordinavam diretamente ao presidente federal e eram uma espécie de “supervisores” de todas as diferentes regiões administrativas dentro de seu distrito. Ou seja, era uma forma de subordinar e acompanhar mais de perto o trabalho das administrações e governadores regionais. Por exemplo, os representantes plenipotenciários do presidente federal nestes distritos passaram um “pente fino” nas leis regionais adotadas e qualquer constatação de que alguma contradizia o espírito da constituição e leis federais levava estes representantes a tomarem medidas para a revogação de tais leis regionais “ilegais”.

Este foi o início de um forte processo de recentralização e fortalecimento da “Vertical de Poder” na Rússia

de Putin. Medidas posteriores aprofundariam este esforço. Em agosto de 2000 foi formalizado o fim do costume adotado na época Yeltsin dos próprios governadores regionais terem assento como “senadores” na câmara alta (chamada “Conselho da Federação”) do parlamento russo: a partir de agora os governadores deveriam nomear um senador e não assumirem a posição eles mesmos (ver o Apêndice C deste livro sobre o sistema eleitoral russo). O processo de recentralização no país seguiria em crescendo e atingiria seu ápice em 2004. Fortalecido pela recente vitória na eleição parlamentar de dezembro de 2003 (quando o governo conseguiria maioria constitucional na Duma), logo após a terrível crise dos reféns na escola em Beslan em setembro de 2004 (quando morreram cerca de 330 pessoas, a maioria crianças), Putin conseguiu fazer aprovar o fim das eleições diretas para governador regional na Rússia: a partir dali os governadores regionais passariam a ser nomeados diretamente pelo presidente federal (com a nomeação tendo que ter aprovação da legislatura local). Esta situação perduraria até 2012 (quando o presidente de então, Dmitry Medvedev, retomaria a eleição direta para governador regional. Ver apêndice C).

Outra frente de “recuperação” do poder do presidente federal foi em relação à plutocracia. Na era Yeltsin, os chamados “oligarcas” (a elite de uns poucos ricos homens de negócios que conseguiram dominar o “filé mignon” das principais empresas privatizadas durante os anos 1990) tinham uma enorme influência sobre o poder central. Havia certa “promiscuidade”, pela qual os oligarcas influenciavam direta ou indiretamente a administração central. Alguns deles, como Boris Berezovsky, Vladimir Potanin e Vigit Alekporov, até assumiriam cargos formais no governo Yeltsin. Ao assumir o poder, Putin deixou claro que

os oligarcas poderiam continuar a ter influência na economia, com empresas que ajudariam na produção do país e proporcionariam lucros aos seus donos. Mas um “acordo tácito” deixava claro que os oligarcas não deveriam mais se imiscuir na política como na época anterior. Especialmente mal visto seria utilizar o poder do dinheiro para fazer política oposicionista. Os fatos posteriores confirmariam que o ex-espião do KGB levaria a sério os termos deste acordo tácito. A primeira “vítima” seria o oligarca Boris Gusinsky. Logo em 11 de maio de 2000 os escritórios de sua empresa Media-Most foram objeto de vistorias da polícia e órgãos do imposto de renda. Media-Most era uma grande empresa holding de meios de comunicação que incluíam a estação de TV NTV, a rádio Eco de Moscou, o jornal Segodnya e a revista Itogi. Este império de comunicação havia apoiado o bloco Luzhkov-Primakov contra Putin na eleição presidencial e mantinha posição crítica ao autoritarismo deste na condução da guerra da Chechênia. O satírico programa Kukli da NTV ironizava Putin em seu popular show de marionetes sobre os políticos russos. Utilizando a técnica usada pelos poderes norte-americanos contra o gângster Al Capone (que acabaria condenado à prisão não pelos seus assassinatos, mas sim por fraude no imposto de renda), e iniciando um padrão que seria repetido futuramente com outros oligarcas, Boris Gusinski se veria acossado de tal maneira nos meses seguintes por acusações de engodos fiscais e outros crimes que acabaria se autoexilando no exterior em 26 de julho. Entrementes, uma série de pressões legais (incluindo prisão temporária em julho sob acusação de fraude) levaram a que ele assinasse a venda do grosso de suas empresas (como forma de pagamento de multas) à empresa estatal de gás Gazprom. A Gazprom promoveria uma mudança de direção nas empresas de mídia de Gu-

sinski de modo que muitas delas deixaram de ter o papel de oposição ferrenha a Putin.

Boris Gusinski foi o primeiro caso de perseguição a oligarcas que se recusassem a seguir o “acordo tácito” de não se imiscuir em política. E é preciso dizer que a “tática Al Capone” poderia ser facilmente utilizada contra qualquer oligarca já que o programa de privatizações dos anos 1990 (base de seu poder), em virtude do vácuo jurídico criado pelo súbito desaparecimento da URSS e subsistência de antigas leis socialistas ao lado de uma nova realidade capitalista, fora marcado por uma série de “casos de fronteira” entre legalidade e ilegalidade nas transações. Isso marcaria e relação entre os oligarcas e Putin.

Em agosto de 2000, o submarino nuclear Kursk afundou no mar de Barents matando toda sua tripulação. Putin sofreu fortes críticas internacionais com o episódio sendo visto como exemplo do descaso e abandono em que parte das forças armadas russas se encontrava. Internamente, o canal ORT, dominado pelo oligarca Boris Berezovsky, juntara-se ao coro de críticas sobre o episódio. Este momento foi a culminância do rompimento entre Berezovsky e Putin. Sob acusações de fraude e ilegalidades fiscais, logo Berezovsky se juntaria a Gusinsky no autoexílio no exterior. Em 7 de novembro de 2000 deveria comparecer frente ao juiz por acusações de fraude fiscal em relação à companhia Aeroflot, cujo pacote controlador de ações ele tinha na época. Berezovsky se encontrava no exterior e recusou-se a voltar. De lá até o final da sua vida viveria na Grã-Bretanha. Ao contrário de Gusinsky, que manteria um *low profile* em seu exílio, Berezovsky se mostraria um crítico vocal de Putin no futuro. A Rússia tentaria de todas as maneiras nos anos seguintes extraditar Berezovsky, mas a Grã-Bretanha recusaria.

O acordo tácito entre Putin e os oligarcas para que estes se mantivessem estritamente na economia e não ousassem tentar influenciar a área da política ficaria bem claro no contraste entre o destino de Berezovsky e de seu antigo parceiro, o também oligarca Roman Abramovich. Enquanto Berezovsky foi perseguido, Abramovich se manteve obediente ao poder central russo (mesmo quando este exigiu dele que transferisse o controle de algumas empresas, como a estação de TV ORT e a empresa de petróleo Sibneft, ao estado) e, com isso, conseguiu sobreviver como oligarca “econômico” no país.

O auge da “caça aos oligarcas desobedientes” seria em 2003 com a prisão do homem mais rico do país, Mikhail Khodorkovsky, dono da empresa petrolífera Yukos. Ao contrário de Gusinsky e Berezovsky, Khodorkovsky continuou na Rússia e financiou grupos de oposição à Putin. Isso levaria à sua prisão em 25 de outubro de 2003 sob acusações de fraude fiscal. Khodorkovsky seria condenado pela justiça e ficaria preso até 20 de dezembro de 2013, ao receber um perdão presidencial individual (acompanhando uma anistia política maior em resposta a protestos da população contra supostas fraudes nas eleições parlamentar e presidencial imediatamente anteriores). Khodorkovsky viajaria para um autoexílio na Alemanha ao ser libertado.

Este processo de “caça aos oligarcas desobedientes” possibilitaria a Putin também levar a cabo outro de seus planos que era a reestatização de alguns setores considerados estratégicos, como as maiores empresas de petróleo (*e.g.*, Yukos e Sibneft, cujos ativos passaram a controle estatal) bem como os canais de TV de alcance federal na Rússia (ex. ORT e NTV controlados outrora respectivamente por Berezovsky e Gusinsky).

Todos estes processos de recentralização e fortalecimento da presidência federal provocaram críticas no Ocidente, principalmente por parte de ONGs e outras organizações com atuação na Rússia. Mas os governos ocidentais se mantinham ainda em posição de expectativa em relação a Putin, pois este em outros campos se mostrava disposto a cooperação com o Ocidente. O grande exemplo foi o período imediatamente após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA.

Em 11 de setembro de 2001 atentados realizados pela organização terrorista Al-Qaeda mudariam a face da terra inaugurando uma nova fase da história pós-Guerra Fria. Neste dia, dois aviões sequestrados se chocaram contra as torres gêmeas do World Trade Center em Nova York e um terceiro contra o edifício do Pentágono em Washington, DC. Quase 3 mil pessoas morreram. Os Estados Unidos responderam com uma guerra ao terror que envolveria, além da imediata invasão do Afeganistão em busca do líder da Al-Qaeda, Bin Laden, e de uma posterior ocupação do Iraque de Saddam Hussein, um esforço global contra as principais organizações terroristas antiamericanas onde quer que estivessem no mundo. Neste momento, a Rússia de Putin (ela mesma tendo problemas com seus terroristas internos, especialmente os chechenos) se revelou bastante cooperativa com os EUA. No período imediatamente após os atentados de 11 de setembro, a posição de Putin foi de sólida cooperação com os Estados Unidos na luta antiterror e no Afeganistão. Não só permitiu a aviões americanos de suprimento voar sobre o território russo rumo ao Afeganistão como se iniciou um tremendo volume de troca de informações confidenciais antiterror entre os dois países. Mais ainda: a Rússia não se opôs a que os EUA instalassem bases militares de suprimento na Quirguízia, Tajiquistão e

Uzbequistão, países localizados na Ásia central e considerados zona de influência russa sensível. Isto mostrou a boa vontade russa e sua capacidade de participar de formas de cooperação ativa com o Ocidente. Obviamente os interesses do lado russo não eram meramente beneficentes. O fato de os EUA estarem sentindo “na pele” (internamente em seu país) o terrorismo fundamentalista islâmico (num contexto cooperativo da Rússia) poderia levar, esperava a administração Putin, a uma atitude mais empática e menos crítica dos americanos em relação aos russos em sua própria luta contra este tipo de terrorismo. Afinal, o governo norte-americano fizera eco às críticas de ONGs e outros organismos quanto à conduta autoritária da Rússia em sua guerra na Chechênia e contra o terror islâmico no país em geral.

Os gestos cooperativos da Rússia para com os americanos no imediato pós-11 de setembro foram devidamente apreciados pelo governo Bush. Certa aproximação entre os EUA e Rússia se formou neste campo. Isto se refletiu em um momento simbólico importante: a formação do Conselho OTAN-Rússia em 28 de maio de 2002. Como ápice de processos de aproximação entre estes dois lados iniciados ainda sob o governo Yeltsin nos anos 1990 (em especial a assinatura em 27 de maio de 1997 do Ato de Fundação sobre Relações Mútuas, Cooperação e Segurança, que era uma espécie de “mapa” para aprofundamento das relações entre a Federação Russa e a OTAN), o Conselho OTAN-Rússia era a institucionalização de um fórum permanente em que as questões comuns seriam tratadas pelos dois lados, com o intuito não apenas de evitar tensões, mas também aprofundar a cooperação ativa entre as partes em campos de interesse comum, como, por exemplo, o combate ao terrorismo. Na época foi vista como uma

ferramenta potencialmente útil para enterrar resquícios da época da Guerra Fria em termos de animosidades mútuas.

Veremos posteriormente que as coisas não se passaram exatamente assim e, se a guerra do Afeganistão em 2001 foi um momento de aproximação entre EUA e Rússia, a guerra do Iraque em 2003 cristalizou processos que levariam a um afastamento entre as duas partes, o que se aprofundaria com a proposta do governo Bush de instalar sistemas antimíssil da OTAN em países do antigo Leste europeu.

Pela frente econômica

Mas a grande virada que elevou a popularidade de Putin na esfera interna do país foi na economia. Como vimos na tabela B1, o período das transformações sistêmicas da passagem do socialismo ao capitalismo na Rússia nos anos 1990 sob Yeltsin foi confuso e marcado por uma verdadeira depressão econômica. Pela mesma tabela, notamos que o período Putin, especialmente em seus dez primeiros anos, foi caracterizado, ao contrário, por uma forte recuperação e crescimento econômico. Como explicar isso? Primeiro de tudo, é preciso notar que Putin foi afortunado por pegar o governo da Rússia em 1999 (então como primeiro-ministro) após o “fundo do poço” que foi a crise financeira de agosto de 1998. Por definição, do “fundo do poço” não se passa e fica pior. Ao contrário, a tendência é haver melhora a partir dali. Em segundo lugar, Putin teve sorte também em que os anos de 1999 e 2000 foram exatamente o período em que os preços do petróleo dispararam no mercado mundial. Para se ter uma ideia desta disparada, o preço do barril Brent que atingiu um dos preços mais baixos em 1998 (abaixo de 10 dólares) subiria

constantemente durante os dez anos seguintes até atingir um ápice de 149 dólares (!) em julho de 2008 (a partir do qual começaria a cair, refletindo talvez os efeitos da crise econômica mundial de 2008-2009). Como a Rússia é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, com este dinheiro extra Putin foi capaz, por exemplo, em menos de um ano de colocar os salários e aposentadorias estatais, que viviam em atraso no período Yeltsin, em dia. Isto transformou Putin em um verdadeiro “Deus” para muitos russos. Afinal, para eles o que importava era a seguinte constatação. Mal Putin entrou, não só a Rússia começou a ter alto crescimento econômico, mas a população sentiu esta melhora no próprio bolso: era uma situação bem diferente de países como, por exemplo, o Brasil no início dos anos 1980, em que o general-presidente da época, João Figueiredo, havia constatado que “a economia vai bem, mas o povo vai mal”. Por exemplo, neste mesmo período 1999-2008 na Rússia, os salários reais triplicaram, o desemprego caiu pela metade (de 12,9% para 6,3%) e a percentagem da população abaixo da linha de pobreza caiu de 40 para abaixo de 15. Não foi à toa que Putin naquele período foi eleito sempre em primeiro turno e com seu governo tendo níveis de aprovação constantemente altos, chegando a ultrapassar 80%.

Mas como Putin conseguiu este desempenho econômico favorável? Teria sido tudo apenas sorte de ele ter vindo depois do “fundo do poço” da crise financeira de agosto de 1998 e ter tido vento em popa com os crescentes preços do petróleo?

A resposta é: não. Apesar de Putin ter entrado em um momento favorável, muitas de suas políticas econômicas foram bastante saudáveis, principalmente em comparação com o confuso período anterior. Na era Yeltsin, a

ânsia de se abrir ao mundo e absorver padrões ocidentais levou a uma abertura atabalhoada da economia russa ao comércio exterior (a importação não seletiva de produtos estrangeiros trouxe a falência de indústrias russas) e a fraca regulamentação do mercado financeiro propiciou um clima de “ciranda financeira” (algo semelhante à conhecida “ciranda financeira” do Brasil nos anos 1980). Após a crise terminal deste modelo em agosto de 1998, um novo primeiro-ministro, Yevgeny Primakov, tomou os passos iniciais para mudar o modelo russo da ênfase em especulação financeira para uma ênfase no que os russos chamam de “setor real” (isto é, setor produtivo) da economia. Primakov governou apenas por alguns meses (foi retirado do posto por Yeltsin, enciumado de sua crescente popularidade), mas Putin seguiu esta linha “primakovana” de ênfase no setor “real” da economia em detrimento de atividades especulativas. Este talvez tenha sido seu maior mérito. Junto com um ambiente propício, foi o caminho para o grande crescimento econômico da Rússia nos dez primeiros anos sob Putin.

Mas, na prática, que medidas Putin tomou para esta melhoria?

Antes de entrarmos nas medidas próprias de Putin, é preciso notar que ele aprofundou e se aproveitou de uma base deixada pelo ex-primeiro-ministro Primakov. Após a crise financeira de agosto de 1998 Primakov não só saneou como regulamentou de forma bem mais adequada o sistema bancário russo. Antes da crise os bancos privados russos tinham uma regulação demasiadamente frouxa e funcionavam com nível baixo de capitalização o que criava um ambiente temerariamente inseguro e especulativo. Putin prosseguiria no aprimoramento do sistema. Por exemplo, em 2003 introduziu um sistema de seguro de de-

pósito aos bancos privados como um todo (antes de 1998 somente os depósitos em bancos estatais eram segurados) o que tornou o sistema como um todo mais confiável.

Dentre as medidas novas tomadas no primeiro governo Putin podem ser sublinhadas três como especialmente importantes para a melhoria do sistema empresarial na Rússia.

Primeiro de tudo, estabeleceu uma série de simplificações na burocracia para a abertura e condução de negócios. Diminuiu o número de documentos e exigências para abertura de empresas, determinou que todos estes deveriam ser apresentados em uma única repartição governamental (em vez de em várias como antes) e estabeleceu o limite formal de uma semana para seu processamento. O número de licenças exigidas foi diminuído em muito. Tornou-se mais fácil e menos burocrático fazer negócio na Rússia. Uma política macroeconômica equilibrada levou a uma baixa da taxa de juros, o que incentivou a economia. E, finalmente, uma mudança controversa. A reforma fiscal simplificou o recolhimento dos impostos para as empresas e para o governo, mas introduziu uma baixa taxa única de imposto de renda: 13%. Foi a primeira grande economia do mundo a introduzir esta chamada *flat tax*. A *flat tax* é controversa, pois ela é regressiva em vez de ser um imposto progressivo como é considerado socialmente mais justo. Pelo imposto progressivo quanto mais dinheiro tem a pessoa, maior é a *percentagem* que ela paga de imposto de renda. Pela *flat tax* todos pagam apenas 13% de imposto, independentemente de sua renda total. As vantagens da *flat tax* são que ela simplifica os procedimentos: facilita ao contribuinte pagar e ao governo recolher os impostos. Por exemplo, a (baixa) *flat tax* da Rússia é menor que o imposto de renda dos brasileiros em todas as faixas de renda

taxáveis (no Brasil um cidadão de classe média paga cerca de 25% de imposto). Ela foi adotada na Rússia devido à situação do país nos anos 1990. Naquela época havia enorme evasão fiscal, muitos cidadãos não pagavam impostos e era difícil para o governo recolhê-los. A *flat tax* ajudou muito nestes dois sentidos e a situação do recolhimento dos impostos nos anos 2000 se normalizou.²³

É importante notar que neste primeiro mandato presidencial completo de Putin (de 2000 a 2004) as políticas econômicas não eram meramente estatistas ou dirigistas. Neste período, ao lado de alguns ministros e assessores de propensão mais estatista, três postos essenciais da economia estavam em mãos de liberais: o primeiro-ministro Mikhail Kasyanov, o ministro das Finanças Aleksei Kudrin e o ministro da Economia e Comércio German Gref. Isso assegurava que, fora algumas áreas consideradas estratégicas pelo estado (como a indústria do gás e petróleo), o grosso da economia russa funcionaria (ou buscaria funcionar) segundo as regras de um mercado competitivo. Este primeiro mandato presidencial completo de Putin seria mais “liberal” que seus posteriores em muito devido a esta *troika* nos ministérios (Kasyanov sairia em 2004, Gref em 2007 e Kudrin em 2011). Tanto que vários economistas ocidentais elogiavam neste período a política econômica de Putin como basicamente *sound* e condutiva ao resultado de alto crescimento que se observava. O ápice da admiração por estas políticas econômicas veio em janeiro de 2004 quando, frente a um crescimento enorme das reservas monetárias advindas das rendas petrolíferas, o gover-

23 Curioso, inclusive, foi o episódio em 2013 quando o famoso ator francês Gerard Depardieu adotou a cidadania russa para poder pagar sua baixa *flat tax* e fugir dos planos do presidente francês François Hollande de taxar em até 75% as grandes fortunas de seu país.

no russo resolveu criar o chamado “Fundo de Estabilização da Federação Russa”. Como vimos, os preços do petróleo dispararam ao espaço no período entre 1998 e 2008 (de menos de 10 dólares por barril para 149 dólares por barril). Para evitar desestabilização em caso de queda nos preços estabeleceu-se que uma parte considerável da renda petrolífera seria “economizada” para o futuro em épocas de preços piores (o dinheiro não entraria nas receitas do governo e sim seria investido em fundos no exterior, para evitar pressões inflacionárias dentro do país). Estabeleceu-se um preço-limite (20 dólares por barril de petróleo do tipo *Ural*, depois elevado em 2006 para 27 dólares por barril): as rendas advindas de preço do petróleo acima deste preço limite iriam para o Fundo de Estabilização. Quando os preços caíssem abaixo deste limite, o Fundo de Estabilização poderia ser utilizado para equilibrar a situação. O Fundo de Estabilização (seguindo uma iniciativa similar iniciada anteriormente pela Noruega) foi considerado na época uma medida extremamente sábia e revelaria toda sua utilidade no período da crise econômica mundial de 2008-2009, quando foi fundamental para ajudar financeiramente a Rússia na fase mais aguda do evento.

Mas o período de crise econômica mundial de 2008-2009 ainda está longe em nosso ponto atual da narrativa. A esta altura o importante é enfatizar que o resultado de todas estas medidas tomadas durante o primeiro mandato presidencial completo de Putin, no contexto do “vento de popa” da disparada dos preços do petróleo mundial, foi que o PIB da Rússia (como podemos ver pela tabela B1), em contraste com a década anterior de depressão econômica sob Yeltsin, cresceu 10% no ano 2000, 5,1% em 2001, 4,7% em 2002, 7,3% em 2003 e 7,2% em 2004. Com tal mudança “da água para o vinho” na situação do país

não é à toa que na eleição presidencial de março de 2004 Putin seria reeleito em primeiro turno com 71% dos votos. Este talvez tenha sido o momento máximo da popularidade de Putin no país (e provavelmente no exterior também, pois, como veremos, no segundo mandato as tensões com o Ocidente, em especial os EUA, aumentarão e as críticas a Putin se intensificarão a partir de 2004. Se internamente no país Putin manterá sua popularidade no segundo mandato, externamente sua imagem começará a ser manchada a partir de um quadro que alguns observadores chamarão até de o renascer de uma nova “Guerra Fria”).

Neste primeiro mandato presidencial completo de Putin ficou claro que houve uma mudança na elite política que governava o país. Muitos observadores descrevem este processo como passagem de uma plutocracia (a influência dos “oligarcas” no período Yeltsin) para a hegemonia dos *siloviki* como Putin. *Silovik* é a palavra em russo que designa pessoas que trabalham para as forças de segurança (exército, KGB e similares). Como Putin se originou neste meio seria natural que trouxesse para sua equipe pessoas que tivesse conhecido ao longo da carreira. O grande número de pessoas com este tipo de *background* na equipe do governo levou diversos analistas a considerar que o governo Putin estava sob a hegemonia dos *siloviki*. O presente autor discorda desta visão exclusivista. Reconheço que os *siloviki* têm forte influência no governo, mas vejo Putin equilibrando dois grupos em sua equipe. Por um lado, *siloviki* (como Igor Sechin, Sergei Ivanov, Viktor Ivanov, Dmitry Rogozin) que tendem a defender uma política mais estatista e dirigista. Por outro, a ala civil de políticos com visão econômica mais liberal, tipo German Gref, Aleksei Kudrin, Kasyanov e mesmo Dmitry Medvedev. É no equilíbrio (e zigzague) entre estes dois grupos principais que foram

se formando as políticas putinianas. No primeiro mandato presidencial de Putin a ala liberal teve bastante influência na economia. No segundo mandato, com o aprofundar das ameaças internas (terrorismo) e externas (tensões internacionais), a influência dos *siloviki* se tornou mais conspícua. Putin “rege” essas duas alas da orquestra conforme sua conveniência, o que causa surpresas ocasionalmente aos observadores que tiram conclusões excessivamente lineares desta situação. Por exemplo, a partir do aumento da influência dos *siloviki* durante as tensões do segundo mandato presidencial (2004-2008), muitos analistas achavam que Putin (proibido por lei de se reeleger uma segunda vez consecutiva) escolheria como seu “sucessor” na eleição presidencial de 2008 o *silovik* Sergei Ivanov, mas ele acabou escolhendo o “civil” Dmitri Medvedev.

Mas estamos nos adiantando falando do segundo mandato presidencial de Putin. O ponto em que estamos é que no primeiro mandato, Putin revigorou a economia, que começou a crescer em alto ritmo, o que proporcionou Putin ser reeleito em 2004 com altíssima votação.

Um último ponto importante a ser mencionado antes de entrarmos no segundo mandato presidencial é que Putin utilizou toda essa sua popularidade inicial para consolidar o panorama político-partidário governnista. Como vimos anteriormente, nos anos 1990 o quadro partidário era extremamente fluido e não consolidado na Rússia, com “partidos do poder” sendo criados a cada eleição para apoiar o governante do momento (Escolha da Rússia, Nossa Casa é a Rússia, Unidade). Após as eleições parlamentares de 1999, Putin aglutinou as duas maiores agremiações partidárias de peso com potencial de apoiá-lo (*Unidade* e *Pátria: Toda a Rússia*) em um partido só: o *Rússia Unida*. Fundado em 1 de dezembro de 2001, o Rússia

Unida inverteu, no meio do caminho, o resultado da eleição parlamentar de 1999, como podemos ver pela tabela D2 no apêndice D. Se em 1999 o Partido Comunista ainda era o partido mais votado, com 24,3% dos votos, a soma dos votos dos dois partidos seguintes (Unidade com 23,3% e Pátria: Toda a Rússia, com 13,3%) quando unificadas no partido Rússia Unida tornaram o novo partido governista o bloco hegemônico da Duma. Possibilitaria ainda uma maior consolidação do quadro partidário da Rússia nos anos 2000, pois o Rússia Unida (ao contrário dos efêmeros “partidos do poder” dos anos 1990) prosseguiria sua vida por muitos anos. Pela tabela D2 podemos ver que nos anos 2000, ao contrário da segunda metade dos anos 1990, o Partido Comunista deixa de ser o mais votado. O Rússia Unida obtém a maior votação nas eleições seguintes: 37,6% em 2003, 64,1% em 2007, 49,3% em 2011. Ou seja, com o Rússia Unida e mais votos ocasionais de partidos que acabaram se mostrando “companheiros de viagem”, como o LDPR de Zhirinovsky e o Rússia Justa,²⁴ em meados da década Putin tinha uma maioria constitucional no parlamento (mais de 2/3 dos votos), o que lhe permitiria tomar várias das medidas de transformações radicais (como, por exemplo, o fim das eleições diretas para governador regional em 2004). Assim, Putin terminará seu primeiro mandato presidencial completo já com total hegemonia sobre os processos político-partidários no país.

24 O Rússia Justa é um partido social-democrata de centro-esquerda, liderado por Sergey Mironov, fundado em outubro de 2006. Segundo muitos observadores sua criação teria sido incentivada pelo Kremlin para drenar votos do eleitorado de esquerda do Partido Comunista da Federação Russa.

O segundo mandato presidencial completo de Putin (2004-2008)

Mencionamos anteriormente que talvez o momento auge de Putin tenha sido ao final de seu primeiro mandato presidencial completo (2000-2004). Isto porque internamente a situação econômica mudou “da água para o vinho” com a entrada em era de alto crescimento econômico após a depressão da década anterior sob Yeltsin. E externamente Putin ainda surfava em uma onda de simpatia dos governos ocidentais com a Rússia devido à boa vontade desta na luta contra o terrorismo internacional: isto, de certa maneira, mitigava as críticas vindas da imprensa e ONGs em relação ao “autoritarismo” dos esforços recentralizadores de Putin em seu país.

No segundo mandato presidencial completo de Putin, os altos índices de crescimento econômico continuariam internamente, mas o ambiente externo passaria por uma mudança substancial. Um ponto inicial simbólico desta mudança pode ser visto na decisão dos EUA de invadir o Iraque em 2003. Ao contrário da invasão do Afeganistão, que foi vista pela Rússia como uma espécie de ato “defensivo” por estar relacionada com um ato terrorista contra os EUA, a invasão do Iraque, baseada em falsas denúncias de armas de destruição em massa, foi encarada como uma atitude imperialista. A esta fagulha inicial se ajuntariam outros processos que irritaram profundamente os russos: as chamadas Revoluções Coloridas (Rosa na Geórgia, Laranja na Ucrânia) na área da antiga URSS, a constante expansão da OTAN em direção à Rússia nos países do antigo Leste europeu comunista e, finalmente, os planos norte-americanos para a construção de um escudo antimíssil na Polônia e Tchecoslováquia supostamente contra o Irã, mas voltado para a direção da Rússia.

Veremos cada um destes processos por vez.

Em 19 de março de 2003 tropas dos Estados Unidos e aliados invadiram o Iraque, acusando seu líder, Saddam Hussein, de ter relações com grupos terroristas e possuir armas de destruição em massa para serem usadas contra seus inimigos. O presidente George W. Bush colocava aquela campanha como um prosseguimento da guerra contra o Terror iniciada com a invasão do Afeganistão. Entretanto, ao contrário da campanha do Afeganistão desta vez as provas de que Saddam Hussein teria ligações com Bin Laden (inimigos declarados entre si!) e armas de destruição em massa eram extremamente duvidosas. Não só a Rússia, mas alguns governos de países tradicionalmente aliados aos EUA (como os da Alemanha, França e Nova Zelândia) criticaram a iniciativa. Ao contrário do período da sua depressão econômica dos anos 1990 quando estava fragilizada e incapaz de ser assertiva, a já parcialmente recuperada Rússia de Putin não deixou passar em branco esta iniciativa de caráter claramente unilateral dos Estados Unidos. Ao clamar por uma abordagem alternativa multilateralista nas relações internacionais, suas críticas fortes abalaram a relação entre os dois países.

Se o Iraque era um país longe da Rússia, com a guerra lá não afetando *diretamente*, a situação de tensão com os EUA e Ocidente aumentou consideravelmente com o início das chamadas *revoluções coloridas* no “quintal” do gigante eslavo, ou seja, nas antigas repúblicas constitutivas da URSS. *Revoluções Coloridas* (devido a terem recebido o nome de cores específicas) foi o termo usado para designar uma série de processos que derrubaram governos mais ligados à Rússia naqueles países vizinhos e os substituíram por governos pró-ocidentais. Segundo Putin e outros críticos, isto não foi coincidência e sim instigado diretamente

por governos e ONGs ocidentais. Supostamente estariam seguindo o cenário do “modelo sérvio” na derrubada de Slobodan Milosevic em 2000: estimular protestos populares para derrubar um governo autoritário antiocidental.

A primeira destas no espaço da antiga URSS foi a Revolução Rosa, na Geórgia, de novembro de 2003 a janeiro de 2004, que derrubou o presidente Eduard Shevardnadze e colocou em seu lugar Mikheil Saakashvili. O resultado da eleição parlamentar de 2 de novembro de 2003 na Geórgia foi considerado fraudulento por muitos. A partir daí uma campanha de desobediência civil e protestos de rua foi iniciada no país. Shevardnadze tentou implantar um estado de emergência, mas várias de suas próprias tropas se recusaram a obedecer ao crescentemente impopular presidente. Shevardnadze renunciou em 22 de novembro. Em 4 de janeiro de 2004 nova eleição presidencial de emergência teve como vencedor Mikheil Saakashvili. Imediatamente Saakashvili seguiria um caminho de aproximação com o Ocidente que logo o colocaria em rota de colisão com a Rússia.

A segunda Revolução Colorida nas ex-repúblicas soviéticas seria na Ucrânia um ano depois, de 22 de novembro de 2004 a 23 de janeiro de 2005: a Revolução Laranja. Nela, o resultado do segundo turno da eleição presidencial de 21 de novembro de 2004, que elegeu o candidato pró-Rússia, o então primeiro-ministro Viktor Yanukovich, foi considerado fraudulento, o que detonou uma série de protestos populares. Apesar de a Comissão Eleitoral Central ter validado os resultados, em 3 de dezembro a Suprema Corte do país invalidou a eleição e determinou que uma nova eleição fosse realizada com os mesmos dois candidatos. Nesta nova eleição em 26 de dezembro venceu o candidato pró-ocidental Viktor Yushchenko, que assumiu oficialmente a presidência em 23 de janeiro de 2005.

Logo depois, em abril de 2005, a chamada Revolução Tulipa (uma série de protestos populares após as eleições parlamentares de 27 de fevereiro e 13 de março) derrubou o presidente Askar Akayev na Quirguísia.

Esta sucessão de derrubadas de (supostamente autoritários) governos pró-Rússia com a colocação em seu lugar de líderes pró-Occidente acendeu a luz amarela no governo Putin no sentido de que o mesmo cenário poderia ser tentado na Rússia: a fomentação de protestos populares para derrubar o governo “autoritário” de Putin. A questão das revoluções “coloridas” talvez tenha sido o ponto mais nevrálgico a levar o presidente russo a ter um “pé atrás” com os governos ocidentais, em especial os EUA.

Outros dois fatores importantes neste afastamento tem a ver com a aliança militar da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Em primeiro lugar, o processo geral de expansão, no período pós-Guerra Fria (após o final da URSS), da OTAN em direção ao leste, ou seja, em direção à Rússia. Em 1999 a Polônia, Hungria e República Tcheca aderiram à organização. Em 2004 foi a vez de Estônia, Lituânia, Letônia, Eslováquia, Bulgária e Romênia (e em 2009 Albânia e Croácia também). Os russos veem isso com extrema desconfiança, como se fosse um movimento de pinça em sua direção. Afinal, a OTAN era uma aliança militar da Guerra Fria contra a União Soviética. Se a Guerra Fria acabou e a União Soviética não existe mais, o natural seria que a OTAN também perdesse sentido de existir e gradualmente fosse perdendo seu caráter ofensivo e se encolhesse ou mesmo desaparecesse. O fato de ela, ao contrário, se expandir e, pior ainda, em direção à Rússia parece sugerir que os governos ocidentais veem a Rússia como uma ameaça ou como um herdeiro da URSS como inimigo do Occidente. Este é o outro grande foco de tensão

com o Ocidente, em especial EUA (junto com a eclosão das Revoluções Coloridas). A tensão escalaria mais ainda em 2007 quando o governo Bush anunciou planos de instalar um sistema antimíssil na Polônia e República Tcheca: como resposta a uma suposta ameaça de mísseis do Irã ficaria, assim, coincidentemente, voltado na direção da Rússia.

Todos estes fatores acima arrolados (expansão da OTAN, Revoluções Coloridas, Guerra do Iraque) iriam crescentemente azedando as relações entre Rússia e Estados Unidos no período do segundo mandato presidencial completo de Putin (2004-2008). Tanto que ao final dele alguns observadores internacionais já se interrogavam se uma nova Guerra Fria não estaria se abrindo entre EUA e Rússia. Ao contrário de seus primeiros mandatos presidenciais, quando o clima pós-11 de Setembro e da Guerra do Afeganistão havia aproximado Putin e Bush, no segundo mandato dos dois (que mais ou menos coincidiu temporalmente) o clima político e diplomático se deteriorou bastante entre eles.

Podemos, então, notar que externamente o segundo mandato presidencial completo de Putin foi marcado por um progressivo acirramento das tensões com o Ocidente, em especial com os EUA. No plano econômico interno o período (ainda de tendência de elevação dos preços do petróleo) foi caracterizado pela continuação das altas taxas de crescimento do PIB como no primeiro mandato (ver tabela B1).

Na política interna este segundo período também testemunhou um fechamento do sistema em termos de restrição de certas liberdades democráticas tradicionais. Tanto que a partir do ano de 2004 a organização Freedom House (que mede o grau de liberdades políticas e civis nos diversos países do mundo) rebaixou a Rússia da classifica-

ção de país “parcialmente livre” para país “não livre”. Há um acontecimento que serviu de catalisador para esta espécie de “ponto de viragem” em 2004. Foi a crise dos reféns na escola de Beslan em 1-3 de setembro de 2004. Em Beslan, na Ossétia do Norte, no dia 1 de setembro (tradicional primeiro dia de aula do novo ano escolar na Rússia) terroristas chechenos tomaram como refém cerca de mil pessoas (a maioria crianças) por três dias até serem atacados pelas forças de segurança russas que retomaram o local, mas à custa da morte de 330 pessoas (novamente a maioria crianças). O episódio abalou o país. Como ele veio na onda de uma série de atentados isolados ao longo dos anos (o mais sério dos quais até ali tinha sido a tomada de 800 reféns no teatro no bairro Dubrovka em Moscou em outubro de 2002, com resultado de 117 mortos), Putin decidiu que uma recentralização maior do país era necessária para evitar que regiões como a Chechênia, Daguestão e Ossétia do Norte se tornassem províncias em que tendências centrífugas dessem liberdades a terroristas para agir. Uma série de medidas de controle foi tomada. Politicamente, a mais forte delas, adotada ainda em setembro de 2004, foi a extinção da eleição direta para governadores regionais. Agora os governadores regionais passariam a ser nomeados pelo presidente federal (com sua escolha tendo que ser referendada pela assembleia legislativa local). Muitos críticos afirmaram que isso, na prática, fazia com que a Rússia deixasse de ser uma federação (Afinal, o nome oficial do país é Federação Russa!) e passa-se a ser um estado unitário, como a Áustria. Ao longo do segundo mandato de Putin, o coro das críticas ocidentais ao seu autoritarismo se tornaria cada vez mais vocal, como na acima-referida atitude da Freedom House.

No terreno da equipe econômica do governo, uma sutil mudança vai começar a tomar força neste segundo mandato presidencial de Putin. Como afirmamos anteriormente, o governo Putin não é um mero governo *silovik* (ou seja, com hegemonia dos membros egressos das forças de segurança, como o próprio Putin). Putin equilibra os *siloviki* (de tendência mais estatista e protecionista) de um lado com uma ala civil mais liberal de outro. Tanto que no primeiro mandato Putin, a política econômica básica era ditada por uma *troika* desta ala civil “liberal”: o primeiro-ministro Mikhail Kasyanov, o ministro das Finanças Aleksei Kudrin e o ministro da Economia e Comércio German Gref. Como vimos, ao lado da reestatização de alguns setores estratégicos da economia (como petróleo e gás), no primeiro mandato de Putin uma política relativamente liberal e concorrencial era mantida nos outros setores, sob a batuta da *troika* de ministros acima. Pois bem, em março de 2004, logo após a reeleição, Putin demite Kasyanov e coloca como primeiro-ministro Mikhail Fradkov, um tecnocrata de personalidade burocrática e apagada. Isso não significou uma derrota aberta da ala “liberal” para a ala dos *siloviki* (pois German Gref continuaria como ministro da Economia e Comércio até setembro de 2007, e Aleksei Kudrin como ministro das Finanças até setembro de 2011, além do que Putin escolheu como seu sucessor na eleição presidencial de 2008 o civil Dmitry Medvedev preterindo o *silovik* Sergei Ivanov), mas, em visão retrospectiva, marca o início de uma tendência de afastamento sutil e gradual do relativo liberalismo econômico do primeiro mandato presidencial.

Quanto à *histoire événementielle*, além dos já citados, podemos registrar os seguintes fatos significativos na Rússia neste período do segundo mandato presidencial de 2004 a 2008.

Em 9 de maio de 2004 um atentado a bomba no estádio Dínamo de Grozny, matou o presidente da Chechênia, Akhmad Kadyrov (na Chechênia e em algumas outras poucas regiões da Rússia, naquela época, o governador regional tinha o título de “presidente”). Desde o final da segunda guerra da Chechênia em 2000, Akhmad Kadyrov era uma peça importante na estratégia de Putin de “chechenizar” a administração da recuperação da região, ou seja, de utilizar quadros locais para a administração da conturbada região em vez de estabelecer uma administração federal direta após a guerra. Akhmad Kadyrov lutou contra os russos na primeira guerra da Chechênia (1994-1995), mas se passou para o lado dos russos na segunda guerra de 1999-2000. Para que o processo de “chechenização” não sofresse solução de continuidade, Putin eventualmente iria investir no filho do governante morto, Ramzan Kadyrov. Ramzan, chefe de uma das milícias locais ligadas ao clã Kadyrov, era chefe do serviço de segurança presidencial de seu pai. Após a morte deste passaria a ser vice-primeiro-ministro, depois primeiro-ministro e, finalmente, em 2 de março, de 2007, se tornaria, como o pai, presidente da Chechênia. Nos anos seguintes, com mão de ferro, implantaria a paz na Chechênia, expulsando muitos dos antigos insurgentes antirussos. Seu legado é controverso. Acusado de abusos de direitos humanos e de governar autoritariamente, conseguiu dar grau significativo de estabilidade e recuperação econômica à região que tinha sido devastada pela guerra.

Em janeiro de 2005 um pequeno terremoto social ocorreu no país, especialmente para os aposentados. Em 1 de janeiro entrou em vigor a chamada monetização dos benefícios sociais, ou seja, benefícios sociais que antes eram fornecidos à população em forma de mercadorias ou serviços agora seriam substituídos por uma compensação

monetária. Este era um dos últimos vestígios do sistema soviético. No tempo da URSS, vários grupos de cidadãos, em especial aposentados e deficientes físicos, recebiam diversos benefícios sociais em serviços diretos (por exemplo, transporte público gratuito, alimentação subsidiada em certas lojas especiais, empresas forneciam creches gratuitas aos filhos de seus trabalhadores). Por inércia (e por temor eleitoral) os governos da Federação Russa pós-soviética mantiveram vários desses benefícios que não são comuns em outras economias capitalistas. Mas isto representava um importante fardo financeiro e organizacional para o estado. A ideia de substituir estes benefícios por uma soma em dinheiro visava simplificar a parte administrativa envolvida. Mas em janeiro de 2005 vários protestos de rua pelo país (especialmente de aposentados) se levantaram contra esta reforma. O grande receio era que a inflação simplesmente corroesse os valores dos benefícios monetizados e aí os aposentados deixariam de realmente poder “andar no metrô de graça”. A reação foi tão forte que o governo voltou atrás em vários aspectos da reforma, tornando-a mais gradual.

Este episódio mostrou como alguns hábitos e tradições soviéticas ainda estavam embutidos na vida e mentalidade russa. *Old habits die hard!* Basta lembrar a batalha que foi para que a ideia da compra e venda de terra (agrícola) fosse aceita e regulamentada na Rússia pós-soviética. A compra e venda de terra foi proibida logo no primeiro dia da revolução Bolchevique de 1917, através do Decreto Sobre a Terra, que distribuía a terra aos camponeses em usufruto, mas proibia sua compra e venda. Isso durou até o final da URSS e, na prática, prosseguiu por inércia por quase uma década após. Somente com a promulgação do novo Código Fundiário (*Zemel'nyi kodeks*) em 25 de outubro de

2001 (dez anos após o final da URSS!) foi finalmente permitida e regulamentada em nível federal a compra e venda de terra (agrícola) no país.

Em 1 de janeiro de 2006 se iniciaria um processo que se repetiria em alguns outros invernos: a chamada “Guerra do Gás”, quando a Gazprom (a “Petrobrás” do gás russo) cortaria o fornecimento de gás a determinado país da antiga União Soviética em decorrência de disputas sobre preços. No período da antiga URSS o gás era fornecido a preços baixos a estas regiões. A nova Federação Russa capitalista queria reajustar os preços para os níveis do mercado mundial o que criava tensões e disputas com estas ex-repúblicas soviéticas. Em 2006 a “Guerra do Gás” foi com a Ucrânia. O governo pró-ocidental do novo presidente Viktor Yushchenko, resultado da chamada Revolução Laranja, já nasceu em situação de tensão com a Rússia e afirmara que os preços acordados em 230 dólares por mil metros cúbicos não eram aceitáveis. A Rússia interrompeu o fornecimento de gás à Ucrânia pelo não pagamento. Entretanto, era pelos gasodutos através da Ucrânia que grande parte do gás russo ia para a Europa. Em março de 2005 a Rússia interrompeu o fornecimento à Ucrânia, mas não para a Europa pelos mesmos gasodutos. Logo os russos estariam acusando os ucranianos de estarem roubando parte do gás europeu para ficar consigo e em 1 de janeiro de 2006 interromperam totalmente o fornecimento de gás aos gasodutos da Ucrânia (o que interrompia o trânsito também para a Europa em pleno inverno!). A situação seria resolvida com acordos paliativos o que levaria a repetições deste cenário no futuro com redução do fornecimento em março de 2008 e nova interrupção no inverno (janeiro) de 2009, novamente afetando também os países europeus. Em 2014, após a deposição do (pró-russo) presidente ucr-

niano Viktor Yanukovich e a anexação da Crimeia pela Rússia as disputas pelo preço do gás entre Rússia e Ucrânia voltaram com toda força.

É importante notar que este problema da passagem dos preços baratos do gás do tempo da URSS para preços de mercado mundial no período pós-soviético afetaram outros países ex-soviéticos, além da Ucrânia. Basta lembrar que em janeiro de 2004 houve uma disputa semelhante por preço (que incluiu interrupção de fornecimento do gás) com a Bielo-Rússia.

Em 10 de fevereiro de 2007 Vladimir Putin proferiu um discurso na Quadragésima Terceira Conferência de Segurança de Munique que chocou o mundo diplomático. Já notamos que as tensões entre a Rússia e o Ocidente (especialmente os EUA) vinham crescendo fortemente nos segundos mandatos presidenciais de Putin e Bush em cima de questões como a expansão da OTAN, os planos norte-americanos de instalar um escudo antimíssil na Polônia e República Tcheca e a ocorrência das chamadas “revoluções coloridas”. Na Conferência de Munique, que tradicionalmente reúne chefes de estado e a elite mundial dedicada à segurança e diplomacia, Putin pediu licença para se afastar da linguagem diplomática e ser franco. Acusou os EUA de tentarem implantar uma ordem unipolar no mundo, realizar intervenções unilaterais em países estrangeiros em detrimento do direito internacional e fomentar mudanças de regime em governos com os quais não concordem. Ou seja, este discurso na conferência de Munique funcionou como um divisor de águas e demarcador de campos. A partir dali a Rússia abandonaria o jogo das boas aparências com as potências ocidentais e passaria abertamente a jogar *hard ball* com elas. Muitos analistas interpretaram este discurso de Munique de Putin como a declaração de uma nova Guerra Fria entre o mundo ocidental e o gigante eurasiático.

Finalmente, é importante notar que o final do segundo mandato de Putin foi marcado pela grande discussão da sucessão presidencial. Pela constituição russa, o presidente é proibido de ter três mandatos presidenciais sucessivos. Assim, muito se discutiu na Rússia se Putin usaria a maioria constitucional (mais de 2/3) que tinha no parlamento para mudar a constituição e se permitir nova reeleição. Putin não escolheu esse caminho. Simplesmente disse que sairia do cargo apoiando a candidatura de algum possível aliado seu como sucessor. Em 2008 ficou claro que a disputa para ser favorito de Putin como “sucessor” estava entre os dois vice-primeiro-ministros Sergei Ivanov e Dmitry Medvedev. A disputa era altamente simbólica. Sergei Ivanov era um *silovik* oriundo dos serviços de segurança. Dmitry Medvedev era um civil mais próximo da ala “liberal” do grupo de Putin. A maioria dos observadores apostava em Ivanov devido à ideia de que Putin tinha um governo com hegemonia dos *siloviki*. Por isso houve certa surpresa quando em 10 de dezembro de 2007 Putin anunciou que apoiava a candidatura de Medvedev como seu sucessor. Alguns dias depois Medvedev também anunciou que, se eleito presidente, Putin seria seu primeiro-ministro. Nascia aí o famoso tandem, como ficou conhecida a diarquia Medvedev-Putin que, com a eleição de Medvedev em março de 2008, passaria a governar a Rússia de 2008 a 2012: Medvedev como presidente e Putin como primeiro-ministro.

Aqui é importante notar um detalhe teórico em termos de ciência política. Tendo em vista a grande influência política de Putin, muitos observadores não puderam entender como ele se satisfaria com o posto de primeiro-ministro em vez de simplesmente mudar a constituição para que pudesse ter nova reeleição (como, por exemplo, fez Fernando Henrique Cardoso no Brasil, ao mudar

a constituição para permitir a si próprio nova eleição). Afinal, desde a promulgação da constituição russa de 1993, sob Yeltsin, ela era vista como presidencialista, com fortes poderes para o presidente. As presidências “imperiais” de Yeltsin e Putin reforçavam esta impressão. Entretanto, se lermos a constituição com atenção, veremos que ela, na verdade, preconiza o chamado semipresidencialismo e não presidencialismo puro. De maneira geral, o presidente é responsável pela política externa (e segurança interna, como chefe das forças armadas) enquanto que o primeiro-ministro é responsável pela política interna (economia, administração governamental, etc.). Ora, esse é o clássico arranjo do chamado semipresidencialismo, como na França, onde há equilíbrio na divisão de tarefas entre presidente e primeiro-ministro não sendo fácil dizer quem é mais poderoso. Na França, isso é deixado claro pelas famosas “crises de coabitação”, quando o presidente é de um partido e o primeiro-ministro de outro: neste caso, é mais poderoso aquele que tem maioria no parlamento. Este detalhe controverso (que a constituição russa é, na verdade, semipresidencialista em vez de presidencialista pura) explica como Putin pôde, na verdade, se manter no poder, mesmo sendo “apenas” primeiro-ministro no período 2008-2012.

A presidência de Dmitry Medvedev (2008-2012)

As relações pessoais de Dmitry Anatolyevich Medvedev com Putin vieram puramente da era pós-soviética (ao contrário da amizade de Putin com alguns dos *siloviki*, que ele conhecia ainda dos tempos em que trabalhava para o KGB). Medvedev nasceu em Leningrado em 1965 e seus pais eram professores universitários. Formou-se em

direito pela Universidade Estatal de Leningrado (atualmente Universidade Estatal de São Petersburgo) em 1987. Em 1990 defendeu sua dissertação de mestrado na mesma universidade e, ato contínuo, passou a ensinar direito lá. Medvedev ficou conhecendo Putin com certa intimidade no final da década de 1980 e início da de 1990 quando ambos passaram a trabalhar para o futuro prefeito de São Petersburgo, Anatoly Sobchak. Medvedev alternava este trabalho político com sua carreira acadêmica. Quando Putin tornou-se primeiro-ministro de Yeltsin em 1999 convidou Medvedev a trabalhar com ele em Moscou. Assim que Putin se tornou presidente interino, Medvedev foi nomeado vice-chefe da Casa Civil e tornou-se coordenador da campanha eleitoral de Putin em 2000. Medvedev também se tornou presidente do Conselho da Gazprom, a poderosa empresa estatal de gás russa. Em outubro de 2003, foi nomeado chefe da Casa Civil. Em novembro de 2005, Putin o torna primeiro vice-primeiro-ministro, uma posição que o colocava como forte concorrente à sucessão presidencial (juntamente com o outro primeiro vice-primeiro-ministro, o *silovik* Sergei Ivanov). Finalmente, em 10 de dezembro de 2007, Putin anunciou que apoiava a candidatura de Medvedev como seu sucessor na presidência. Ato contínuo, Medvedev anunciou que, se eleito presidente, Putin seria seu primeiro-ministro.

A preferência de Putin por Medvedev em detrimento do *silovik* Sergei Ivanov, também um de seus assessores mais próximos, surpreendeu muitos observadores. Medvedev era considerado bem mais liberal e ocidentalista que Putin (adorava algumas bandas ocidentais de rock pesado, como Black Sabbath e Deep Purple, por exemplo). Num momento de crescentes tensões com o Ocidente, isso era considerado um *handcap*. Mas se lembrarmos que Pu-

tin não prega um governo de puros *siloviki* e sim equilibra elementos *siloviki* com elementos civis mais liberais, talvez a escolha de Medvedev signifique que o projeto de longo prazo de Putin para a Rússia não é um estado autoritário militarista e sim uma democracia (provavelmente também não liberal) conservadora para a Rússia. Alguns autores utilizam o termo *upravlyamaya demokratiya* (“democracia dirigida”) para descrever o regime russo sob Putin. Não pode ser considerado uma ditadura porque os elementos formais da democracia estão lá presentes (eleições regulares com partidos, jornais e mídia de oposição atuando), mas o líder detém alguns meios informais de influência que não estariam disponíveis a ele em democracias mais consolidadas.

A outra questão que intrigava analistas políticos (“Como Putin poderá manter sua hegemonia no posto de primeiro-ministro em vez de presidente?”) foi resolvida de maneira simples: era um falso problema. Uma vez compreendido que a constituição russa de 1993 é, formalmente, semipresidencialista ficou fácil entender como Putin pôde manter sua liderança como primeiro-ministro em um tandem com Medvedev. De maneira geral, como previsto na constituição, Medvedev cuidava da política externa e Putin dominava a política interna. Além disso, sabemos que em política “na prática a teoria é outra” e elementos informais se infiltram nos canais formais. Isto ficou claro na primeira grande crise da presidência Medvedev em agosto de 2008 quando o problema da província separatista georgiana da Ossétia do Sul explodiu e levou a uma breve guerra entre Rússia e Geórgia: o primeiro a ir visitar o teatro dos eventos *in loco* foi Putin e não Medvedev (o que podia ser visto como algo estranho e sintomático, pois a política externa é atributo do presidente, e não do primeiro-ministro).

Aliás, a presidência de Dmitry Medvedev começou sob o símbolo dessas duas grandes crises: o conflito com a Geórgia pela Ossétia do Sul (que escalou ainda mais as já tensas relações com o Ocidente) e a crise econômica mundial que se iniciou exatamente naquele período, detonada pela crise hipotecária de 2007-2008 nos EUA. Ou seja, a presidência Medvedev marcou exatamente o fim da era do *boom* econômico da década. Em breve a Rússia teria até novamente um ano de crescimento negativo da economia em 2009 (-7,8%) seguido de outros com crescimento bem mais baixo que na época áurea sob Putin.

Para quem possa concluir que estas condições desfavoráveis imediatamente pintariam Medvedev com cores negativas e dariam imediata nostalgia de Putin aos russos é bom lembrar novamente o caráter semipresidencialista da constituição russa de 1993. Por ela, o responsável pela política governamental interna geral (incluindo a área econômica) é o primeiro-ministro e não o presidente. Assim, uma crise econômica forte poderia diretamente afetar a popularidade de Putin que, na presidência de Medvedev, era o primeiro-ministro.

Como a popularidade anterior de Putin estava muito ligada à recuperação econômica do país promovida por ele, os políticos e partidos de oposição viram na crise econômica uma possibilidade de diminuição do alto prestígio de Putin frente ao russo médio e de conseguir melhores resultados eleitorais e mais apoio da população para planos alternativos aos putinianos. E, de fato, veremos como, sob a crise, haverá um recrudescimento do movimento oposicionista nas ruas que tornará as futuras eleições parlamentar de dezembro de 2011 e presidencial de março de 2012 um verdadeiro campo de batalha ideológico, inclusive com as primeiras grandes manifestações populares oposicionistas do século XXI no país.

Acompanhemos, então, cronologicamente estes acontecimentos.

Como mencionamos, mal Medvedev foi inaugurado como presidente em 8 de maio de 2012 e uma crise internacional estouraria. Na noite de 7 de agosto de 2008 o governo georgiano de Mikheil Saakashvili lançou um ataque militar em larga escala contra a província separatista da Ossétia do Sul com o intuito de retomá-la. Desde os anos 1990 havia vários conflitos separatistas na Geórgia. Duas regiões, a Ossétia do Sul e a Abecásia, por via de resistência militar, estavam *de facto* atuando como se fossem independentes, apesar do não reconhecimento por parte do governo central georgiano. A ligação dos russos com a Ossétia do Sul, em especial, era forte, pois a Ossétia do Norte fica dentro da Rússia. Utilizando o fato de que desde muito havia soldados membros da missão de paz russa na Ossétia do sul, que ficaram em perigo com o ataque georgiano, em resposta a Rússia iniciou uma invasão da Geórgia, auxiliada por forças dos separatistas da Ossétia do Sul e Abecásia. A guerra durou cinco dias, até que um acordo mediado pelo presidente francês Nicolas Sarkozy instaurou um cessar-fogo preliminar em 12 de agosto. Como resultado do conflito, a Ossétia do Sul e a Abecásia declaram independência total da Geórgia, independência esta que é reconhecida oficialmente pela Rússia e alguns outros poucos países, mas não pela Geórgia ou pelas Nações Unidas. Este episódio da guerra entre Rússia e Geórgia exacerbou mais ainda as tensões entre a Rússia e os países ocidentais, já elevadas desde os segundos mandatos presidenciais de Putin e Bush.

O outro fato que dominou a aurora da presidência Medvedev foi o desencadeamento de clara crise econômica mundial a partir de 2008. Este cenário começou a se

desenhar em 2007 com a crise hipotecária nos EUA. Desde os anos 1990 começou a se formar uma bolha imobiliária nos Estados Unidos. Os anos 1990 tinham sido de alto crescimento econômico no país. Com as crises financeiras asiática de 2007 e russa de 2008 os capitais internacionais começaram a fluir destes mercados para o mais seguro mercado norte-americano. Muito deste capital foi empregado na compra de imóveis nos EUA que dispararam, com muitos assumindo que preços de imóveis só tendem a subir, nunca a cair no longo prazo. Contribuindo para este frenesi, em 1999 foi derrubada nos EUA a lei Glass-Steagall, que estabelecia separação clara entre instituições de investimento e bancos de depósito. Com isso, bancos comuns começaram a investir em operações cada vez mais arriscadas. Juros baixos neste ambiente de regulação mais frouxa levaram aos chamados empréstimos *subprime* (“crédito de risco”) em que empréstimos eram oferecidos até a clientes com capacidade duvidosa de pagar. Para complicar, a crescente desregulamentação dos mercados de derivativos (especialmente do mercado de balcão) levava as instituições financeiras a venderem a terceiros, carteiras de empréstimos com pacotes que misturavam bons e maus pagadores: a média de possível inadimplência do pacote era razoável, mas escondia que os potenciais piores pagadores (abaixo da média) representavam um grave risco em caso de ambiente econômico menos favorável com subida de juros. O ápice da bolha imobiliária nos EUA foi em meados de 2006. Logo após ela estourou. Os preços de imóveis começaram a baixar e o efeito dos empréstimos *subprime* se fez sentir. Imóveis caíram abaixo do valor dos empréstimos hipotecários que foram tomados tendo-os como garantia. Isso levou a uma onda de inadimplência. Esta onda de inadimplência se tornou sistêmica devido aos

complexos instrumentos derivativos descritos acima. Isso levou à paralisação, quebra ou intervenção governamental em alguns grandes bancos que formavam a base do sistema (pioneiramente o banco britânico Northern Rock em setembro de 2007, mas principalmente os americanos Fannie Mae, Freddie Mac e Lehman Brothers em setembro de 2008, além das transformações forçadas ocorridas nas instituições de investimento Merrill Lynch, Lehman Brothers, Goldman Sachs e Morgan Stanley no mesmo mês). Após o terremoto nestas instituições gigantescas, o pânico se tornou generalizado. Bancos se recusavam a emprestar a outros bancos com medo de inadimplência e o sistema de empréstimos se engessou, transbordando para o nível mundial. 2008 marcaria não apenas o primeiro ano da presidência de Medvedev na Rússia como também o ano em que a crise americana transbordaria para o mundo.

A crise mundial não atingiria a Rússia com a força que atingiu os EUA e os países europeus mais desenvolvidos, mas, mesmo assim, deixaria marcas. Como podemos ver pela tabela B1, em apenas um ano (2009) a Rússia teria crescimento negativo da economia (-7,8%), mas o crescimento nos anos seguintes cairia para abaixo da média de acima de 5% que caracterizara os anos anteriores (em 2010 foi 4,5%, em 2011 4,3% e em 2012 3,4%). O governo do primeiro-ministro Putin tomou medidas decisivas ao ficar claro em setembro de 2008 que o índice dolarizado RTS da bolsa de valores de Moscou já estava com uma queda de quase 54% desde que começara a despencar em abril (a queda continuaria até dezembro, após o que as ações começariam a recuperar valor). Após um período de vacilação inicial, em que insistia em queimar reservas para manter o valor do rublo, o governo russo aceitou uma desvalorização deste como necessária (o rublo perdeu 35% de seu

valor frente ao dólar no segundo semestre de 2008, antes de começar a se estabilizar a partir de janeiro de 2009). Foi neste período das “vacas magras” que um instrumento criado na época das “vacas gordas” foi de fundamental importância. O chamado Fundo de Reserva da Federação Russa (um fundo soberano criado em 2004 para investir separadamente a renda advinda dos preços do petróleo quando em alta, “economizando-a” para o tempo em que os preços estivessem excessivamente em baixa) foi fundamental para propiciar ao governo os meios financeiros para tentar reestimular a economia. Como a crise mundial coincidiu também com uma queda no preço mundial do petróleo (que atingira um pico histórico de US\$ 149 dólares o barril em julho de 2008 para depois despencar perdendo 70% do valor em alguns meses), o fundo de reserva foi acionado. Para combater a paralisia de crédito entre os bancos (um fenômeno externo que estava começando a se manifestar na Rússia no segundo semestre de 2008, principalmente pelo fato que muitas empresas russas tinham contraído crédito no exterior) o governo ofereceu não apenas novas linhas de crédito para as empresas, mas também criou um sistema de refinanciamento e conversão das dívidas externas das empresas em dívidas com emprestadores estatais russos. Este esforço de injeção de liquidez na economia, mesmo com a utilização do Fundo de Reserva da Federação Russa, teria um custo alto.²⁵ Em 2009 o orçamento russo teria o primeiro déficit do século XXI. 2009

25 Para se ter uma idéia do tamanho do esforço financeiro do governo para evitar que a crise pudesse se transformar numa depressão, basta dizer que até meados de 2009 o custo das medidas anticrise na Rússia foi equivalente a 11% do PIB do país enquanto que nos EUA ele foi de 6,5% de seu PIB (respectivamente, 195 bilhões e 937 bilhões de dólares despendidos).

seria também o primeiro ano do século em que haveria novamente crescimento *negativo* da economia (-7,8%). Entretanto, em comparação com a prolongada recessão que haveria nos EUA e Europa ocidental, a recessão na Rússia seria relativamente curta: a partir de 2010 o PIB do país começou a crescer novamente apesar de que não ao nível das taxas altas do período pré-2008 (tabela B1).

Esse abalo na economia em 2008-2009 e sua estabilização posterior em um patamar de crescimento mais baixo teria conseqüências políticas. Paralisada durante o período anterior de bonança econômica sob as duas primeiras presidências de Putin, a oposição começaria a se mostrar mais ativa e demonstrar visibilidade a partir do ano de recessão de 2009 e culminaria nas grandes manifestações de rua que se seguiram às eleições parlamentar de 2011 e presidencial de 2012.

Antes de entrarmos na análise destes fenômenos oposicionistas pós-crise precisamos tecer algumas considerações gerais. Ao contrário dos tumultuados anos 1990 sob Yeltsin, quando o país conheceu diversas formas de manifestações, revoltas e mesmo rebeliões (como o episódio do canhoneio do parlamento em outubro de 1993), os anos 2000 viram um refluxo do movimento oposicionista, tanto parlamentar quanto extraparlamentar. Isso se deveu a vários motivos. O mais importante de todos foi o aumento da popularidade de Putin, “surfando” na onda da recuperação econômica do país sob seu governo. Isso em si já isolaria, em grande parte, a oposição (em especial os liberais restantes da era Yeltsin, vista como uma época de dificuldades). Mas a situação piorou quando Putin, aproveitando o fato que o partido que o apoiava, o Rússia Unida, juntamente com outros aliados, possuía praticamente maioria constitucional no parlamento, fez aprovar legislação que

diminuía o espaço de ação da oposição, em especial, tornando mais difícil a criação de novos partidos, elevando a barreira eleitoral para se conseguir mandato parlamentar e, após o atentado de Beslan em 2004, acabando com as eleições diretas para governadores. A melhor situação econômica e as condições políticas mais restritas fizeram com que atuação da oposição não conseguisse grande ressonância na sociedade. O resultado seria que no século XXI seria apenas por ocasião das eleições parlamentar de 2011 e presidencial de 2012 que grandes manifestações de massa voltariam a ocorrer de forma sustentada na Rússia.

Estas manifestações citadas não surgiram completamente do vácuo, entretanto. Algumas manifestações não políticas isoladas romperam o marasmo neste campo nos anos 2000. Podemos citar os protestos dos aposentados contra a reforma da monetização dos benefícios sociais em janeiro de 2005 e o protesto de automobilistas contra o aumento das taxas de importação de carros em dezembro de 2008. Em uma época em que era difícil atacar Putin em si, estas manifestações de protestos, mesmo sem serem diretamente políticas, tiveram caráter pedagógico. Mas o principal precursor dos grandes movimentos de massa de 2011-2012 foram as chamadas “Marchas dos Dissidentes” (*Marsh Nesoglasnykh*). Elas foram organizadas a partir de dezembro de 2006 por um movimento chamado “Outra Rússia” (*Drugaya Rossiya*). Este foi um movimento da sociedade civil formado em julho de 2006 e que seria puxado por uma série de políticos e líderes civis opositores a Putin, desde liberais como Garry Kasparov (ex-campeão mundial de xadrez) e Mikhail Kasyanov (ex-primeiro-ministro de Putin), até líderes controversos da direita, como o escritor Eduard Limonov, líder do partido Nacional Bolchevique, passando por membros do movimento radical

de esquerda (como Sergey Udaltsov, líder da Frente de Esquerda). A heterogeneidade desta frente faria com que ela durasse apenas de 2006 a 2010, mas neste meio tempo ela organizou uma série de marchas de protesto em diversas cidades russas. O número de participantes era médio, a maioria com alguns milhares de participantes, em alguns casos chegando a ultrapassar a dezena de milhares. Mas, independentemente de não terem sido movimentos de massa, em termos puramente numéricos, serviram como catalisadores da oposição para fugir à letargia neste campo nos anos 2000. Assim, quando a crise econômica bateu forte na Rússia em 2009, a oposição tinha nas ruas a possibilidade de obter espaço que lhe era negado pelas regras do sistema eleitoral com altas cláusulas de barreira e outros mecanismos para impedir a proliferação de pequenos partidos. Foi a partir destas bases que as eleições de 2011 e 2012 serviram de catalisadoras para grandes manifestações oposicionistas de rua.

Mas antes de chegarmos a este período final da presidência Medvedev, devemos mencionar alguns eventos ocorridos entretantes.

Se excetuarmos os episódios já mencionados da guerra russo-georgiana e o choque da crise financeira mundial na Rússia por volta de setembro, o primeiro grande acontecimento do ano inaugural de Medvedev foi também um fator externo: a vitória de Barack Obama na eleição presidencial norte-americana de setembro de 2008. Esse foi um fato importante para as relações internacionais da Rússia, pois o democrata Obama, em princípio, era considerado menos “falcão” que seu antecessor republicano George W. Bush. Abriram-se expectativas de que as relações entre Rússia e EUA pudessem se tornar menos tensas tendo Obama e Medvedev como presidentes em compa-

ração ao período dos segundos mandatos presidenciais de Bush e Putin. Tanto que no primeiro encontro dos ministros do exterior da Rússia e EUA (respectivamente Sergey Lavrov e Hillary Clinton) entre si em março de 2009, Hillary Clinton presenteou Lavrov com um botão que ela disse ser de *reset* (palavra inglesa para “recomeço”, “reinício”) escrito em russo. A ideia era que as relações entre EUA e Rússia deveriam ter um reinício de modo menos tenso e belicoso.²⁶ E, realmente, uma série de iniciativas, como as visitas de Medvedev aos EUA, a assinatura do tratado de redução de armamento NEW START (entre EUA e Rússia em 8 de abril de 2010) e o fato de Obama primeiro adiar e depois cancelar os planos americanos para a instalação do sistema antimíssil na Polônia e República Tcheca pareciam indicar a possibilidade de melhora na relação entre os dois países. Posteriormente tensões de outra natureza acabariam se imiscuindo na relação russo-americana de novo.

Em 31 de dezembro de 2008 entrou em vigor uma emenda à constituição de 1993 que aumentava o mandato do presidente federal de 4 para 6 anos e dos deputados da Duma de 4 para 5 anos. Vários analistas políticos viam este movimento como uma forma de prolongar a estada de Putin no poder caso ele viesse a concorrer na próxima eleição presidencial.

Em 15 de junho de 2009, na cidade de Ecaterimburgo, ocorreu a primeira reunião formal dos países do chamado BRIC, acrônimo que denota Brasil, Rússia, Índia e China. As reuniões do grupo passariam a ser anuais alternadamente em cada um deles. Devido a serem algumas

26 Ironicamente, no botão de Hillary Clinton havia um sintomático erro de digitação da palavra *reset* em russo: em vez de *perezagruzka* (“reinício”), estava escrito *peregruzka* (“sobrecarga” ou “excesso de tensão”)... Os dois ministros riram da gafe.

das maiores economias emergentes do mundo a formalização deste fórum chamou a atenção mundial. Entretanto, a heterogeneidade dos membros torna difícil uma integração mais efetiva entre eles.

Em 1 de janeiro de 2010 entrou em vigor a Tarifa Alfandegária Única entre Rússia, Bielo-Rússia e Cazaquistão. Formou-se, assim, uma união aduaneira entre esses países, que passam a ter tarifas uniformizadas tanto internamente quanto externamente ao bloco. Em 1 de janeiro de 2012 os três países avançariam nesta integração com a formação do chamado Espaço Econômico Único, uma espécie de Mercado Comum (no estilo do antigo Mercado Comum Europeu) entre eles. Estes esforços integrativos estão situados em um contexto maior que é a tentativa de se formar uma União Eurasiana envolvendo todos os países da Eurásia que quiserem participar. Essa é uma idéia que o presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbaev, lançou em 1994: a formação de uma União de Estados Eurasianos. Isso formaria um bloco poderoso que poderia fazer contraponto a outras organizações regionais como a União Europeia e o NAFTA. Em 10 de outubro de 2000 na capital Astana, do Cazaquistão, foi assinado o tratado de criação da Comunidade Econômica Eurasiana entre os presidentes Putin, da Rússia, Aleksandr Lukashenko, da Bielo-Rússia, Nursultan Nazarbayev, do Cazaquistão, Askar Akayev, do Quirguistão, e Emomali Rakhmonov, do Tadjiquistão. Posteriormente o Uzbequistão aderiria, com Armênia, Moldávia e Ucrânia na condição de observadores. A União aduaneira formada entre Rússia, Bielo-Rússia e Cazaquistão funcionou como ponta de lança dos esforços no sentido de criação de uma União Eurasiana. A ideia é que em 2015 seja formada, a partir desta base, uma União Econômica Eurasiana envolvendo mais países em um espaço econômico

comum. Todos estes esforços integrativos são o sonho de uma corrente ideológica russa que se chama *eurasianismo*. Os eurasianistas acreditam que a Rússia não é um país puramente europeu ou puramente asiático e que sua força está exatamente em seu caráter eurasiático. Pregam assim que a Rússia se integre com os países da Eurásia em vez de tentar simplesmente se incorporar ao mundo ocidental, como quer a corrente ideológica denominada *ocidentalismo*. Posteriormente discutiremos este debate entre eurasianistas, ocidentalistas e eslavófilos na Rússia.

Em 7 de fevereiro de 2010 Viktor Yanukovich vence a eleição presidencial na Ucrânia. Yanukovich, como vimos, foi o candidato pró-Rússia que teve sua vitória anulada na eleição presidencial durante a chamada Revolução Laranja em 2004, em consequência da qual foi eleito o presidente pró-Occidente Viktor Yushchenko. O governo de Yushchenko, vítima da crise econômica e acusado de não ter conseguido melhorar a situação do país, se tornou impopular, o que levou à vitória de Yanukovich em 2010. Este imediatamente começaria a seguir um caminho mais pró-Rússia que seu antecessor.

Em 28 de setembro de 2010 o presidente Medvedev, utilizando os poderes que agora dispunha de nomear e dispensar (com aprovação das assembleias regionais) os governantes dos entes federativos do país (regiões administrativas e as três cidades federais de Moscou, São Petersburgo e Sebastopol), demitiu o poderoso prefeito de Moscou, Yury Luzhkov. Luzhkov governava Moscou há duas décadas (desde 1992) e, tradicionalmente, era a figura hegemônica na cidade. Entrara em conflito com Medvedev há pouco tempo (apostando numa divisão entre Medvedev e Putin, e apoiando este último) e acabou sendo sumariamente demitido após dias de campanha difamatória

orquestrada contra ele e sua esposa (milionária dona de muitos imóveis pela cidade) nos canais federais de TV. O fim da era Luzhkov em Moscou pegou de surpresa muitos observadores.

O ano de 2011 foi de muita expectativa em relação ao tandem Putin-Medvedev. Afinal, quem seria o candidato na eleição presidencial de março de 2012: o presidente Medvedev ou o primeiro-ministro Putin? Ao longo do ano os dois tergiversavam em relação tema, causando suspense. Muitos liberais ocidentalistas começaram a apostar suas fichas em Medvedev que consideravam relativamente mais liberal e ocidentalista que Putin. Por isso houve uma grande decepção nestes círculos quando em 24 de setembro de 2011, no XII Congresso do partido Rússia Unida, Medvedev propôs a candidatura de Putin a presidente, com ele como possível primeiro-ministro. Ou seja, trocariam de lugar novamente.

Esse jato de água fria acirrou os ânimos quando da campanha prévia para a eleição parlamentar de 4 de dezembro de 2011 para a Duma. Com as reverberações da crise econômica de 2008-2009 ainda sendo sentidas e aumentando o potencial de insatisfação com o governo, a oposição, aproveitando a experiência anterior das Marchas dos Dissidentes, passou a realizar manifestações de rua contra o autoritarismo do governo e especialmente contra a utilização da máquina governamental na campanha eleitoral. Assim, quando saiu o resultado da eleição parlamentar, com o partido governista Rússia Unida recebendo 49% dos votos (ver tabela D2 no apêndice D), explodiu um movimento de grandes manifestações de rua da oposição acusando o governo de fraudes eleitorais em massa e pe-

dindo a anulação do pleito.²⁷ Era a primeira vez no século XXI que manifestações em massa ocorriam na Rússia. Após uma série de pequenos protestos diários seguindo a eleição de 4 de dezembro, em 10 de dezembro foi realizado o chamado protesto da Praça Bolotnaya que atraiu cerca de 50 mil pessoas. Foi o maior protesto da oposição em muito tempo e seria o pico das manifestações de rua naquele ano que continuariam, com nível não tão alto de participação, até a eleição presidencial de 4 de março de 2012. Com a vitória de Putin, recebendo 64% dos votos (ver tabela D1), as manifestações se renovaram.

Este fenômeno da volta das manifestações de rua em massa à Rússia em 2011-2012 merece ser estudado com cuidado, pois trazia elementos novos. Primeiro de tudo, é interessante notar que são manifestações *de rua*. Ou seja, se trata de oposição extraparlamentar. Pelo lado positivo, isso denota uma maior participação da sociedade russa na política. Pelo lado negativo, demonstra também a fraqueza eleitoral da oposição, que não consegue ultrapassar a barreira eleitoral de 7% dos votos para poder eleger deputados na Duma. O único partido da oposição a conseguir isso é o partido comunista (PCFR, ver tabela D1). Já a oposição liberal (partidos do tipo Yabloko) não conseguiu ultrapassar a barreira eleitoral naquela eleição de 2011 e continuou fora do parlamento.

O outro elemento novo é a participação em massa da juventude e a utilização de instrumentos da mídia social (internet) e outros meios não partidários para a convocação e realização das manifestações. Este é um fenômeno

27 Como podemos ver pela tabela D2, quatro partidos conseguiram superar a barreira eleitoral de 7% dos votos para eleger deputado para a Duma: o governista Rússia Unida recebeu 49,3% dos votos, o partido comunista 19,1%, o Rússia Justa 13,2% e o LDPR 11,7% .

mundial dos novos protestos da década, como na Primavera Árabe, protestos na Turquia, Brasil, Espanha e outros países. Relacionado a isso, nos protestos de 2011-2012 entraram em evidência novas lideranças oposicionistas, mais jovens e muitas não ligadas a partidos políticos tradicionais. Como vimos, um dos problemas para que a oposição liberal no país tenha maior receptividade popular é que muitos membros desta oposição liberal dos anos 2000 estiveram no poder no período Yeltsin nos anos 1990 (líderes como Boris Nemtsov e outros). Como a conturbada década de 1990 sob Yeltsin é vista por muitos russos como um período ruim, de crise econômica e confusão, esta percepção respinga nos antigos líderes liberais e cria certa alienação do público. Por isso, nos protestos de 2011-2012 novas lideranças, mais jovens e não ligadas ao sistema político tradicional, foram surgindo. Algumas das figuras mais importantes foram Alexei Navalny (um blogueiro anticorrupção) e Sergei Udaltsov (um esquerdista radical não autoritário, líder do movimento Frente de Esquerda). Navalny, que durante os protestos criou o popular bordão “partido de vigaristas e ladrões” como epíteto para o partido governista Rússia Unida, inclusive concorreria posteriormente a prefeito de Moscou na eleição de 8 de setembro de 2013, ficando em segundo lugar frente ao candidato governista, com 27% dos votos.

Sobre a questão crucial das eleições de 2011-2012 (“Houve ou não fraudes eleitorais em massa?”) nossa opinião é a seguinte. Certamente houve casos de fraude, pois o sistema de eleições na Rússia ainda era baseado no papel (e não puramente eletrônico, como no Brasil) e em todas as eleições desde o fim da União Soviética tradicionalmente há diferentes esquemas para influenciar (ou mesmo mudar) resultados (algo assim como os mecanismos de

“voto de cabresto” ou outros que havia no Brasil o voto era puramente no papel). Entretanto, não acreditamos que as eleições de 2011 tiveram os vencedores que tiveram devido a fraudes. Os resultados das eleições de 2011 e 2012 acompanharam, em linhas gerais, os resultados das pesquisas eleitorais prévias na Rússia, tanto nos institutos de pesquisa de opinião oficiais (como o VTSIOM) quanto nos institutos de pesquisa de opinião que são oposição a Putin (como o Centro Levada). Por exemplo, o instituto de pesquisa de opinião Centro Levada nas vésperas da eleição parlamentar de 2011 e presidencial de 2012 dava a seguinte previsão de resultados: 53,7% para o partido Rússia Unida e 66% para Putin. Na eleição real as votações foram respectivamente (como vimos acima) 49% e 64%, ou seja, abaixo do indicado pelas pesquisas de opinião do próprio instituto de pesquisa opositorista! Em outras palavras, Putin em 2012 e o Rússia Unida na eleição parlamentar de 2011 tiraram o primeiro lugar não devido a fraudes, mas porque realmente foram os mais votados! Dito isto, não se pode menosprezar o problema que o sistema eleitoral russo tem que ser aperfeiçoado para evitar a existência de possibilidade de fraudes (mesmo que ocasionais) e também para evitar a utilização excessiva da máquina governamental na eleição.

Putin na presidência novamente

E, assim, depois de um intervalo (já que a constituição russa impede mais de dois mandatos presidenciais *consecutivos*), Putin é eleito presidente novamente em março de 2012, agora com um mandato de seis anos (até 2018 e reelegível mais uma vez depois). E Dmitry Medve-

dev foi confirmado como seu primeiro-ministro. Houve troca de lugares no tandem.

Este tipo de jogo eleitoral, acrescido das acusações de fraude eleitoral, desagradou a uma parte da população russa, em especial uma parte substancial da juventude de classe média. Muitos continuaram saindo às ruas nas manifestações após a eleição presidencial, apesar do nível de participação já não ser tão alto quanto foi após a eleição parlamentar de dezembro de 2011.

A questão crucial que se colocava era a seguinte. Putin, premido pelas repercussões da crise econômica (mesmo que não tão forte quanto nos países economicamente avançados) e pelo recrudescimento de manifestações oposicionistas, partiria para uma conciliação, uma composição com a oposição ou partiria para um confronto com ela?

Logo após a eleição parlamentar de dezembro de 2011, surpresos com o renascer e com o volume das manifestações de rua, o governo russo tomara algumas medidas que pareciam de conciliação. A principal delas foi a proposta (logo aprovada no parlamento e entrando em vigor em 1 junho) do presidente Dmitry Medvedev em janeiro de 2012 de volta das eleições diretas para governadores regionais. Depois, em 4 de abril (ainda com Medvedev como presidente) entrou em vigor nova lei que facilitava a criação de partidos políticos diminuindo os requisitos necessários para tal (número de membros iniciais, sua distribuição geográfica, etc.). Parecia que o choque das novas manifestações, em um contexto de repercussões ainda da crise econômica de 2008-2009, estava levando o governo russo a tentar aplacar algumas demandas da oposição. Entretanto, tão logo Putin assumiu a presidência em maio ficou claro que ele estava disposto a retomar as rédeas do processo

e confrontar a oposição quando necessário. Isto ficou claro nas prisões que foram efetuadas de manifestantes opositores quando participando de eventos não sancionados pelas autoridades ou realizados em local proibido.²⁸ Pelas leis russas, é assegurado aos cidadãos o direito de se reunir e protestar. Entretanto, protestos de grande escala têm que ser comunicados previamente às autoridades para que sejam realizados em local onde não perturbem a ordem pública (interrompam o trânsito, etc.). Este é um procedimento usado em muitos países. Entretanto, a oposição russa acusava as autoridades locais de nunca aceitarem os locais propostos por eles e tentarem jogar as manifestações para locais mais isolados. Neste empurra-empurra entre governo e oposição em relação aos locais onde se podia ou não realizar os protestos, muitos manifestantes eram presos, especialmente quando tentavam realizar os atos em locais não sancionados. O destino dos membros da banda punk feminista *Pussy Riot* foi exemplar em relação a isso. Em 21 de fevereiro de 2012, mascaradas, realizaram uma *performance*, um show-relâmpago de protesto, em uma das mais tradicionais igrejas de Moscou, a Igreja do Cristo Salvador, cantando, mascaradas, uma música em que misturavam cânticos religiosos com versos de protesto contra Putin, intitulada “Virgem Maria, bane o Putin!”. Três membros da banda foram posteriormente descobertas pela polícia, julgadas e receberam pena de dois anos de prisão por vandalismo motivado por ódio religioso.

Por trás deste “confrontacionismo” de Putin em relação aos protestos de rua está uma discussão que virou simbólica e que divide o país: o papel das chamadas

28 Em 9 de junho de 2014 entrou em vigor a nova lei sobre manifestações políticas que aumentava as multas para os organizadores de protestos que ferissem os regulamentos para tais eventos.

Revoluções Coloridas. Segundo Putin e seus seguidores, as revoluções populares que derrubaram os governos supostamente autoritários de Slobodan Milosevich na Sérvia, de Viktor Yanukovich na Revolução Laranja na Ucrânia em 2004-2005, e substituíram o presidente Shevarnadze por Saakashvili na Revolução Rosa na Geórgia em 2003-2004 foram, na verdade, orquestradas com ajuda de ONGs e governos ocidentais que financiavam grupos e programas para “promoção da democracia”. Em todas estas revoluções coloridas, os antigos governantes foram substituídos por novos líderes mais abertos ao Ocidente. Putin desconfia que os protestos de rua na Rússia em 2011-2012, na verdade, seguiam o mesmo padrão e tinham como objetivo substituir um líder independente na Rússia por um mais favorável aos governos ocidentais. Daí a decisão de Putin de partir para o confronto (e não para uma conciliação) com os movimentos oposicionistas de 2011-2012.²⁹

Neste ponto precisamos abrir um parêntese para entender melhor esta questão do relacionamento de Putin com o Ocidente dentro do contexto ideológico da Rússia.

29 É neste contexto que foi aprovada, em julho de 2012, a controversa Lei do Agente Estrangeiro que obriga todas as organizações na Rússia que sejam financiadas com dinheiro do exterior que se registrem como “agente estrangeiro” (expressão que tinha conotações negativas na época soviética). Foram afetadas não só organizações internacionais como Amnesty International e Transparency International, mas também tradicionais ONGs e organizações russas como GOLOS (monitoradora de eleições), MEMORIAL (organização dedicada à memória dos atentados aos direitos humanos no país) e o Centro Levada (um instituto não governamental de pesquisa de opinião pública).

Ocidentalismo, eslavofilismo e eurasianismo

Uma grande questão identitária divide os russos. Afinal, a Rússia é um país europeu, um país asiático, uma mistura dos dois ou, então, nem um dos dois e sim uma civilização de características únicas, nem europeia nem asiática? A Rússia faz parte do Ocidente ou do oriente?

Sobre esta questão se formaram três campos ideológicos principais na Rússia: os ocidentalistas, os eslavófilos e os eurasianistas. No século XIX surgiu o debate entre ocidentalistas e eslavófilos em cima da herança de Pedro, o Grande. O czar Pedro promoveu reformas modernizantes na Rússia no século XVIII, mas era uma modernização *ocidentalista*: buscava aproximar a Rússia dos padrões da Europa ocidental. Foram reformas radicais, realizadas de cima para baixo, utilizando métodos autoritários. Depois que Pedro morreu, os russos se dividiram entre aqueles que o apoiavam e aqueles que consideravam que ele se afastou das maneiras tradicionais dos russos. No século XIX essas divergências se consolidaram em duas grandes escolas. Os ocidentalistas acreditam que a Rússia é basicamente um país europeu e deve seguir o caminho da modernidade europeia e ocidental. Já os eslavófilos consideram a Rússia uma civilização única, nem europeia nem asiática, com características próprias e que, portanto, deveria seguir um caminho próprio seu, sem tentar se enquadrar em modelos estrangeiros. No século XX, inicialmente entre os emigrados russos da década de 1920, surgiu uma terceira corrente: os eurasianistas. Estes consideram que a força da Rússia vem exatamente do fato de ela ser uma síntese, uma ponte entre Ocidente e Oriente. A força da Rússia proviria, assim, da síntese entre o princípio eslavo europeu e o princípio turco-mongólico asiático (os mongóis dominaram a Rússia entre os séculos XIII e XV).

Enquanto os ocidentalistas querem aproximar a Rússia do Ocidente, adotando suas maneiras, tanto eslavófilos quanto eurasianistas recusam este assimilacionismo pró-ocidental.

É neste debate que se insere Putin. Enquanto Yeltsin era visto como pró-ocidental e em seu governo havia muitos liberais ocidentalistas, Putin foi considerado por muitos observadores ora como eslavófilo, ora como eurasianista. Putin, como pragmático ex-espião do KGB, evita assumir uma posição neste debate já que os próprios russos estão divididos em relação a esta questão e é eleitoralmente melhor evitar alienar diferentes porções do eleitorado. Mas em torno de Putin se trava uma grande batalha entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas para influenciá-lo em uma direção ou outra. Em seu governo se encontram representantes de todas as correntes. Apesar de Putin estar em curso de grande tensão com o Ocidente (especialmente EUA) na segunda década do século XXI, o ocidentalismo ainda faz parte de sua equipe (o próprio Dmitry Medvedev, discutivelmente, pode ser considerado um ocidentalista, assim como grande parte da equipe econômica de Putin em diferentes épocas, como German Gref, Aleksei Kudrin e outros).

Afinal, Putin é um ocidentalista, eslavófilo ou eurasianista? Esta é uma questão extremamente complexa e não será tratada neste livro, que é basicamente de divulgação para o grande público. Mas podemos adiantar algumas conclusões de um livro de pesquisa histórica de fôlego (“Europa ou Ásia? A Identidade Russa nos Debates entre Ocidentalistas, Eslavófilos e Eurasianistas”) em que estamos a trabalhar sobre os debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas na Rússia. Defenderemos que Putin é um ocidentalista moderado (ao contrário de Yeltsin, que

era mais abertamente pró-ocidental). Para aqueles que se interessarem em por que chegamos a esta conclusão (controversa, pois vários observadores consideram Putin antiocidental) recomendamos a leitura do futuro livro.

Alguém poderia imediatamente clamar: “Mas como Putin pode ser ocidentalista se ele atualmente se confronta tão abertamente com os EUA e países ocidentais?”. Em resposta podemos dizer o seguinte. Reparem que a maioria dos embates de Putin é contra os EUA principalmente. Assim como o fato de que o presidente Charles de Gaulle da França frequentemente se confrontava os EUA não fazia dele uma pessoa antiocidental, o fato de Putin, ao ser tão assertivo no que considera os interesses da Rússia, se bater frequentemente com os EUA não significa que ele seja *a priori* antiocidental. Putin é o que em russo se chama *gosudarstvennik*, ou seja, um defensor dos interesses do estado. Quando considera que os interesses estatais russos estão sendo atacados (revoluções coloridas, expansão da OTAN, escudo antimíssil na Polônia e Tchecoslováquia), ele é assertivo contra as potências estrangeiras, no caso os EUA. Mas isso não significa que ele seja antiocidental *a priori*.

Para melhor entendimento deste posicionamento de Putin nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasiologista, recomendo a leitura do futuro livro (*Europa ou Ásia?...*).

Por outro lado...

Por outro lado, alguém poderia retrucar que Putin, em sua atitude de confrontação com a oposição, está meramente defendendo seu poder e utilizando o autoritarismo para isso.

Esta visão também tem força e evidências podem ser encontradas neste sentido. Afinal, todos os políticos tentam maximizar e alongar seu poder...

Provavelmente a verdade (em relação à posição de Putin frente aos opositores internos e o Ocidente) seja complexa e uma mistura das duas explicações acima.

Provavelmente Putin representa um projeto de país que passa não necessariamente por uma ditadura, mas também não por uma democracia liberal. Uma democracia não liberal parece ser o destino final desta jornada. De novo o conceito de *democracia dirigida*, já mencionado anteriormente, nos vem à mente...

Eventos da terceira presidência de Putin (2012-2017)

Em 22 de agosto de 2012 a Rússia finalmente tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio, coisa que ela vinha tentando desde 1993. As dificuldades para entrar se deveram não apenas a questões econômicas (adaptar a antiga economia soviética aos padrões de economia de mercado e retirar medidas protecionistas ainda vigentes), mas também políticas (outros países-membros, como EUA e Geórgia, que tinham discordâncias com a Rússia, procrastinavam dar seu aval a este ingresso na organização).

2013 seria um marco na história da Rússia pós-soviética. Pela primeira vez desde o final da URSS, no país ocorreu aumento populacional. Desde 1991 a cada ano a população do país diminuía. Infelizmente, isto não se devia apenas a um controle populacional com as pessoas tendo menos filhos e sim que ocorreu também aumento da mortalidade. Os anos de depressão econômica que se sucede-

ram ao fim da URSS atacaram o nível de saúde da população, reforçaram problemas como alcoolismo, depressão, suicídio. O incremento populacional em 2013 pode ser o augúrio de uma nova época menos sofrida.

No início de junho de 2013 o jornal inglês Guardian começou a publicar uma série de reportagens com as revelações de Edward Snowden, um técnico em computação que trabalhava como contratado para a National Security Agency (NSA) dos Estados Unidos. Nelas, Snowden descrevia a gigantesca rede de espionagem de metadados da internet mundial realizada pelas agências de segurança dos EUA. Perseguido em sua pátria, Snowden fugiu, primeiro para Hong-Kong e depois para a Rússia onde chegou em 23 de junho e conseguiu asilo de caráter temporário (inicialmente por um ano).

Os anos de 2012 e 2013 foram marcados também pela adoção de leis formalmente para defesa dos direitos das crianças, mas que tinham repercussões controversas em relação aos direitos humanos em geral. A primeira foi em 1 de setembro de 2012 quando entrou em vigor a lei “Sobre a Defesa das Crianças de Informações que Tragam Prejuízo à Sua Saúde e Desenvolvimento” que regulava o tipo de informação que pode estar disponível às crianças (ex. no horário delas na televisão) e proibia certos tipos de informação como instruções de como cometer suicídio, como tomar drogas ilícitas, jogar jogos de azar, etc. A preocupação dos defensores de direitos humanos aumentou quando, como complemento desta lei, em 1 de novembro começou a funcionar a popularmente chamada “Lista Negra” de sites de internet, ou seja, uma lista de sites que supostamente disseminavam informação nociva às crianças, como pornografia infantil e propaganda de drogas. (casos esdrúxulos aconteceram como o fato de que o verbete

“Canabis” da Wikipédia russa teve que ser reescrito para se conformar com a lei).

A preocupação dos defensores de direitos humanos aumentou mais ainda em junho de 2013 quando foi aprovada a lei que proíbe a propaganda do homossexualismo para as crianças. Esta lei foi considerada discriminatória não apenas por teoricamente colocar o homossexualismo como algo danoso para menores de idade, mas também pelo receio que, a pretexto de se evitar a propaganda gay para crianças, também se utilizasse a lei para discriminar contra os gays adultos.

Após quase dois anos de um confronto sério com a oposição, em dezembro de 2013 Putin fez um gesto magnânimo em relação a muitos de seus adversários políticos. Por ocasião do vigésimo aniversário da constituição russa de 1993, Putin propôs (e a Duma encampou) uma grande anistia a condenados por crimes não letais. Nesta anistia dezenas de pessoas foram libertadas da prisão ou de enquadramento legal, entre as quais muitos dos manifestantes presos nas manifestações de rua. Através de perdão presidencial por motivos humanitários, Putin libertou também Mikhail Khodorkovsky, que estava preso desde 2003.

Os adversários de Putin acusaram-no de fazer jogo de cena para se mostrar “magnânimo” em relação aos adversários. De qualquer jeito, a anistia foi uma jogada política inteligente ao libertar (ou eximir de processo legal) muitas pessoas comuns que acabaram presas ou processadas por terem meramente participado em manifestações não sancionadas. O fato de elas serem contadas, após certo ponto, às dezenas era um embaraço ao governo. A anistia foi uma maneira de resolver este problema.

Em 7-23 de fevereiro de 2014 foram realizados os jogos olímpicos de inverno em Sochi, na Rússia. Estes

grandiosos jogos olímpicos foram vistos algo como os jogos olímpicos de verão em Beijing em 2008. Assim como os jogos de Beijing foram uma maneira de a China projetar seu novo poder no mundo, as olimpíadas de Sochi deveriam servir como um cartão de visita da nova Rússia, agora recuperada do caos econômico que se seguiu ao fim da URSS nos anos 1990. Os jogos foram muito controversos, especialmente em relação aos seus custos e às acusações de corrupção envolvidas. A Rússia gastou um total de cerca de cerca de 50 bilhões de dólares na Olimpíada (estourando em muito o orçamento inicial que era de 12 bilhões), o que foi um recorde histórico, maior mesmo que os 44 bilhões da Olimpíada de verão de Beijing em 2008. A cobertura negativa da mídia ocidental em relação aos problemas extradesportivos (custos e corrupção, possível discriminação contra atletas estrangeiros gays a partir da nova legislação antigay, acusações contra o autoritarismo de Putin) por um lado pode ter contrabalançado o sucesso no plano meramente esportivo do outro (inclusive com a Rússia sendo o país com o maior número de medalhas).

Mas o maior acontecimento do final de 2013 e início de 2014 foi mesmo a crise na Ucrânia. Antes de entrarmos nos detalhes deste conflito do século XXI, devemos mencionar alguns fatos históricos importantes para entender por que o que ocorre na Ucrânia é tão importante para a Rússia e por que há uma relação de amor e ódio, atração e repulsão, entre os habitantes dos dois países.

O primeiro fato histórico importante, e determinante para compreender muitos dos acontecimentos naquela região, é que russos, ucranianos e bielorrussos (as três nacionalidades eslavas da antiga URSS) originalmente eram um povo só. Isso foi no tempo do chamado Estado Kievano (ou Rus') nos séculos IX ao XII. Era uma confede-

ração de cidades-estado com vassalagem ao grão-príncipe de Kiev. Ou seja, a origem da civilização russa não está no território russo atual e sim no território da Ucrânia atual em torno da região da sua capital Kiev. A diferenciação em russos, ucranianos e bielorrussos só ocorreu no período seguinte que foi o da dominação de dois séculos dos mongóis sobre a região (sécs. XIII-XV). Terminado o domínio mongol, os destinos dos povos foram bem diferentes. Os príncipes de Moscou haviam expulsado os mongóis e a Rússia formou o poderoso e expansivo império czarista. Já a atual Ucrânia foi retalhada em diversas épocas com partes de seus territórios pertencendo flutuamente aos impérios austríaco, russo e otomano. A Ucrânia só seria estavelmente reunificada sob a União Soviética, quando virou uma de suas quinze repúblicas constitutivas. Após a desintegração da URSS em 1991, a Ucrânia se tornou um país independente.

Durante os períodos czarista e soviético um grande contingente de russos étnicos passou a viver na Ucrânia. Como resultado, ao adentrarmos 2014, os ucranianos étnicos constituíam aproximadamente 78% da população e os russos étnicos, segunda nacionalidade mais numerosa, 17%. Entretanto, a situação é mais complicada que os números nos mostram para entender a situação conflituosa que se estabeleceu em 2014. Primeiro de tudo, esta distribuição demográfica não é homogênea por todo o país. Os ucranianos étnicos, grosso modo, se concentram mais na parte oeste do país e os russos étnicos na parte leste. Ou seja, na parte leste há regiões onde os russos formam a maioria da população. Em segundo lugar, há muitos casamentos mistos interétnicos, pessoas de diferentes nacionalidades que falam russo em casa por ser uma espécie de *língua franca* no espaço da antiga URSS, etc. O terceiro ponto se relaciona a um detalhe técnico importante a que

já nos referimos quando escrevemos sobre os conflitos étnicos na antiga URSS. Neste parágrafo estamos usando a palavra “étnico” para descrever as populações, pois esta é a palavra usada em português, no Brasil. Mas, como vimos anteriormente, nos países eslavos a nacionalidade de uma pessoa é determinada não pelo *jus soli* (“direito do solo”, ou pelo local de nascimento, como no Brasil e países ocidentais em geral), mas sim pelo princípio jurídico do *jus sanguinis* (“direito do sangue”, pelo qual a nacionalidade de uma pessoa nada tem a ver com o local de nascimento e é determinada pela nacionalidade do pai e/ou da mãe). No Brasil usamos a palavra “etnia” para sermos compreendidos, mas na Rússia e Ucrânia estes povos constituem *nacionalidades* (nações) diferentes dentro de um mesmo estado (um estado multinacional, ao contrário do chamado estado-nação, como no Brasil). Ou seja, são nacionalidades diferentes que se julgam no direito de viver com sua cultura e língua próprias dentro de um mesmo país dos quais todos são igualmente cidadãos (todos são cidadãos da Ucrânia, apesar de terem nacionalidades diferentes).

A relação com a Rússia é um ponto controverso no país. Os cidadãos ucranianos de nacionalidade russa, em geral, querem continuar os laços tradicionais da Ucrânia com a Rússia. Já entre os cidadãos ucranianos de nacionalidade ucraniana vem crescendo ao longo do período pós-soviético a opção por se afastar do “grande irmão” russo e se aproximar da Europa ocidental e da União Europeia. Essa divisão levou a vários episódios contenciosos. Em 2004-2005 houve a chamada Revolução Laranja com manifestações populares de massa que acusavam o vitorioso candidato pró-russo Viktor Yanukovitch de ter fraudado a eleição presidencial de 21 de novembro de 2004, com o resultado que o segundo turno da eleição foi anulado pela

Suprema Corte. No novo segundo turno, o candidato pró-Ocidente Viktor Yushchenko venceu. Entretanto, seu governo foi impopular e Viktor Yanukovich ganhou a próxima eleição presidencial em fevereiro de 2010. Ao seguir uma política de reaproximar a Ucrânia da Rússia, Yanukovich dividiu o país. O ápice foi em novembro de 2013 quando Yanukovich suspendeu as preparações para assinar um Acordo de Associação e um Acordo de Livre Comércio com a União Europeia. Isso levou a detonação de protestos em Kiev na noite do dia 21 de novembro. Esta foi a origem de uma série de continuados protestos em diversas cidades do país que duraram meses. Em Kiev foi instalado na zona central um acampamento permanente dos manifestantes. A situação se polarizou na virada de 2013 para 2014 com a ocorrência de feridos e mortos nos conflitos entre polícia e oposição. Yanukovich ficava cada vez mais isolado: acusado de autoritário e de usar a força para manter sua atitude anti-União Europeia pelos opositoristas, desagradava também aos que tinham atitude pró-Rússia por sua “fraqueza” e incapacidade de conter os protestos que estavam paralisando o país. Finalmente, em 21 de fevereiro, após episódios especialmente sangrentos nos conflitos de polícia e manifestantes, o parlamento se reuniu e declarou a presidência vaga, marcando a data de 25 de maio para a nova eleição presidencial. Yanukovich não aceitou a decisão dizendo que ele só poderia ser deposto pelo processo de impeachment prescrito pela constituição e que envolvia todo um processo de investigação com direito à defesa a ser referendada pela Suprema Corte. A esta altura, Yanukovich estava tão isolado (alguns deputados de seu próprio partido votaram contra ele) que teve que fugir para a Rússia, temendo pela sua segurança (mas insistindo que ainda era o presidente legítimo da Ucrânia).

Os acontecimentos subsequentes foram de tirar o fôlego. Diferentes regiões de maioria russa não aceitaram o novo governo provisório como legítimo e declararam sua independência. A principal delas era a Crimeia. Península habitada majoritariamente por russos, que desde o período czarista e durante o soviético fizera parte da Rússia até 1954 (quando o líder soviético Nikita Khrushchev, com um decreto, a transferira para a Ucrânia), a Crimeia (através da liderança separatista que ali emergiu) solicitou à Putin sua reincorporação à Rússia, no que foi atendida. Em 18 de março foi assinado entre a Rússia e o governo separatista da Crimeia o tratado de incorporação da península à Rússia. Esta incorporação *de facto* não foi reconhecida internacionalmente.

A percepção de que a Crimeia era parte histórica da Rússia facilitou sua reincorporação ao país. Situação mais complexa foi a das outras duas regiões separatistas: Lugansk e Donetsk. Também de maioria russa, entretanto, historicamente foram partes constituintes da Ucrânia e o governo russo declarou que não tinha intenção de anexar as regiões ucranianas de maioria populacional russa; entretanto, exigia que uma situação fosse encontrada para que os direitos de suas populações fossem respeitados frente ao contexto de um governo que, segundo os russos, não chegara ao poder legitimamente. Essa posição dúbia levou a uma verdadeira guerra civil na Ucrânia nos próximos meses. As separatistas autoproclamadas “República Popular de Donetsk” e a “República Popular de Lugansk” iniciaram uma guerra civil contra o novo governo central em Kiev.

Infelizmente no século XXI parece estar se repetindo o padrão histórico da Ucrânia de estar dilacerada entre forças vindas do oeste e vindas do leste (tanto internamente quanto externamente).

8. Palavras Finais

A Rússia, no final do século XX, passou por dois grandes momentos históricos de significado mundial. Depois de ter sido, no início do século, o primeiro país do globo a fazer a passagem do capitalismo ao socialismo, ao seu término trilhou o caminho inverso, voltando do socialismo ao capitalismo. Segundo historiadores como Eric Hobsbawm, foi este “pêndulo” da existência da URSS que balizou o “breve” século XX como um todo. E depois, nesta transição para o século XXI, testemunhamos um renascer da águia russa como grande potência sob a batuta de Vladimir Putin. Estes dois processos foram os *Leitmotive* deste livro a partir dos olhares de seus principais protagonistas.

Sobre o primeiro processo (o fim da União Soviética) mil controvérsias são levantadas. Diferentes teorias foram avançadas para tentar explicar como a URSS, depois de ter realizado a mais difícil tarefa, que era a de construir uma inédita economia planificada, perdeu fôlego e acabou se desintegrando. Autores neoliberais dizem que a economia soviética estava condenada desde seu início, já que sem mecanismos de mercado, sem obedecer às leis da oferta e procura, ela era ingovernável e repleta de desperdício, incapaz de ser sustentada no longo prazo. Outros autores, incluindo marxistas críticos, apontam para o fato de que o regime soviético não superou a alienação capitalista (lá o trabalhador seria tão alienado do fruto do seu trabalho frente ao Estado quanto o trabalhador dos países capitalistas frente a seus patrões privados) e, assim, perdeu o apoio popular e o élan que a ideia do socialismo *a priori* proporcionava. Diversas hipóteses relacionadas à economia foram levantadas (a corrida dos gastos milita-

res, principalmente durante o período do projeto da *Guerra das Estrelas* sob Reagan, teria “quebrado” a economia soviética; a URSS teria ficado defasada na época da Revolução da Informação, etc.). Provavelmente uma possível futura explanação abrangente do enigma envolverá vários desses aspectos apontados, exceto a primeira explicação, em minha opinião. Excetuo a explicação (*à la* Hayek) de que a economia soviética estava condenada por ser planejada e não de mercado porque a URSS teve altas taxas de crescimento econômico por muitas décadas. A economia socialista (planejada) provou ser factível. Este talvez tenha sido um dos maiores resultados do experimento soviético já que antes dele o socialismo era apenas um ideal utópico e não se poderia ter certeza que seria alcançável na prática. Os problemas de desaceleração econômica que a União Soviética teve nos anos 1970 e 1980 (todos os países do mundo, incluindo os capitalistas, tiveram desaceleração econômica neste período de crise global!) foram resultados da conjuntura específica daquelas décadas e não um “pecado original” de nascença da pátria de Gorbachev. Por isso em *De Gorbachev a Putin* citamos também nossa tese de doutorado (publicada como livro pela editora Prismas sob o título *O Declínio da União Soviética: um estudo das causas*) em que mostrávamos como o regime soviético teve dificuldade de se adaptar aos novos padrões dos paradigmas de especialização flexível que passaram a dominar a economia mundial naquelas décadas.³⁰

30 Tanto não é um problema de economias socialistas ou países comunistas serem “factíveis” que atualmente testemunhamos a irônica situação de ver que a economia mais dinâmica do mundo (e que provavelmente vai se tornar a maior do globo em breve) é de um país comunista! O caso da China é interessante como história contrafactual para mostrar que reformar as antigas economias socialistas (sem deixar de ser um país “comunista”, como fez a Rússia) é possível. Para

Em relação ao segundo grande processo descrito neste livro (o renascer da Rússia na qualidade de potência neste século XXI), como ele está ainda ocorrendo sob nossos olhos fica difícil tirar conclusões definitivas destes eventos inconclusos. Ele é um *work in progress*. Puxados pelo prisma estimulado pelo título deste livro, uma primeira coisa que salta aos olhos é como a figura de Vladimir Putin protagoniza este processo. Putin se tornou uma figura controversa. Criticado fortemente por grande parte do *establishment* ocidental e por liberais russos, é visto positivamente por grande parte da população russa, principalmente devido ao sentido de ordem, econômica e política, que imprimiu ao país em contraste aos conturbados anos 1990. Putin: anjo ou demônio? É nestes termos maximalistas, antagônicos e excludentes que frequentemente a questão é colocada. Talvez só com o passar de décadas possamos olhar para trás e vermos com mais isenção e menos paixão a real dimensão do homem neste processo. O mesmo se aplica a Gorbachev e Yeltsin.

Como sugestões para ajudar neste processo de uma futura melhor compreensão do que a Rússia passa hoje em relação a Putin podemos avançar algumas observações.

A primeira, e mais óbvia de todas, é que o “verdadeiro” Putin provavelmente não é nem anjo nem demônio. Como todos os seres humanos é algo intermediário. E, para melhor entender tal figura complexa, gostaríamos de chamar a atenção para alguns pontos a partir de comentários feitos neste livro.

um melhor entendimento das complexidades históricas da China, recomendo meu livro *Ásia e Europa em Comparação Histórica: o debate entre eurocentrismo e asiocentrismo na história econômica comparada de Ásia e Europa* (editora Prismas).

Primeiramente, governos e mídia ocidentais costumam descrever Putin como um político basicamente antiocidental. Já mencionamos anteriormente que, ao contrário de muitos autores, dentro do espectro dos debates na Rússia entre ocidentalistas (os pró-Occidente), eslavófilos e eurasianistas (estes dois últimos grupos frequentemente antiocidentais), não consideramos que Putin seja eslavófilo ou eurasianista, mas sim um ocidentalista *moderado*. Seus choques com governos ocidentais (principalmente EUA) se devem mais a outros aspectos de sua personalidade ideológica (é um pragmático ex-espião do KGB *gosudarstvennik* e, por isso, defende os interesses estatais russos contra potências estrangeiras) do que a um antiocidentalismo *a priori*. Estas constatações não são um mero preciosismo intelectual, mas têm conseqüências políticas práticas. Se estivermos certos, esta atitude confrontante do Ocidente para com Putin é contraproducente. Ao contrário, para se obter cooperação dele deve-se tentar cooptá-lo, atraí-lo, e não confrontá-lo (principalmente com “agendas escondidas”), pois isso pode levá-lo (como parece já estar ocorrendo) aos braços dos eslavófilos e eurasianistas, estes sim antiocidentais (como vimos anteriormente, Putin equilibra em seu entourage diversas forças e membros das três correntes estão lá representados).

Outra questão a ser analisada é: a Rússia deixou de ser uma democracia sob Putin? A organização Freedom House desde 2004 passou a classificar a Rússia como um país não livre. Em nossa visão, a Rússia de Putin não é uma ditadura: lá há eleições periódicas, partidos, mídia e atividades de oposição. É uma democracia ainda jovem, não consolidada, uma democracia não liberal, com muitos problemas. Existem riscos para esta democracia. Mas não é simplesmente “demonizando” o país ou seu líder que

avanços democráticos poderão ser obtidos: ao contrário, poderão alienar ainda mais Putin e seus seguidores e jogá-los, aí sim, nos braços de forças realmente fascistas.

Ou seja, neste jogo de Putin X Ocidente não há “mocinhos versus bandidos”. Como a experiência histórica da América Latina mostrou, a política dos Estados Unidos frequentemente, sob o manto de “promover democracia”, incentiva, na verdade, governos pró-EUA (se puder pela democracia melhor, senão pela ditadura mesmo, como no caso do Brasil de 1964). Assim, o receio de Putin da promoção de uma “Revolução Colorida” na Rússia (pela qual um governante russo assertivo seria substituído por outro mais alinhado com o Ocidente) não é descabido. Por outro lado, as críticas ocidentais às “tentações antidemocráticas” na Rússia não são apenas propaganda e focam em um fundo real de diversos mecanismos adotados no país que contêm potencial autoritário. Cabe ao povo russo encontrar o seu melhor caminho para a democracia, sabendo reconhecer os diferentes “cantos de sereia”, sejam eles vindos do exterior ou dos governantes e elites nativas do momento.

Apêndice A: As Instâncias do Poder na URSS da Perestroika

Apesar de a constituição soviética de 1977, em seu artigo 108, afirmar que “o principal órgão de poder estatal na URSS é o Soviete Supremo”, a maioria dos observadores concorda que o verdadeiro *locus* do poder real era o *Politburo* do partido comunista (PCUS). Como era possível esta discrepância? É o que veremos a seguir, descrevendo o funcionamento destas instituições, tomando o ano de 1985, no início da *perestroika*, como exemplo.

Eleito por voto universal e secreto de cidadãos soviéticos maiores de idade (artigo 95 da constituição), ao contrário da maioria dos parlamentos ocidentais, o Soviete Supremo (aproximadamente 1500 deputados não profissionais, que continuavam exercendo suas profissões) não mantinha sessões permanentes.³¹ Ele reunia-se duas vezes por ano, por alguns dias, para votar as leis mais importantes. O Soviete Supremo elegia um *presidium*, de aproximadamente 40 membros, que funcionava permanentemente no período em que o Soviete Supremo não estivesse em sessão. O *presidium* podia promulgar autonomamente certos tipos de decretos (*ukazy*), apesar destes *ukazy* terem que ser posteriormente confirmados nas sessões regulares do Soviete Supremo.³²

31 O Soviete Supremo era dividido em duas câmaras de iguais poderes e número de deputados: o Soviete da União (eleito na base de um cidadão/um voto) e o Soviete das Nacionalidades (formado na base da representação étnica: 32 representantes para cada uma das 15 repúblicas da União, 11 de cada república autônoma, 5 de cada região [*oblast'*] autônoma e um de cada área [*okrug*] nacional).

32 A descrição acima do Soviete Supremo era válida para o período até 1988. Com a promulgação de uma nova lei eleitoral, o “parlamento”

Esta tendência das grandes instâncias soviéticas (formalmente decisórias) terem *presidium* (ou algo parecido), composto por uma minoria eleita que pode agir em nome da maioria enquanto esta não está reunida, é uma das explicações de como o poder na URSS podia ser exercido por certas elites partidárias, a despeito das diversas disposições constitucionais de caráter mais democrático. Assim, dentro do próprio PCUS, o Comitê Central (307 membros votantes em 1986), eleito nos congressos partidários (e reunindo-se, em geral, 2 vezes por ano), tinha também o seu “núcleo” de atuação permanente, o *Politburo* (cerca de 14 membros votantes), que representava o verdadeiro *locus* do poder máximo na União Soviética. Isto apesar de, segundo os estatutos do partido, o *Politburo* estar eleito pelo, e sob controle do, Comitê Central, assim como este tem a mesma relação com o Congresso do partido (teoricamente a instância máxima do PCUS).

Assim, o *Politburo*, não apenas “controlava” o PCUS como também o Soviete Supremo (poder legislativo) e o Conselho de Ministros (poder executivo). Este controle era realizado através do sistema de *nomenklatura* e dos *interlocked directorates* (“diretórios interligados”). Pelo primeiro, a nomeação de qualquer comunista para um posto de responsabilidade, mesmo fora do partido (executivo, legislativo, judiciário, nas empresas, etc.) tinha que ser previamente discutida e *aprovada* pelas instâncias *partidárias*

soviético passou a ser constituído de forma diferente. Em 1989, os cidadãos elegeram diretamente um *Congresso de Deputados do Povo* de 2.250 membros que se reuniram anualmente por breve tempo determinado para debater e votar as leis mais estratégicas do país. Estes 2.250 deputados elegeriam, entre si, um número menor deles para compor um corpo permanente de atuação, seu *Soviete Supremo*, que continuaria, como antes, dividido em *Soviete da União* e *Soviete das Nacionalidades*.

correspondentes imediatamente superiores a este posto. O sistema de “diretórios interligados”, em que os membros do governo, via de regra, eram simultaneamente membros do partido, também fazia com que o partido pudesse controlar as ações do governo, já que, pelos princípios do *centralismo democrático*, todo membro do partido tinha que obedecer às decisões tomadas nele. Assim, por exemplo, no *Politburo* de Gorbachev tinham assento, não apenas o primeiro-ministro N. Ryzhkov, como também o ministro de Assuntos Estrangeiros E. Shervarnadze e outros ministros. Muitas decisões estratégicas tomadas pelo governo (Conselho de Ministros), na verdade, já tinham sido decididas previamente nas reuniões do *Politburo*.

O artigo 6 da constituição de 1977 legalizava esta preponderância do partido sobre o governo e a sociedade ao afirmar: “O Partido Comunista da União Soviética é a força líder que lidera e guia a sociedade soviética, constituindo-se no núcleo de seu sistema político e das organizações estatais e sociais. O PCUS existe para o povo e serve ao povo.”

Apêndice B: Tabela de crescimento econômico e inflação

Tabela B1. Percentagens anuais de crescimento da economia e da inflação ao consumidor na URSS/Rússia (até 1991, Produto Material Líquido e inflação da URSS; após 1991, Produto Interno Bruto e inflação da Rússia)

ano	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
cr.	1,6	2,3	1,6	4,4	2,5	-4,0	-9,0	-14,5	-8,7	-12,6	-4,1	-3,6	1,4	-5,3	6,4
infl.					2,0	14,0	150	2580	840	214,8	131,6	21,8	11,0	84,4	36,6
ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
cr.	10,0	5,1	4,7	7,3	7,2	6,4	8,2	8,5	5,2	-7,8	4,5	4,3	3,4	1,3	
infl.	20,1	18,6	15,0	12,0	11,7	10,9	9,0	11,9	13,3	8,8	8,8	6,1	6,5	6,5	

Fontes: NARKHOZ SSSR, GOSKOMSTAT, ROSSSTAT, World Bank e Economist Intelligence Unit Country Report, diferentes anos.

Apêndice C: o sistema eleitoral da Federação Russa

A constituição de 1993 criou o parlamento russo (nome oficial: *Assembleia Federal*) dividido em duas câmaras. A câmara baixa é a *Duma Estatal*. A câmara alta é o *Conselho da Federação*. Cada uma das 83 divisões territoriais administrativas da Rússia envia dois senadores para o Conselho da Federação: um é escolhido pelo poder legislativo local e outro nomeado pelo poder executivo local. A Duma é eleita por voto popular. De 1993 a 2005 a votação para a Duma era feita pelo sistema misto (o que, no Brasil, se chama de *voto distrital misto*): metade das cadeiras da Duma era preenchida pelo sistema proporcional de lista fechada e metade pelo voto distrital uninominal. Na prática, o eleitor russo dava dois votos: em um ele votava em um partido (para a metade proporcional de lista fechada); no outro ele votava em um candidato individual do distrito eleitoral. Na metade eleita pelo voto distrital eram aceitas também candidaturas independentes, isto é, apatidárias. Em abril de 2005 o sistema eleitoral foi mudado para puramente proporcional com lista fechada. Ou seja, a partir daí o eleitor russo votava apenas em um partido e as vagas são preenchidas na ordem em que os candidatos estão dispostos nas listas partidárias. Foi mudada também a cláusula de barreira (percentagem mínima) para um partido eleger deputado: era de 5% e passou a ser 7% (somente em alguns poucos casos excepcionais previstos em lei, partidos com menos de 7% dos votos válidos podem ter cadeira na Duma).

O presidente russo é eleito por voto universal. Pode ser reeleito, mas não para mais de dois mandatos *consecutivos*. Inicialmente o mandato do presidente e dos

parlamentares da Duma era de quatro anos. Entretanto, em dezembro de 2008, a legislação foi mudada e o mandato dos futuros presidentes eleitos passou a ser de seis anos e o dos parlamentares da Duma de cinco anos.

Outra grande mudança ocorreu em setembro de 2004, na esteira do choque do atentado terrorista em Beslan. Até ali os governadores regionais eram eleitos pelas populações locais. A partir daquela data os governadores regionais passariam a ser nomeados pelo presidente federal (sua indicação tinha que ter aprovação da legislatura local para ser válida). Isso valeu até o presidente Dmitry Medvedev propor (e ter aprovada) a volta das eleições diretas para governador em 2012 (apesar de manter uma série de condições restritivas que, na prática, deixam ainda frestas para que o presidente federal possa, em certas condições, “demitir” um governador eleito). Em 2 de abril de 2013 o novo presidente Putin conseguiu a flexibilização da legislação, facultando à cada legislatura regional o poder de mudar da eleição direta do governador da dada região para o sistema de nomeação do governador pelo presidente federal.

Apêndice D: Resultados de Eleições na Federação Russa

Tabela D1: Resultados das eleições presidenciais na Rússia (percentagem de votos dos candidatos):

	1996 primeiro turno	1996 segundo turno	2000 primeiro turno	2004 primeiro turno	2008 primeiro turno	2012 primeiro turno
1º lugar	Boris Yeltsin 35,28%	Boris Yeltsin 53,82%	Vladimir Putin 52,94%	Vladimir Putin 71,31%	Dmitrii Medvedev 70,28%	Vladimir Putin 63,60%
2º lugar	Gennadii Zyuganov 32,03%	Gennadii Zyuganov 40,31%	Gennadii Zyuganov 29,21%	Nikolai Kharitonov 13,69%	Gennadii Zyuganov 17,72%	Gennadii Zyuganov 17,18%
3º lugar	Aleksandr Lebed 14,52%		Grigorii Yavlinskii 5,80%	Sergei Glaz'ev 4,10%	Vladimir Zhirinovskii 9,35%	Mikhail Prokhorov 7,98%
4º lugar	Grigorii Yavlinskii 7,34%		Aman Tuleyev 3,84%	Irina Khakamada 3,84%	Andrei Bogdanov 1,35%	Vladimir Zhirinovskii 6,22%
5º lugar	Vladimir Zhirinovskii 5,70%		Vladimir Zhirinovskii 2,70%	Oleg Malyshkin 2,02%		Sergei Mironov 3,85%
6º lugar	Sviatoslav Fyodorov 0,92%		Konstantin Titov 1,47%	Sergei Mironov 0,75%		
7º lugar	Sergei Gorbachev 0,51%		Ella Panfilova 1,01%			
8º lugar	Martin Shakkum 0,37%		Stanislav Govorukhin 0,44%			
9º lugar	Yurii Vlasov 0,20%		Yurii Skuratov 0,43%			
10º lugar	Vladimir Bryntsalov 0,16%		Aleksei Podberezkin 0,13%			
11º lugar			Umar Dzhabrailov 0,10%			

Fonte: Tsentral'naya Izbiratel'naya Komissiya [Comissão Eleitoral Central] <www.cikrf.ru>

Tabela D2: Partidos mais votados nas eleições para a Duma em 1993, 1995, 1999, 2003, 2007 e 2011 (percentagem arredondada de votos recebidos pelas listas partidárias dos partidos que superaram a barreira eleitoral mínima para ingresso no parlamento):

	1993	1995	1999	2003	2007	2011
1º lugar	Partido Democrático Liberal da Rússia 22,9%	Partido Comunista Da Federação Russa 22,3%	Partido Comunista Da Federação Russa 24,3%	Rússia Unida 37,6%	Rússia Unida 64,1%	Rússia Unida 49,3%
2º lugar	Escolha da Rússia 15,5%	Partido Democrático Liberal da Rússia 11,2%	Unidade 23,3%	Partido Comunista Da Federação Russa 12,6%	Partido Comunista Da Federação Russa 11,6%	Partido Comunista Da Federação Russa 19,1%
3º lugar	Partido Comunista Da Federação Russa 12,4%	Nossa Casa é a Rússia 11,1%	Pátria: Toda a Rússia 13,3%	Partido Democrático Liberal da Rússia 11,4%	Partido Democrático Liberal da Rússia 8,2%	Rússia Justa 13,2%
4º lugar	Mulheres da Rússia 8,1%	Yabloko 6,9%	União das Forças Direitas 8,5%	Pátria 9,0%	Rússia Justa 7,8%	Partido Democrático Liberal da Rússia 11,7%
5º lugar	Partido Agrário 8,0%		Bloco de Zhirinovskii 6,0%			
6º lugar	Bloco de Yavlinskii-Boldyrev-Lukin 7,9%		Yabloko 5,9%			
7º lugar	Partido de Unidade e Concórdia 6,8%					
8º lugar	Partido Democrático da Rússia 5,5%					

Nota: Os dados acima se referem à votação proporcional em partidos (listas partidárias fechadas) que a partir das eleições parlamentares federais de 2007 é o modo como são preenchidas todas as vagas da Duma. Até a eleição parlamentar de 2003, cada cidadão russo emitia dois votos, um em partido e outro em candidato individual. Ou seja, das 450 vagas da Duma, metade era eleita por voto proporcional em partido (lista partidária) e metade por voto distrital uninominal em candidaturas individuais (apoiadas por partidos ou não). Até então, para que um partido pudesse ter representação *por lista partidária* era necessário que superasse uma barreira mínima de 5% dos votos naquela categoria. Nas eleições parlamentares federais após 2003, esta eleição por voto distrital misto foi substituída por uma eleição puramente proporcional em listas partidárias fechadas (o voto distrital uninominal em candidatos individuais deixou de existir), com a barreira eleitoral mínima sendo elevada para 7%. Para ver o total de votos dos candidatos de cada partido nas eleições até 2003 (somando-se os votos pelas listas

partidárias mais os eleitos pelo voto distrital uninominal) ver a tabela D3.
Fonte: Tsentral'naya Izbiratel'naya Komissiya [Comissão
Eleitoral Central] <www.cikrf.ru>

Tabela D3: Composição partidária das Dumas eleitas em 12 dez. 1993, 17 dez.1995, 19 dez. 1999 e 7 dez. 2003 (percentagem de cadeiras totais de cada partido, somando-se os eleitos pelas listas partidárias com os eleitos pelo voto distrital).

	1993	1995	1999	2003
1º lugar	Escolha da Rússia 17,8%	Partido Comunista da Federação Russa 34,9%	Partido Comunista da Federação Russa 25,4%	Rússia Unida 49,7%
2º lugar	Partido Democrático Liberal da Rússia 14,4%	Nossa Casa é a Rússia 12,2%	Unidade 16,3%	PCFR 11,6%
3º lugar	Partido Comunista da Federação Russa 10,8%	Partido Democrático Liberal da Rússia 11,3%	Pátria - Toda a Rússia 14,7%	Partido Democrático Liberal da Rússia 8,0%
4º lugar	Partido Agrário da Rússia 7,4%	Yabloko 10,0%	União das Forças Direitas 6,5%	União Patriótica Popular - Pátria 8,3%
5º lugar	Mulheres da Rússia 5,2%	Partido Agrário da Rússia 4,4%	Yabloko 4,7%	Partido Popular da Federação Russa 3,8%
6º lugar	Bloco de Yavlinskii - Boldyrev - Lukin 5,2%	Escolha Democrática da Rússia - Democratas Unidos 2,0%	Bloco de Zhirinovskii 3,8%	Yabloko 0,9%
7º lugar	Partido da Unidade e Concórdia da Rússia 4,3%	Poder ao Povo 2,0	Nossa Casa é a Rússia 1,8	União das Forças Direitas 0,7
8º lugar	Partido Democrático da Rússia 3,4	Congresso das Comunidades Russas 1,1%	Movimento Político de Toda a Rússia em Apoio ao Exército 0,4%	Partido do Renascimento - Partido da Vida 0,7
9º lugar	Movimento Russo das Reformas Democráticas 0,9	Mulheres da Rússia 0,7	União de Todo o Povo da Rússia 0,4	Partido Agrário 0,4%
10º lugar	Dignidade e Caridade 0,4%	Para Frente, Rússia 0,7%	Partido dos Aposentados 0,2%	Novo Curso - Rússia Automobilística 0,2%
11º lugar	União Cívica 0,2%	Bloco de Ivan Rybkin 0,7%	Congresso das Comunidades Russas - Movimento de Yurii Boldyrev 0,2%	Grande Rússia - União Eurasiana 0,2%
12º lugar	Futuro da Rússia - Novos Nomes 0,2%	Pamfilova - Gurov - V. Lysenko 0,4%	Bloco do General Andrei Nikolaev e Acadêmico Sviatoslav Fiodorov 0,2%	Desenvolvimento do Empreendimento 0,2%
13º lugar		Comunistas - Rússia Trabalhadora - Pela	Herança Espiritual 0,2%	

		União Soviética 0,2%		
14° lugar	-	Partido do Autogoverno dos Trabalhadores 0,2%	Partido Socialista Russo 0,2%	
15° lugar	-	União do Trabalho 0,2%	-	
16° lugar	-	Bloco de Stanislav Govorukhin 0,2%	-	
17° lugar	-	Minha Pátria 0,2%	-	
18° lugar	-	Causa Comum 0,2%	-	
19° lugar	-	Transformação da Pátria 0,2%	-	
20° lugar	-	Partido da Unidade e Concórdia da Rússia 0,2	-	
21° lugar	-	Partido da Liberdade Econômica 0,2%	-	
22° lugar	-	Bloco dos Independentes 0,2%	-	
23° lugar	-	Bloco "89" 0,2%	-	
candidatos independentes (não partidários)	31,8	17,1	24,9	15,21
Total	100	100	100	100

Nota: A votação foi arredondada para a primeira casa decimal, o que pode fazer com que o total não seja exatamente 100%. As percentagens foram calculadas em cima do total de vagas efetivamente preenchidas na Duma *no dia da eleição*. Até a eleição parlamentar de 2003, cada cidadão russo emitia dois votos, um em partido e outro em candidato individual. Ou seja, das 450 vagas da Duma, metade era eleita por voto proporcional em partido (lista partidária) e metade por voto distrital uninominal em candidaturas individuais (apoiadas por partidos ou não). Até então, para que um partido pudesse ter representação *por lista partidária* era necessário que ele superasse uma barreira mínima de 5% dos votos naquela categoria. Nas eleições parlamentares federais após 2003 (ver tabela D2), esta eleição por voto distrital misto foi substituída por uma eleição puramente proporcional em listas partidárias fechadas (o voto distrital uninominal em candidatos individuais deixou de existir), com a barreira eleitoral mínima sendo elevada para 7%.

Fonte: Project on Political Transformation and the Electoral Process in Post-Communist Europe <www2.essex.ac.uk/elect/electer/russia_er_nl.htm> e Tsentral'naya Izbiratel'naya Komissiya <www.cikrf.ru>

Apêndice E: Cronologia dos Principais Eventos

11 mar. 1995 - Gorbachev eleito secretário-geral do Comitê Central (CC) do PCUS.

23 abr. 1985 - Reunião Plenária do CC do PCUS (início “oficial” da *perestroika*).

1 jul. 1995 - Gromyko torna-se presidente do Soviete Supremo. Shevardnadze ocupa seu lugar como ministro do Exterior.

12 jul. 1985 - Decreto conjunto do CC do PCUS e do Conselho de Ministros “Sobre a Disseminação dos Novos Métodos de Administração Econômica e Fortalecimento e Aceleração do Progresso Científico-Técnico”.

Out. 1985 - Nikolai Ryzhkov substitui Tikhonov como primeiro-ministro.

19-21 nov. 1985 - Encontro de Cúpula entre Gorbachev e Reagan em Genebra.

24 dez. 1985 - Yeltsin substitui Viktor Grishin como primeiro-secretário do Comitê do PCUS em Moscou.

25 fev/6 mar. 1986 - XXVII Congresso do PCUS.

26 abr. 1986 - Desastre nuclear em Chernobyl, na Ucrânia.

15 maio 1986 - Decreto do CC do PCUS “Sobre Medidas Para Fortalecer a Luta Contra as Rendas Não Provindas do Trabalho”.

8 jun. 1986 - Congresso da União dos Escritores dá tom para a *glasnost* no terreno da cultura. As funções de censura do *Glavlit* são restringidas.

19 nov. 1986 - Lei do Soviete Supremo “Sobre a Atividade do Trabalho Individual”.

13 jan. 1987 - Decreto conjunto do CC do PCUS e do Conselho de Ministros “Sobre o Procedimento Para Criação de *Joint Ventures* [...]” na URSS.

27-28 jan. 1987 - Reunião Plenária do CC do PCUS aprova planos para maior democratização, incluindo eleições secretas com vários candidatos por posto.

Jun. 1987 - Primeiras eleições com diversos candidatos por posto são realizadas em aproximadamente 5% dos Sovietes locais.

27 jun. 1987 - CC do PCUS publica a “Regulamentação Básica [*“Osnovnye Polozheniya”*] Para a Restruturação Radical da Administração da Economia”.

30 jun. 1987 - Lei “Sobre a Empresa Estatal” do Soviete Supremo.

28/29 fev. 1988 - Massacre de Sumgait. Início das violências nas disputas entre armênios e azerbaijanos por Nagorno-Karabach.

13 mar. 1988 - Carta de Nina Andreeva ao jornal *Sovetskaya Rossiya*.

Abr. 1988 - Início da retirada das tropas da URSS do Afeganistão.

26 maio 1988 - Promulgada lei sobre as cooperativas na URSS.

28 jun./1 jul. 1988 - XIX Conferência do PCUS.

Jun./out. 1988 - Frentes populares criadas nas três repúblicas bálticas.

1 out. 1988 - Gromyko renuncia como presidente do Soviete Supremo. Será substituído por Gorbachev.

2 dez. 1988 - Decreto do Conselho de Ministros sobre as atividades de comércio exterior das empresas estatais e cooperativas.

8 dez. 1988 - Terremoto na Armênia.

26 mar. 1989 - Eleições para o *Congresso de Deputados do Povo*.

1 abr. 1989 - Decreto do Conselho de Ministros sobre *arrendamento* na URSS.

Verão de 1989 - Greve dos mineiros na URSS

Out. 1989 - "Plano Abalkin"

19 dez. 1989 - O partido comunista lituano declara sua independência do PCUS.

Jan. 1990 - Guerra civil irrompe entre Armênia e Azerbaijão.

5 e 18 mar. 1990 - Eleições em dois turnos para os parlamentos nas repúblicas e para Sovietes locais. Democratas alcançam número significativo de postos.

6 mar. 1990 - Lei sobre a propriedade na URSS.

13 mar. 1990 - Soviete Supremo estabelece o fim do monopartidarismo no país, cria o cargo de *Presidente da URSS* e nomeia para ele Mikhail Gorbachev.

mar./abr. 1990 - Lituânia (11/03/90), Estônia (30/03/90) e Letônia (04/05/90) declaram unilateralmente sua independência da URSS.

29 maio 1990 - Yeltsin é eleito presidente do Soviete Supremo (parlamento) da (república da) Rússia.

2-3 jul. 1990 - XXVIII Congresso do PCUS.

16 ago. 1990 - Decreto do Conselho de Ministros sobre medidas para a desmonopolização da economia.

4 out. 1990 - Decreto presidencial sobre medidas prioritárias para a transição às relações de mercado na URSS.

17 mar. 1991 - Referendo perguntando ao povo se desejava a preservação da URSS “como uma federação de repúblicas iguais e soberanas”. 76% disseram sim (6 repúblicas boicotaram o referendo).

19 mar. 1991 - Decreto do Conselho de Ministros “Sobre a Reforma dos Preços Varejistas”.

9 abr. 1991 - A Geórgia declara sua independência.

12 abr. 1991 - Lei “Sobre os Princípios Gerais da Empresa Privada na URSS”.

12 jun. 1991 - Yeltsin eleito para o recém-criado cargo de Presidente da Rússia.

19-21 ago. 1991 - Tentativa de golpe do GKChP.

8 dez. 1991 - Assinatura, em Minsk, dos acordos de Belovezhsky, pelos quais a Rússia, Bielo-Rússia e Ucrânia retiram-se unilateralmente da URSS e formam uma nova comunidade para a qual convidam as outras repúblicas.

21 dez. 1991 - Em Alma-Atá, no Cazaquistão, 11 das 15 repúblicas da URSS assinam oficialmente a criação da CEI (Comunidade dos Estados Independentes).

25 dez. 1991 - Gorbachev renuncia como presidente da URSS.

2 jan. 1992 - Liberação dos preços ao consumidor na Rússia.

31 mar. 1992 - Todas as repúblicas autônomas da Rússia (com exceção da Chechênia e a Tartária) assinam o Tratado da Federação.

15 jun. 1992 - Yegor Gaidar nomeado primeiro-ministro.

14 dez. 1992 - Viktor Chernomyrdin substitui Gaidar como primeiro-ministro.

20 mar. 1993 - Yeltsin decreta “Regime Especial” no país.

25 abr. 1993 - Referendo sobre confiança no presidente e seu curso de reformas (58% sim).

18 set. 1993/16 jun. 1994 - Gaidar volta ao governo como primeiro vice-primeiro-ministro (encarregado de ser ministro da economia).

21 set. 1993 - Yeltsin dissolve parlamento.

22 set. 1993 - Parlamento demite Yeltsin e nomeia Rutskoï presidente.

3 out. 1993 - Partidários do parlamento atacam a prefeitura de Moscou e a torre de TV de Ostankino. Repressão acaba em mortes.

4 out. 1993 - Canhoneio e assalto da sede do parlamento ("Casa Branca").

12 set. 1993 - Eleição para a Assembleia Federal da Rússia e referendo sobre a nova constituição.

23 fev. 1993 - A Duma concede anistia a crimes políticos e econômicos.

12 dez. 1994 - Tropas russas invadem a Chechênia

14 jun. 1995 - Chechenos fazem reféns em Budennovsk.

17 dez. 1995 - Eleições para a Duma, com vitória dos comunistas.

5 jan. 1996 - Andrey Kozyrev renuncia como ministro do Exterior e é substituído por Primakov.

16 jun. 1996 - Primeiro turno das eleições presidenciais com vitória de Yeltsin e Zyuganov.

3 jul. 1996 - Segundo turno das eleições presidenciais com vitória de Yeltsin sobre Zyuganov.

31 ago. 1996 - Lebed e Aslan Maskhadov assinam acordo de paz na Chechênia.

26 maio 1996 - Yeltsin e Lukashenko assinam a Carta para a União entre Rússia e Bielo-Rússia.

27 maio 1996 - Yeltsin e Clinton assinam acordo criando um conselho consultivo conjunto entre a Rússia e a OTAN.

23 mar. 1998 - Yeltsin demite Chernomyrdin como primeiro-ministro.

24 abr. 1998 - Duma finalmente aceita Sergei Kirienko como novo primeiro-ministro.

17 ago. 1998 - Kirienko anuncia desvalorização do rublo. Crise financeira.

23 ago. 1998 - Yeltsin demite seu gabinete de ministros, incluindo Kirienko.

11 set. 1998 - Duma confirma Primakov como primeiro-ministro.

12 maio 1999 - Yeltsin demite seu gabinete de ministros, incluindo Primakov.

15 maio 1999 - votação na Duma para *impeachment* de Yeltsin não consegue maioria necessária.

19 maio 1999 - Duma confirma Sergei Stepashin como primeiro-ministro.

9 ago. 1999 - Yeltsin demite Stepashin.

16 ago. 1999 - Duma confirma Vladimir Putin como primeiro-ministro.

Setembro 1999 - uma série de atentados terroristas a bomba contra edifícios residenciais na Rússia deixa cerca de 300 mortos.

30 set. 1999 - início da invasão terrestre da Chechênia por tropas russas.

19 dez. 1999 - Eleições parlamentares na Duma com partido comunista em primeiro lugar com 24,3% dos votos e *Unidade* em segundo com 23,3%.

31 dez. 1999 - Yeltsin renuncia. Primeiro-ministro Putin assume a presidência interinamente.

26 mar. 2000 - Putin eleito presidente com 53% dos votos.

12 ago. 2000 - Explosão no submarino *Kursk*.

23-26 out. 2002 - Crise dos reféns do teatro no bairro Dubrovka em Moscou.

25 out. 2003 - Bilionário Mikhail Khodorkovsky é preso.

Novembro 2003 - A chamada *Revolução Rosa* leva à renúncia do presidente Eduard Shevardnadze na Geórgia. Em janeiro de 2004, o advogado pró-Occidente Mikheil Saakashvili será eleito presidente.

7 dez. 2003 - Eleições na Duma, com partido pró-governo *Rússia Unida* em primeiro lugar com 37,5% dos votos e o partido comunista em segundo com 12,6%.

14 mar. 2004 - Putin reeleito presidente com 71% dos votos.

1-3 set. 2004 - Crise dos reféns na escola de Beslan.

22 nov. 2004 a 23 jan. 2005 - Na Ucrânia a chamada *Revolução Laranja* impede a posse do candidato presidencial pró-Rússia Viktor Yanukovich (acusado de fraude eleitoral) e força um novo segundo turno da eleição, que dá a vitória ao (pró-Occidente) Viktor Yushchenko.

Jan. 2007 - A Rússia corta o suprimento de petróleo através dos oleodutos que passam pela Bielorrússia e chegam à Europa durante uma disputa com aquele país sobre taxas de trânsito, preços e impostos a incidir sobre aquele produto.

2 dez. 2007 - Eleições na Duma, com partido pró-governo *Rússia Unida* em primeiro lugar recebendo 64,3% dos votos, seguido de longe pelo partido comunista em segundo com 11,6%.

2 mar. 2008 - Dmitry Medvedev eleito presidente com 70,5% dos votos; Putin será primeiro-ministro do país durante todo seu mandato.

7-12 ago. 2008 - Guerra entre Rússia e Geórgia pela Ossétia do Sul e Abecásia.

Jan. 2009 - A Rússia corta suprimento de gás através dos gasodutos que passam pela Ucrânia e chegam à Europa durante uma disputa com aquele país sobre preços e taxas a incidir sobre aquele produto.

28 set. 2010 - O poderoso prefeito de Moscou, Yury Luzhkov, é retirado do posto por decreto do presidente Medvedev.

4 dez. 2011 - Eleição parlamentar para a Duma, com partido pró-governo *Rússia Unida* conquistando 49,3% dos votos. A eleição é seguida de grandes protestos de rua com alegação de fraude eleitoral (são os primeiros protestos políticos em massa na Rússia no século XXI).

4 mar. 2012 - Putin eleito presidente pela terceira (não consecutiva) vez com 63,6% dos votos.

22 ago. 2012 - Rússia aceita na Organização Mundial do Comércio.

19 mar. 2014 - A Crimeia é reincorporada à Rússia, depois do imbróglio na Ucrânia com a deposição extraordinária do presidente Viktor Yanukovich.